



LUCAS PAULO NGULUBE

O campesinato e o desenvolvimento desigual nos territórios: um estudo comparativo entre o grupo étnico Changana em Chókwè, Moçambique, e o quilombo do Jaó no município de Itapeva, SP/Brasil

São Paulo – SP

2026

LUCAS PAULO NGULUBE

O campesinato e o desenvolvimento desigual nos territórios: um estudo comparativo entre o grupo étnico Changana em Chókwè, Moçambique, e o quilombo do Jaó no município de Itapeva, SP/Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Soberania Alimentar, Ambiente e Saúde”.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Rita Marques de Oliveira

São Paulo – SP

2026

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Ngulube, Lucas Paulo.

N576 O campesinato e o desenvolvimento desigual nos territórios : um estudo comparativo entre o grupo étnico Changana em Chókwè, Moçambique, e o quilombo do Jaó no município de Itapeva, SP/Brasil / Lucas Paulo Ngulube. – São Paulo, 2026.
102 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Maria Rita Marques de Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2026.

1. Desenvolvimento rural. 2. Desenvolvimento rural – Chókwè (Moçambique). 3. Desenvolvimento rural – Itapeva (SP). 4. Camponeses – Itapeva (SP). 5. Camponeses – Chókwè (Moçambique). I. Título.

CDD 301.35

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

O estudo compara Moçambique e Brasil, integrando NDVI, uso da terra e FIES-SM/SETSAN sob o materialismo histórico-dialético. Aponta desigualdades na implementação dos ODS 2 e 15 e valoriza estratégias camponesas e saberes ancestrais como centrais à segurança alimentar e à sustentabilidade.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The study compares Mozambique and Brazil, integrating NDVI, land use, and FIES-SM/SETSAN within a historical-dialectical materialist framework. It highlights inequalities in the implementation of SDGs 2 and 15 and values peasant strategies and ancestral knowledge as central to food security and sustainability.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

El estudio compara Mozambique y Brasil, integrando NDVI, uso de la tierra y FIES-SM/SETSAN bajo el materialismo histórico-dialéctico. Señala desigualdades en la implementación de los ODS 2 y 15 y valora las estrategias campesinas y los saberes ancestrales como centrales para la seguridad alimentaria y la sostenibilidad.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LUCAS PAULO NGULUBE, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 02 de março de 2026, às 13h, no(a) Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de LUCAS PAULO NGULUBE, intitulada "O campesinato e o desenvolvimento desigual nos territórios: um estudo comparativo entre o grupo étnico Changana em Chókwè, Moçambique, e o quilombo do Jaó no município de Itapeva, SP/Brasil". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. MARIA RITA MARQUES DE OLIVEIRA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Humanas e Ciências da Nutrição e Alimentação / UNESP / Câmpus de Botucatu - IBB, Profa. Dra. JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS VINHA (Participação Virtual) do(a) Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS) - Departamento de Geografia / Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Prof. Dr. CARLITOS LUIS SITOIE (Participação Virtual) do(a) . / Universidade Save (Unisave), Prof. Dr. LIN CHAU MING (Participação Virtual) do(a) Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: __Aprovado__ . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Documento assinado digitalmente

MARIA RITA MARQUES DE OLIVEIRA

Data: 03/03/2026 20:43:28-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. MARIA RITA MARQUES DE OLIVEIRA

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (PROPG/UNESP). As hipóteses e conclusões aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da PROPG/UNESP. O apoio foi concedido entre mês de novembro de 2024 a outubro de 2025. Assim como, pelo Auxílio de ajuda de custo ao estudante fornecido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação por meio do INTERSSAN e pelo auxílio Socioeconômico atualmente recebido contemplado a partir do novembro de 2025 com previsão de outubro do mesmo ano.

Expresso minha sincera gratidão à Profa. Dra. Silvia Aparecida de Sousa Fernandes, coordenadora do Programa de Pós-Graduação TerritoriAL, pela atenção institucional, pelo compromisso com a formação acadêmica e pelo apoio ao longo desta trajetória.

Agradeço de modo especial, à minha supervisora, Profa. Dra. Maria Rita Marques de Oliveira, pela atenção, generosidade, escuta sensível e prontidão em todos os momentos. Seu apoio foi fundamental não apenas para o desenvolvimento desta dissertação, mas também para meu crescimento acadêmico e pessoal. Gratidão.

Agradeço também aos professores Janaina Vinha e Lin Ming, por terem aceitado compor esta banca e por tornarem possível a realização da defesa de forma antecipada, o que foi fundamental para viabilizar minha matrícula no doutorado. Sou profundamente grato pela consideração, disponibilidade e profissionalismo demonstrados ao longo deste processo.

Registro também minha profunda gratidão à coordenação da Escola Nacional Florestan Fernandes, em especial a Bruno e Selma, pelo acolhimento, pela assistência e pelo apoio constante durante esta caminhada. O cuidado e a solidariedade de vocês foram essenciais para tornar este percurso mais humano e possível.

Aos colegas de turma, Carolina Maria de Jesus, agradeço pela convivência, pelas trocas de experiências, pelo apoio mútuo e pela solidariedade ao longo desta jornada. A partilha construída com vocês tornou este percurso mais leve e significativo.

Por fim, agradeço à minha família, pelo apoio incondicional, pela compressão, pelo carinho e pela força em todos os momentos. Foi esse suporte afetivo que me sustentou diante dos desafios e tornou possível a concretização desta etapa tão importante da minha vida.

Kanimambo (obrigado)

RESUMO

Este estudo analisa as dinâmicas do desenvolvimento desigual nos territórios tradicionais do grupo étnico Changana, em Chókwè (Moçambique), e do Quilombo do Jaó, em Itapeva (Brasil), com foco nas formas de organização social, reprodução do campesinato e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 e 15. O objetivo geral consiste em compreender como as formas de organização social e reprodução camponesa dialogam com as iniciativas associadas aos ODS, no contexto das desigualdades socioeconômicas e ambientais, e como constroem estratégias de resistência territorial. Ancorado no Materialismo Histórico-Dialético, o estudo adotou uma abordagem comparativa, com procedimentos cartográficos, incluindo a elaboração de mapas de Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI), de áreas de cultivo familiar e de uso e cobertura da terra, além da aplicação do modelo de inquérito nutricional do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN, 2018) e da Escala de Insegurança Alimentar Baseada na Experiência (FIES-SM). Os resultados evidenciam que, embora os territórios apresentem formas distintas de organização produtiva e territorial, ambos enfrentam limitações estruturais relacionadas à variabilidade climática, à fragilidade das políticas públicas e às desigualdades no acesso a recursos produtivos. Observou-se que, no Quilombo do Jaó, há maior articulação entre produção familiar, políticas públicas e diversificação produtiva, enquanto em Chókwè predomina maior dependência da agricultura camponesa tradicional e menor cobertura institucional. Conclui-se que o diálogo com os ODS 2 e 15 ocorre de forma parcial e contraditória, sendo as práticas tradicionais de manejo, os saberes locais e as estratégias comunitárias de resistência os principais pilares da reprodução social, da segurança alimentar e da resiliência territorial.

Palavras-chave: desenvolvimento rural; desenvolvimento rural – Chókwè (Moçambique); desenvolvimento rural – Itapeva (SP); camponeses – Itapeva (SP); camponeses – Chókwè (Moçambique).

ABSTRACT

This study analyzes the dynamics of uneven development in the traditional territories of the Changana ethnic group in Chókwè (Mozambique) and the Quilombo do Jaó in Itapeva (Brazil), focusing on the forms of social organization, peasant reproduction, and their relationship with Sustainable Development Goals (SDGs) 2 and 15. The general objective is to understand how the forms of social organization and peasant reproduction engage with initiatives associated with the SDGs in the context of socioeconomic and environmental inequalities, and how they build strategies of territorial resistance. Grounded in Historical-Dialectical Materialism, the study adopted a comparative approach, using cartographic procedures, including the production of Normalized Difference Vegetation Index (NDVI) maps, family farming area maps, and land use and land cover maps, in addition to applying the nutritional survey model of the Technical Secretariat for Food and Nutrition Security (SETSAN, 2018) and the Food Insecurity Experience Scale (FIES-SM). The results show that, although the territories present distinct forms of productive and territorial organization, both face structural limitations related to climate variability, the fragility of public policies, and inequalities in access to productive resources. It was observed that, in Quilombo do Jaó, there is greater articulation between family farming, public policies, and productive diversification, while in Chókwè there is a greater dependence on traditional peasant agriculture and lower institutional support. It is concluded that the dialogue with SDGs 2 and 15 occurs in a partial and contradictory manner, with traditional management practices, local knowledge, and community resistance strategies constituting the main pillars of social reproduction, food security, and territorial resilience.

Keywords: rural development; rural development – Chókwè (Mozambique); rural development – Itapeva (SP); peasants – Itapeva (SP); peasants – Chókwè (Mozambique).

RESUMEN

Este estudio analiza las dinámicas del desarrollo desigual en los territorios tradicionales del grupo étnico Changana, en Chókwè (Mozambique), y del Quilombo do Jaó, en Itapeva (Brasil), con énfasis en las formas de organización social, reproducción del campesinado y su relación con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) 2 y 15. El objetivo general consiste en comprender cómo las formas de organización social y reproducción campesina dialogan con las iniciativas asociadas a los ODS, en el contexto de las desigualdades socioeconómicas y ambientales, y cómo construyen estrategias de resistencia territorial. Anclado en el Materialismo Histórico-Dialéctico, el estudio adoptó un enfoque comparativo, con procedimientos cartográficos, incluyendo la elaboración de mapas del Índice de Vegetación de Diferencia Normalizada (NDVI), de áreas de cultivo familiar y de uso y cobertura de la tierra, además de la aplicación del modelo de encuesta nutricional del Secretariado Técnico de Seguridad Alimentaria y Nutricional (SETSAN, 2018) y de la Escala de Experiencia de Inseguridad Alimentaria (FIES-SM). Los resultados evidencian que, aunque los territorios presentan formas distintas de organización productiva y territorial, ambos enfrentan limitaciones estructurales relacionadas con la variabilidad climática, la fragilidad de las políticas públicas y las desigualdades en el acceso a recursos productivos. Se observó que, en el Quilombo do Jaó, existe una mayor articulación entre la agricultura familiar, las políticas públicas y la diversificación productiva, mientras que en Chókwè predomina una mayor dependencia de la agricultura campesina tradicional y una menor cobertura institucional. Se concluye que el diálogo con los ODS 2 y 15 ocurre de forma parcial y contradictoria, siendo las prácticas tradicionales de manejo, los saberes locales y las estrategias comunitarias de resistencia los principales pilares de la reproducción social, la seguridad alimentaria y la resiliencia territorial.

Palabras clave: desarrollo rural; desarrollo rural – Chókwè (Mozambique); desarrollo rural – Itapeva (SP); campesinos – Itapeva (SP); campesinos – Chókwè (Mozambique).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relação entre concentração fundiária e participação dos pequenos produtores na produção de alimentos no Brasil (2023).....	20
Figura 2 - Evolução da perda de cobertura arbórea e indicadores ambientais em Moçambique (2001–2022).....	22
Figura 3 - Evolução da proporção da área florestal no território brasileiro (1990–2020).....	23
Figura 4 - Evolução da prevalência de subalimentação e obesidade adulta em Moçambique .	24
Figura 5 - Situação da segurança alimentar no Brasil	25
Figura 6 - Enquadramento geográfico da área de estudo	27
Figura 7 - Localização do posto Administrativo de Chókwè	28
Figura 8 - Sistematização metodológica.....	40
Figura 9 - Distribuição dos entrevistados por sexo e idade, no Quilombo do Jaó (Brasil) e Chokwé (Moçambique), 2025	42
Figura 10 - Projetos de Treino das Classes de Uso e Cobertura da Terra para o Quilombo do Jaó (A) e posto Administrativo de Chókwè (B)	45
Figura 11 - Principais tipos de cultivo informados pelos entrevistados no Quilombo do Jaó (Brasil) e Chokwé (Moçambique), 2025.	52
Figura 12 - Categorias de uso e ocupação do solo e suas expressões territoriais.....	53
Figura 13 - Áreas de vivência e de cultivo familiar no Jaó	55
Figura 14 – Mapa de áreas de cultivo familiar no Posto Adm. de Chókwé	57
Figura 15 - Mapa de NDVI do quilombo de Jaó	59
Figura 16 - Mapa de NDVI do Posto Administrativo de Chókwè	61
Figura 17 - Mapa de Uso e cobertura da terra do quilombo do Jaó	64
Figura 18 - Mapa de Uso e cobertura da terra do quilombo do Posto Administrativo de Chókwè	66
Figura 19 - Principais dificuldades relatadas para a produção de alimentos no Quilombo do Jaó (Brasil) e Chokwé (Moçambique), 2025.	68
Figura 20 - Comparativo de questões relacionadas à insegurança alimentar entre Brasil e Moçambique (Escala FIES-SM).....	70
Figura 21 - Principais benefícios recebidos relatados pelos entrevistados no Quilombo do Jaó (Brasil) e Chokwé (Moçambique), 2025.	72
Figura 22 - Dimensões de identidade, resistência e pertencimento.....	75

Figura 23 - Trator da comunidade de Jaó para atividades agrícolas.....	78
Figura 24 – Fluxo espacial de Distribuição de alimentos do PAA a partir do quilombo do Jaó	80
Figura 25 - Estratégias de resistência e resiliência às desigualdades estruturais nas comunidades	82

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Comparação entre: Fome, Desenvolvimento e Disparidades Territoriais no Brasil, abrangendo o período do governo Bolsonaro (2019–2022) e o período do governo Lula (2023–2025).....	38
--	----

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Grupos alimentares e principais produtos cultivados nos territórios estudados.....	51
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPT	Comissão Pastoral da Terra
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
d.C.	Depois de Cristo
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
FIES-SM	Food Insecurity Experience Scale - Short Module (Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES))
Há	Hectares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
NDVI	Índice de Vegetação por Diferença Normalizada
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMR	Observatório do Meio Rural
ONGs	Organizações Não Governamentais
PARPA	Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta
PEDSA	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (2011-2020)
PIB	Produto Interno Bruto
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNISA	Programa Nacional de Investimento no Setor Agrário (2013)
POPA	Prevalência de Obesidade na População Adulta
PROAGRI	Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário
ProSavana	Programa de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSAPT	Prevalência de Subalimentação na População Total
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar

SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
SOFI	State of Food Security and Nutrition in the World
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	OBJETIVO	30
2.1	Geral.....	30
2.2	Específicos.....	30
	REFERENCIAL TEÓRICO: DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E	
3	CONTRADITÓRIO E/OU COMBINADO, CONTRADIÇÕES SOCIAIS E	
	AS DIMENSÕES DA TEMPORALIDADE E ESPACIALIDADE.....	31
4	METODOLOGIAS	40
4.1	Participantes da pesquisa.....	41
4.2	Procedimentos metodológicos.....	43
4.3	Análise dos Dados.....	47
5	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	48
	USO E APROVEITAMENTO DO SOLO NOS TERRITÓRIOS	
6	TRADICIONAIS.....	48
6.1	Dinâmica territorial e uso do solo: mapeamento e categorização.....	48
7	SEGURANÇA ALIMENTAR NAS COMUNIDADES: DISPONIBILIDADE,	
	ACESSO E ESTABILIDADE.....	67
8	PERCEPÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CAMPESINATO NOS	
	TERRITÓRIOS TRADICIONAIS.....	74
8.1	Representações do campesinato: identidade, resistência e pertencimento	74
8.2	Políticas públicas e programas de apoio: entre o alcance e a ausência.....	77
8.2.1	ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	81
8.2.2	ODS 15: Vida Terrestre: territórios camponeses, conservação e reexistência...	83
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
	REFERÊNCIAS.....	87
	APÊNDICE A – PRÁTICA DE PLANTIO DE HORTALIÇAS NO	
	CONTEXTO DA AGRICULTURA CAMPONESA NO POSTO	
	ADMINISTRATIVO DE CHÓKWÉ.....	92
	APÊNDICE B - PRÁTICA DE PLANTIO DE HORTALIÇAS NO	
	CONTEXTO DA AGRICULTURA CAMPONESA NO QUILOMBO DO	
	JAÓ	93

APÊNDICE C – ARMAZÉM DA PRODUÇÃO PARA FORNECER AO PAA NO QUILOMBO DO JAÓ.....	94
APÊNDICE D – CARREGAMENTO DE ALIMENTOS NO QUILOMBO...	95
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO AO RESPONSÁVEL PELO GRUPO FAMILIAR, ADAPTADO DO INQUÉRITO NUTRICIONAL MARCO 2018 DO SETSAN PARA O ESTUDO EM QUESTÃO.....	96
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM SAÚDE DE MOÇAMBIQUE.....	99
ANEXO B – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM SAÚDE DO BRASIL	101

1 INTRODUÇÃO

Este estudo propõe uma pesquisa comparativa que envolve territórios tradicionais Brasileiros e Moçambicanos, dois territórios geograficamente distantes, mas que compartilham histórias de intercâmbio cultural, práticas tradicionais e desafios socioambientais comuns. Essa aproximação entre os territórios se explica por processos históricos profundos, enraizados na expansão colonial europeia. Com isso destacamos que a pesquisa é regida dentro dos princípios da matriz do Materialismo Histórico-Dialético formulado por Karl Marx e Friedrich Engels, para a compressão dos territórios não como meros recortes espaciais, mas expressões históricas de relações sociais contraditórias, marcadas por tensões estruturais e transformações permanentes.

Nesse sentido, dialoga-se com Lefebvre (1974), ao conceber o espaço como produto social, e com Neil Smith (1988), Oliveira (2007), Milton Santos e outros, ao situar o campo no interior do desenvolvimento desigual. Essas formulações convergem para a interpretação de que as desigualdades observadas nesses territórios são desdobramentos do que Ferdinand (2022) denomina de “dupla fratura colonial e ambiental da modernidade”, evidenciando que as assimetrias contemporâneas resultam da articulação entre colonialidade, exploração da natureza e acumulação capitalista.

Bem como ressaltado acima, a pesquisa fundamenta-se nos princípios do Materialismo Histórico-Dialético, ancorando-se na historicidade, totalidade, contradição e mediação, com o objetivo de compreender a realidade social como produto de relações materiais em permanente transformação. Nessa perspectiva, o território é apreendido não como dado natural, mas como construção histórica atravessada por conflitos estruturais do desenvolvimento desigual do capitalismo e, simultaneamente, como uma alegoria das relações sociais, isto é, uma expressão simbólica e histórica na qual se inscrevem, de forma fragmentada, as dinâmicas de poder, memória e conflito, em diálogo com Benjamin (1984).

Um dos autores centrais que fundamenta esta proposta de pesquisa e análise da realidade social é Neil Smith (1988), ao possibilitar o debate de conceitos geográficos como espaço, natureza e desenvolvimento desigual, permitindo “interrogar mais incisivamente a realidade em que vivemos” Smith (1988, p. 7). Se, na concepção de Santos (2007), o espaço é o conjunto indissociável de sistemas de ações e objetos, é dessa relação que emerge a concepção de território como expressão das práticas sociais. Nessa direção, Haesbaert (2009) compreende o território tanto como arena de dominação político-econômica quanto como espaço de

apropriação simbólico-cultural, é precisamente nessa dimensão simbólica que se estabelece um diálogo com Benjamin (1984), ao permitir interpretar o território como alegoria das relações sociais, isto é, como uma construção histórica na qual se inscrevem, de forma fragmentada, memória, poder e identidade, reforçando sua compressão como espaço relacional e de produção de territorialidades no contexto do desenvolvimento.

Entretanto, para compreendermos o termo que será constantemente utilizado neste trabalho (campeinato), parte-se da noção de totalidade dos modos de produção, conforme discutido por Milton Santos (2007), Henri Lefebvre (1974), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), Malcom Ferdinand (2022) e Neil Smith (1988), entre outros autores. Nesse contexto, destaca-se que o campeinato integra uma formação social marcada pelo desenvolvimento desigual, na qual formas capitalistas e não capitalistas coexistem e se articulam, produzindo o espaço de maneira diferenciada por meio do movimento contraditório do capital Smith (1988). De maneira mais direta, o campeinato pode ser compreendido como um “sistema de produção que emerge do processo contraditório gerado pelo latifúndio, caracterizando-se por uma atividade produtiva voltada ao sustento familiar” (Oliveira, 20 07).

Como indicado no título e desenvolvido ao longo do texto, propomos uma análise da concepção de desenvolvimento desigual em Neil Smith. Embora o autor formule essa noção como uma interpretação crítica da realidade sob a lógica capitalista, nesta pesquisa ela é retomada e ajustada para oferecer uma compressão da totalidade social como produção histórica, mediada pelas políticas públicas enquanto instâncias de enfrentamento e mediação das contradições do capitalismo, à luz do materialismo histórico-dialético.

Assim, levamos a concepção de que falar do capital implica considerar as relações políticas que estruturam os territórios como mediações das contradições da totalidade na sociedade, seja moçambicana ou Brasileira. Por esses motivos, propõe-se compreender o desenvolvimento desigual a partir da distribuição diferenciada de políticas públicas, entre presença e ausência nas zonas rurais, especialmente em territórios tradicionais. Nessa perspectiva, laçamos o olhar ao desenvolvimento desigual não apenas como expressão da lógica capitalista, mas também como resultado das mediações do Estado, que ao atuar de forma seletiva, produz assimetrias nas condições de reprodução social.

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento desigual, conforme proposto por Smith (1988), constitui a base interpretativa para compreender a produção diferenciada do espaço sob o capitalismo, articulando-se à noção de dupla fratura formulada por Ferdinand (2022), onde:

- A fratura colonial refere-se ao processo histórico de hierarquização que legitima a exploração de determinados territórios e populações em benefício de outros, sintetizado na ideia de construção de “um mundo às custas do mundo dos outros” (Ferdinand, 2022, p. 107), e simultaneamente gera a heterotopia (outros lugares) Foucault *apud* Ferdinand (2022, p. 125) o que se expressa na própria lógica do desenvolvimento desigual.
- Por sua vez, a fratura ambiental evidencia a contradição entre o avanço técnico-produtivo e a persistência de desigualdades sociais e degradação ambiental, revelando os limites estruturais do modelo de desenvolvimento.

Assim, ambas as fraturas não se apresentam de forma isolada, mas combinada, evidenciando a coexistência e interdependência de processos históricos, econômicos e ecológicos que produzem e reproduzem desigualdades socioespaciais. Nessa direção, ao dialogar com a noção de heterotopia, entendida a partir de Foucault *apud* Ferdinand (2022, p. 125) como “outros lugares” permite interpretar determinados territórios, especialmente os tradicionais, como espaços que tensionam e reconfiguram a ordem dominante, ao expressarem formas alternativas de existência e de relação com a natureza. Dessa forma, tais territórios podem ser compreendidos simultaneamente como produtos do desenvolvimento desigual e como heterotopias que expressam resistência às suas contradições, assim como o campesinato emerge das contradições estruturais do latifúndio.

Uma vez que o modo de produção capitalista tem se refeito a partir do caos que ele mesmo produz, é necessário entendermos como, atualmente, essa lógica contraditória (Centro–periferia) tem operado Silva (2012, p. 222) produzido e reproduzindo a dinâmica do desenvolvimento desigual, onde a tal dinâmica manifesta-se por meio da reestruturação produtiva, que repercute diretamente nos territórios, expressando-se em conflitos pela terra, tensões produtivas e impactos sobre os modos de vida das comunidades tradicionais.

Nesse sentido, reiteramos o convite ao leitor para compreender o desenvolvimento desigual sobre a perspectiva das Políticas Públicas entre o Alcance e a Ausência nas zonas rurais, em especial nos territórios tradicionais. Fato que nos leva a conciliar essa pesquisa com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e ODS 15 (Vida Terrestre) justificando pela centralidade da linha de pesquisa da Soberania Alimentar, Ambiente e Saúde, nos territórios camponeses investigados. Embora esses objetivos se articulem com outros ODS, é na produção de alimentos, no uso da terra e na conservação dos ecossistemas que se expressam de forma mais direta as desigualdades estruturais do desenvolvimento nos contextos do grupo étnico Changana, em Chókwè, e do

Quilombo do Jaó, em Itapeva.

Dando partida à contextualização. “Em Moçambique, após a independência em 1975, a terra foi nacionalizada e declarada propriedade do Estado, com a intenção de corrigir desigualdades históricas e garantir o seu acesso para a maioria da população” Mafumo (2006) *apud* Muchacona (2019, p. 5). Essa concepção pode estar associada, aos argumentos do Presidente da República Popular de Moçambique (Samora Machel) proferidos em 1975:

Nas zonas libertadas, nós lutamos para libertar a terra, lutamos para libertar o povo moçambicano, não faz sentido que a terra continue nas mãos de um pequeno grupo de pessoas. Morreu-se a favor de um punhado de pessoas? Onde está a libertação da terra? Não faz sentido a nossa independência enquanto a nossa terra continuar nas mãos de um punhado de gente. Significa que não estamos independentes, que o povo ainda não está liberto. É o povo que trabalha a terra, portanto, a terra pertence ao povo: (Muchacona, 2019, p. 6).

A partir deste período o Estado seria a representação mais legítima do povo moçambicano, aquela que garantiria a proteção e o acesso à terra aos cidadãos moçambicanos que nela pretendessem construir riqueza em benefício da nação. Em resposta, “em 1979 fora aprovada a primeira Lei da Terra Lei n.º 6/79, criada para regulamentar o acesso, introduzindo categorias de uso livre¹ e restrito², mas mantendo a forte presença de sistemas consuetudinários, onde os costumes locais determinam os direitos de uso da terra” (Muchacona, 2019, p. 3-6). Esses sistemas, entretanto, enfrentaram tensões com as tentativas do Estado em substituir os sistemas consuetudinários por explorações estatais, cooperativas, perante a isso, a falta de um cadastro organizado de terras disponíveis gerou disputas entre camponeses e outros agentes econômicos (Muchacona, 2019, p. 10). Esse cenário também foi marcado por fenômenos como a grilagem e a perda de terras por famílias que não possuíam o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), intensificando crises alimentares e desigualdades no campo.

No contexto atual Boaventura Monjane (2022), contextualiza que Moçambique vive um momento crucial na sua política agrária devido ao processo de revisão da Lei de Terras de 1997, que originalmente reconhecia direitos costumeiros e comunitários. Nos últimos anos, pressões de organismos internacionais, investidores estrangeiros e setores privados nacionais têm impulsionado uma agenda neoliberal, visando transformar a terra em ativo comercial através da emissão de títulos individuais, alienáveis e hipotecáveis.

¹ Acesso livre, temos a terra disponível, podendo ser adquirida e passar a ser propriedade de quem a adquirir. Muchacona, 2019, p. 10

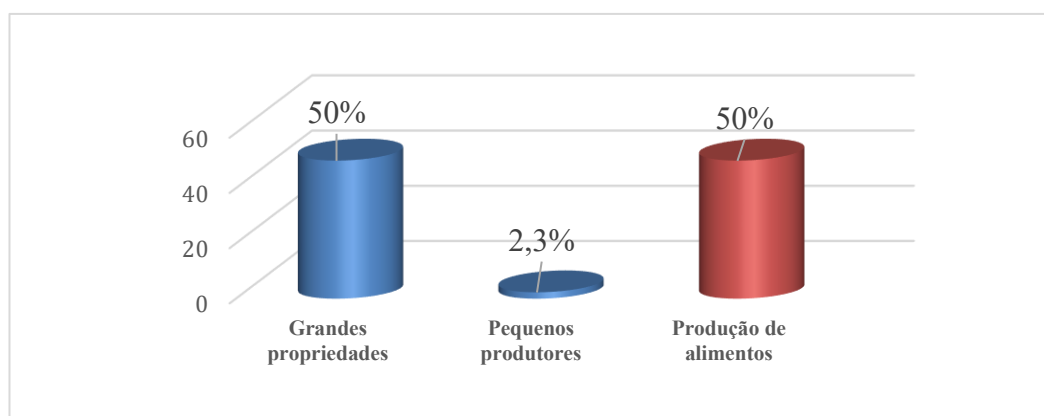
² Acesso restrito significando pertença única e exclusiva duma pessoa, associação, sociedade ou comunidade, cujos direitos lhe são reconhecidos por lei ou por facto juridicamente relevante. (Muchacona, 2019, p. 10)

No Brasil, o cenário não se distingue muito, pois, a concessão de terras está profundamente ligada à história de concentração fundiária e exclusão do campesinato. A Lei de Terras de 1850 consolidou a transformação da terra em mercadoria. Linhares (1999, p. 61) *apud* Togliatti (p. 4) infere que:

A chamada Lei de Terras de 1850, no Brasil é um bom exemplo do uso de uma legislação modernizante e reformista para a expropriação dos camponeses e índios. Em várias regiões de ocupação antiga, sob formas de uso tradicional da terra, o governo imperial do Rio de Janeiro fez exigências de apresentação de títulos e estabelece a compra como única forma de acesso legal à terra: (Linhares, 1999, p. 61, *apud* Togliatti, p. 4)

Diante disso, também pode constatar-se que a Lei de Terras de 1850 dificultou o acesso à terra para pequenos agricultores, perpetuando desigualdades históricas no campo brasileiro. Esse cenário permanece relevante, como evidenciam dados recentes da Comissão Pastoral da Terra: (2023, P. 25); vide na figura 1, que revelam que “grandes propriedades ocupam quase metade da área rural, enquanto pequenos produtores, responsáveis por mais de 50% dos estabelecimentos rurais e pela maior parte da produção de alimentos, ocupam apenas 2,3% da área total”.

Figura 1 - Relação entre concentração fundiária e participação dos pequenos produtores na produção de alimentos no Brasil (2023)



Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de dados da Comissão Pastoral da Terra (2023, p. 25).

Legenda

- Azul: Área ocupada por grandes propriedades
- Azul claro: Área ocupada por pequenos produtores
- Vermelho: Participação dos pequenos produtores na produção de alimentos

Nesse contexto, à luz da concepção de desenvolvimento desigual formulada por Smith (1988, p. 7) e da noção de dupla fratura colonial e ambiental da modernidade proposta por

Ferdinand (2022), evidenciada nas contradições entre a presença e a ausência de políticas públicas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) emerge como ator central na construção de uma heterotopia, um ‘outro lugar’ de resistência e transformação social, por meio da luta pela reforma agrária e pela democratização do acesso à terra no Brasil.

No entanto, as ações do movimento frequentemente enfrentam respostas marcadas por violência policial e pela criminalização de suas lideranças. A título de exemplo, entre 2014 e 2023, registaram-se 12.292 conflitos e 395 assassinatos relacionados à disputa por terras (CPT, 2023, p. 21). “Exemplos emblemáticos dessa tensão incluem o Pontal do Paranapanema, em São Paulo, o massacre de Corumbiara, em Rondônia, e Eldorado do Carajás, no Pará” (Oliveira, 2007, p. 143).

Por outro lado, em Moçambique, o cenário é distinto, a União Nacional de Camponeses (UNAC) criada em abril de 1987 com intuito de conter a expansão de projetos que favorecem a mercantilização da terra, assim como promover políticas fundiárias que assegurem a posse coletiva, o uso sustentável dos recursos naturais e a valorização dos modos de vida tradicionais, porém na prática essa união não exerce um papel de movimento organizado equivalente ao MST ou ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros. Em vez disso, cada família mobiliza-se individualmente para proteger seu direito de uso da terra, refletindo uma dinâmica menos estruturada de resistência e luta por justiça fundiária. Essa ausência de organizações estruturadas dificulta a articulação de esforços coletivos e amplifica os desafios enfrentados pelos pequenos agricultores moçambicanos. Esses cenários destacam a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para mitigar a disputa de terras, a insegurança alimentar e melhorar as condições de vida no campo.

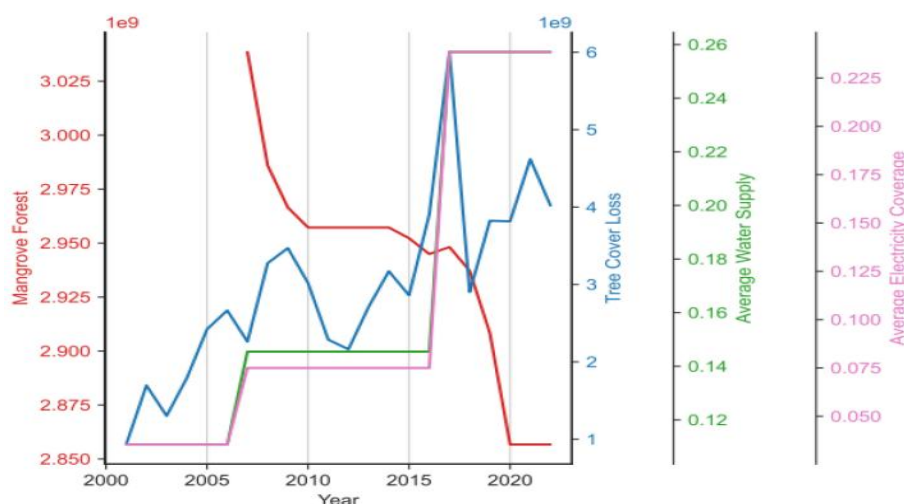
Realizando uma análise comparativa entre os dois países no que concerne ao cumprimento das ODS revelam-se desafios comuns na implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e à segurança alimentar, a título dos ODS 15: Vida Terrestre e 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável, apesar das especificidades de cada contexto.

No contexto do ODS 15 (Vida Terrestre), segundo Mbanze e Dias (2024, p. 1) Moçambique possui 34 milhões de hectares de florestas nativas, o que representa 43% da área terrestre do país (Aquino *et al*, 2018). Estima-se que 80% da população rural tem as florestas como principal fonte de subsistência e de geração de renda (Mitader, 2019), o que aumenta a pressão sobre os produtos de base florestal.

A título de exemplo, estima-se que, entre 2003 e 2013, cerca de 267 000 hectares de floresta foram convertidos anualmente para outros usos, representando uma taxa anual de

desmatamento de 0,79%; enquanto, entre 2014 e 2016, a taxa anual de desmatamento foi de 0,26%, o equivalente a 86 000 hectares (Aquino *et al.* 2018). Mussagy *et al.* (2021) apontam que, entre 2001 e 2016, a área florestal em Moçambique reduziu em 3 milhões de hectares, o que conforme a figura 2, a Internacional Growth Centre (2025) estima que do ano 2000 até 2022, perdeu-se 21% de florestas. Contudo, cabe ressaltar a inconsistência e possível falta de transparência desses dados, que podem não refletir plenamente a realidade de um país onde os recursos florestais representam a principal fonte para o preparo de alimentos e para a construção de residências, evidenciando a forte dependência das comunidades em relação às florestas.

Figura 2 - Evolução da perda de cobertura arbórea e indicadores ambientais em Moçambique (2001–2022)



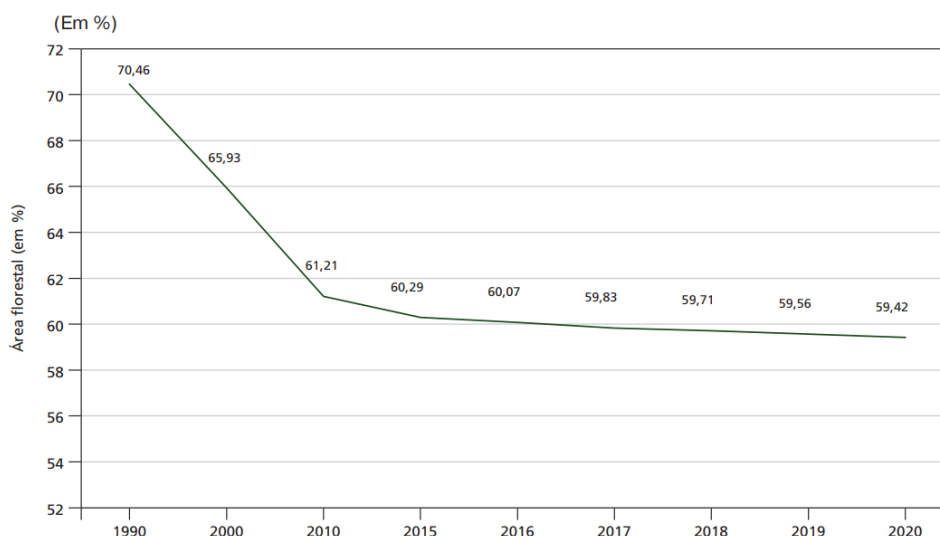
Fonte: Adaptado de International Growth Centre (2025).

No contexto brasileiro. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2024) no Brasil, tendo a área florestal como proporção da área total do território. De acordo com o critério para a definição de florestas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), adotado também pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB)³ em 1990 as florestas (tanto naturais quanto plantadas) recobriam 70,46% da área terrestre do território brasileiro, que é de 8.358.140 Km².

³ O SFB considera como floresta as tipologias de vegetação lenhosas que mais se aproximam da definição de florestas da FAO: “floresta corresponde a uma área medindo mais de 0,5 ha com árvores maiores que 5m de altura e cobertura de copa superior a 10%, ou árvores capazes de alcançar estes parâmetros in situ. Isso não inclui terra que está predominantemente sob uso agrícola ou urbano” (Brasil, 2019 p. 25)

Entre 1990 e 2015, último antes da entrada em vigência dos ODS, houve uma redução de 10,17% (isto é, aproximadamente 850 mil Km^2 em 25 anos) na área total de florestas brasileiras, que em 2015 correspondia a 60,29% da área terrestre do território nacional. Em 2020, a área florestada correspondia a 59,42% da área terrestre do território brasileiro, ou seja, houve uma redução de 0,87%, ou aproximadamente 72,7 mil Km^2 , em cinco anos, conforme a figura 3, que apresenta a cronologia desta tendência.

Figura 3 - Evolução da proporção da área florestal no território brasileiro (1990–2020)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024)

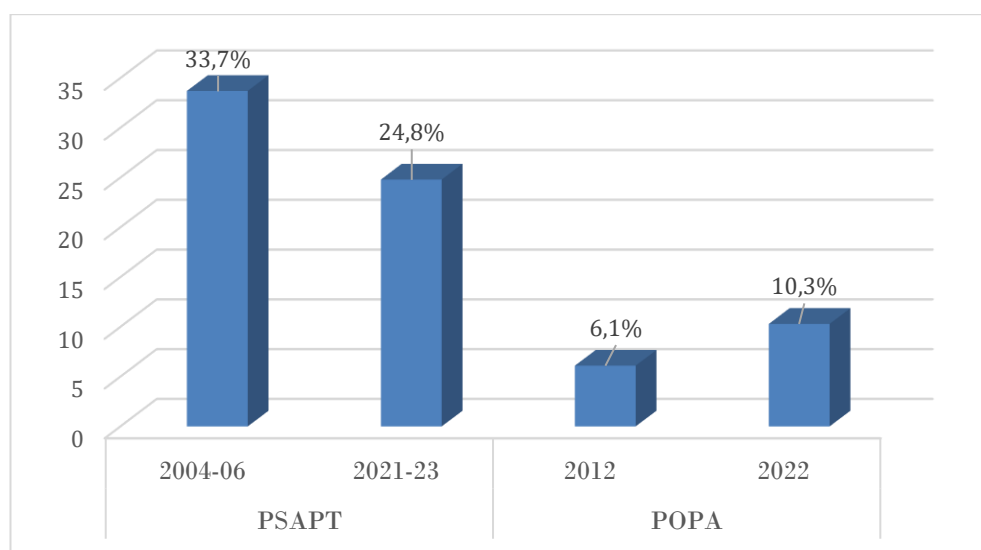
Sobre aspectos dos ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), em Moçambique, programas como o Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário (PROAGRI); o Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA); o ProSavana (2009), que envolvia o Brasil e o Japão; o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA, 2011-2020); o Programa Nacional de Investimento no Setor Agrário (PNISA, 2013); e o Programa SUSTENTA (desde 2017, atualmente em expansão) e no Brasil, iniciativas específicas voltadas às comunidades quilombolas, como o Programa Aquilomba Brasil; a Assistência Técnica e Extensão Rural para Quilombolas (ATER Quilombolas); o Selo Quilombos do Brasil; ações de etnodesenvolvimento produtivo associadas ao PAFE; além de políticas de gestão territorial e ambiental quilombola (BRASIL, 2023), têm sido desenvolvidas com o intuito de promover o desenvolvimento territorial, a inclusão produtiva, a segurança alimentar e a garantia de direitos sociais dessas comunidades, historicamente marcadas por processos de exclusão socioeconômica e territorial. mas esse desenvolvimento nunca se concretiza de forma igual, pois sua essência está marcada pela fratura colonial e ambiental da modernidade, que resulta na

marginalização do “outro” como espacialidade e temporalidade subordinadas e isso ocorre porque o desenvolvimento hegemônico necessita da desigualdade e da contradição ou da combinação entre elas para construir “um mundo às custas do mundo dos outros”.

Os dados da FAO (2024), e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, 2025), revelam que esses programas não têm tido êxito ou abrangência no campo/ nas áreas rurais, conforme detalhado na figura 4 e 5.

Em Moçambique o observatório do Meio Rural (OMR) redigidos por Abbas (2023, p. 1) evidencia que “50% da população rural vive em insegurança alimentar aguda”, além disso, a FAO (2024), conforme a figura 4, evidencia também, que a questão Prevalência de Subalimentação na população total (PSAPT) caiu de 33,7% para 24,8% entre 2004 e 2023, e para a questão da Prevalência de obesidade na população adulta (POPA) subiu de 6,1% para 10,3% entre 2012 a 2022. Isso significa que PSAPT diminuiu 8,9% e a POPA aumentou 4.3%.

Figura 4 - Evolução da prevalência de subalimentação e obesidade adulta em Moçambique



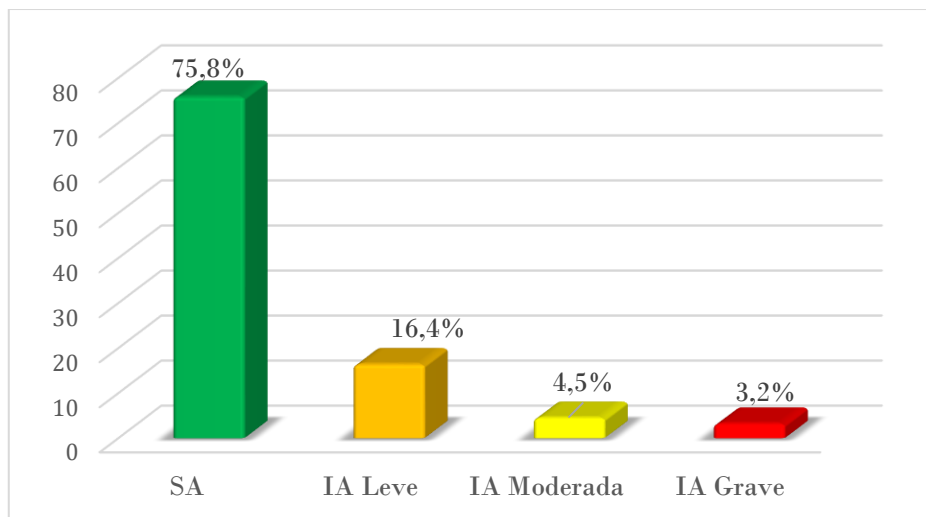
Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (2024).

Legenda: PSAPT – Prevalência de Subalimentação na população total; POPA -Prevalência de obesidade na população adulta

No Brasil, de acordo com os resultados da PNAD Contínua – Módulo Segurança Alimentar, publicados pelo IBGE em outubro de 2025, observa-se uma redução do número de domicílios em situação de insegurança alimentar. No período 2023–2024, 75,8% dos domicílios brasileiros encontravam-se em condição de segurança alimentar, enquanto 24,2% apresentavam algum grau de insegurança alimentar.

Desse total, a pesquisa identificou que 16,4% dos domicílios viviam em insegurança alimentar leve, 4,5% em insegurança alimentar moderada e 3,2% em insegurança alimentar grave.

Figura 5 - Situação da segurança alimentar no Brasil



Fonte: Elaboração própria (2025), com base em dados da PNAD Contínua (2025).

Legenda - SA: Segurança alimentar; IA leve: insegurança alimentar leve; IA moderada: insegurança alimentar moderada; IA grave: insegurança alimentar grave.

Esses resultados demonstram avanços no acesso aos alimentos, mas revelam também que a insegurança alimentar moderada e grave ainda atinge parcela significativa da população, sobretudo em territórios marcados por maior vulnerabilidade socioeconômica. Esse cenário evidencia um enquadramento interseccional, no qual fatores como racismo estrutural, pobreza, território e desigualdade de acesso a políticas públicas se articulam e produzem condições de maior risco para determinados grupos sociais.

Como destaca a PNAD Contínua (2025, p. 5), 31,4% dos domicílios rurais não conseguem manter uma alimentação adequada, considerando a presença de insegurança alimentar em qualquer grau. Em análise, o Brasil e vários países da América Latina têm apresentado avanços consistentes na redução da insegurança alimentar nos últimos anos, enquanto grande parte do continente africano mantém indicadores mais críticos e persistentes. Essas dificuldades, observadas tanto em Moçambique quanto no Brasil, dialogam diretamente com os desafios propostos pelos ODS.

Nesse cenário, a análise da insegurança alimentar e da preservação da biodiversidade deixa de se restringir a indicadores estatísticos, passando a revelar dinâmicas territoriais

concretas, nas quais as desigualdades estruturais se manifestam de forma particularizada. Compreender esses desafios exige, portanto, uma abordagem situada, capaz de articular os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável às realidades locais específicas. Para isso, adota-se a perspectiva do materialismo histórico-dialético como matriz teórico-metodológica, em diálogo com a concepção de desenvolvimento desigual de Neil Smith e com as contribuições de Malcom Ferdinand.

É nessa perspectiva comparativa e territorial que se inserem as áreas de estudo selecionadas, permitindo compreender até que ponto as formas de organização social e reprodução do campesinato nos territórios tradicionais de Chókwè e do Quilombo do Jaó dialogam com as iniciativas associadas aos ODS 2 e 15, no contexto do desenvolvimento rural desigual e como constroem estratégias de resistência. A investigação parte do pressuposto de que, apesar dos desafios estruturais, essas comunidades continuam desempenhando papel central na resistência às desigualdades produzidas pelo desenvolvimento capitalista, especialmente diante das contradições do latifúndio. Nessa perspectiva, o campesinato emerge como elemento fundamental na construção de uma heterotopia contra-colonial, que se opõe ao pensamento hegemônico eurocêntrico e à lógica das plantations

Entretanto, nessa senda, julga-se relevante destacar as áreas de estudo. Conforme ilustrado na Figura 6, que correspondem ao quilombo do Jaó, em São Paulo, Brasil, onde foi realizada vivência junto à comunidade durante um período de 60 dias. Já a Figura 7 refere-se à área de estudo em Moçambique, país de origem do pesquisador.

Destacamos que, ambas apresentam características territoriais e históricas singulares, isso é, a escolha do quilombo do Jaó, em São Paulo, e do Posto Administrativo de Chókwè⁴, em Moçambique, fundamenta-se na possibilidade de estabelecer uma análise comparativa entre territórios marcados por trajetórias históricas distintas, mas atravessados por dinâmicas comuns de desigualdade socioespacial, vulnerabilidade alimentar e desafios socioambientais, onde:

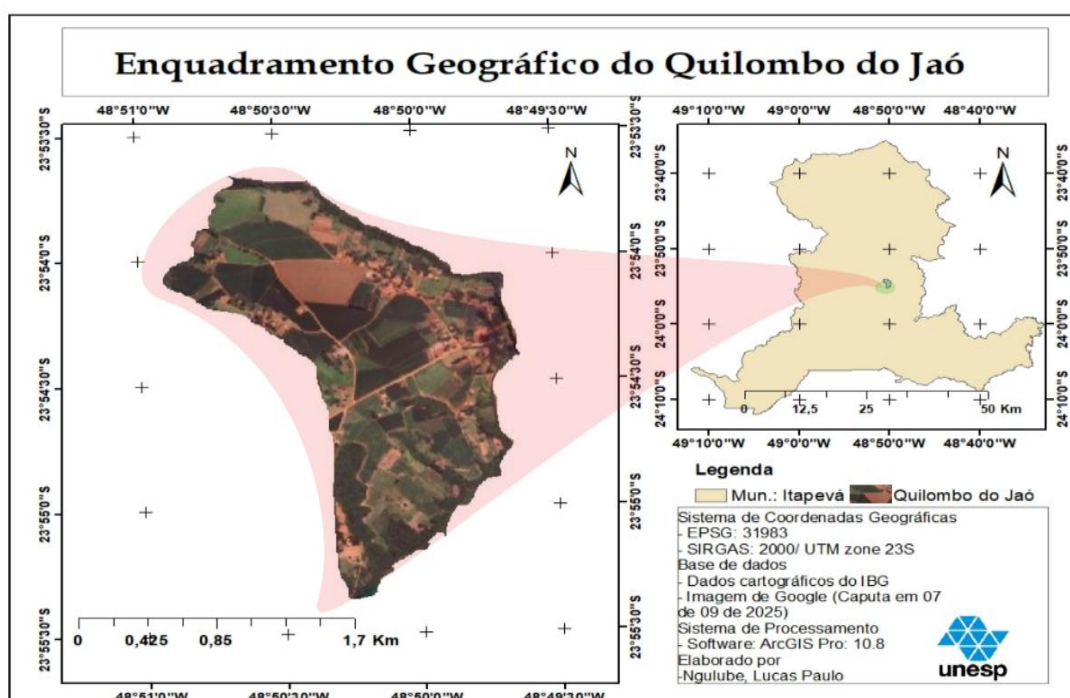
No Brasil, o quilombo do Jaó representa um território tradicional brasileiro cuja formação está associada a processos de resistência, identidade étnico-territorial e luta por reconhecimento e direitos. Por sua vez, o Posto Administrativo de Chókwè insere-se em um contexto africano caracterizado por desafios estruturais relacionados à governança territorial, políticas agrárias e segurança alimentar, entretanto, a seleção dessas áreas permite examinar

⁴ Em Moçambique, o posto administrativo é uma subdivisão do distrito, equivalente, em certa medida, a uma subprefeitura ou região administrativa local no Brasil.

como diferentes contextos históricos e institucionais produzem respostas diversas ou semelhantes às questões do desenvolvimento contribuindo para uma análise territorial comparada ancorada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Entretanto, a Comunidade do Jaó, conforme a figura 6, localizada a aproximadamente 14 km do município de Itapeva (SP), é acessada por estrada de terra e ocupa atualmente uma área de 165,56 hectares, inserida em um contexto de fazendas e sítios vizinhos. Embora se configure como um bairro rural, o Jaó distingue-se por sua identidade específica enquanto comunidade camponesa negra, cujos moradores descendem de populações cativas que resistiram à expropriação territorial e preservaram práticas socioculturais próprias, diferenciando-se da população majoritariamente branca da região (Lima, *et al.*, 2024. p.18).

Figura 6 - Enquadramento geográfico da área de estudo



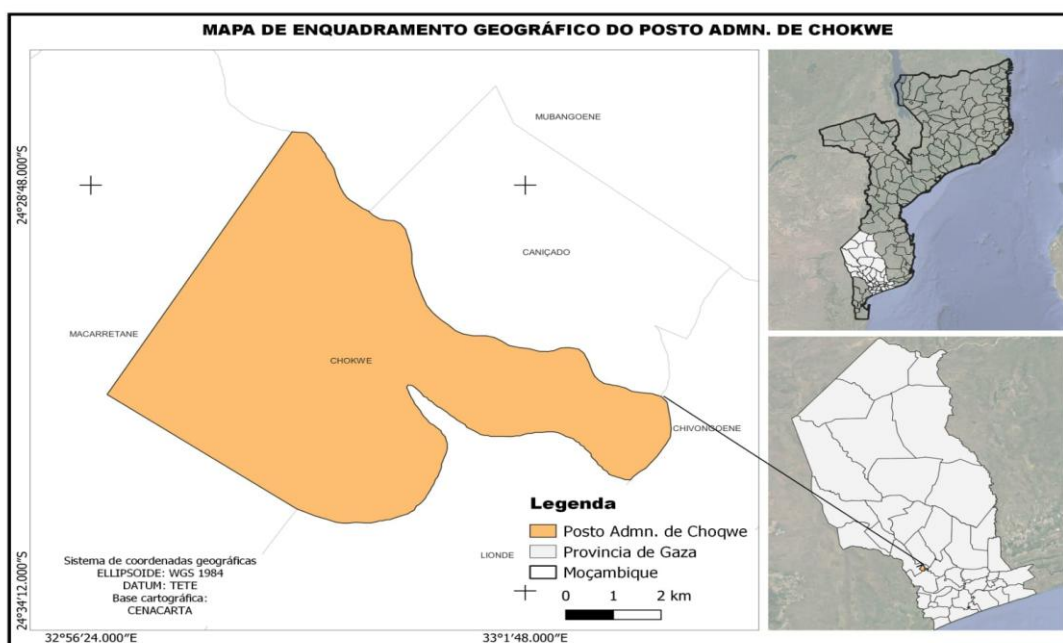
Fonte - Elaboração própria (2025)

No contexto moçambicano, o Posto Administrativo de Chókwè⁵ conforme a figura 7 localiza-se na Província de Gaza, região sul de Moçambique, a cerca de 230 km a noroeste da cidade de Maputo. Situado na margem esquerda do rio Limpopo, o território abrange extensas

⁵ Em Moçambique, o posto administrativo é uma subdivisão do distrito, equivalente, em certa medida, a uma subprefeitura ou região administrativa local no Brasil.

áreas de planície aluvial, tradicionalmente destinadas à produção agrícola. Administrativamente, o posto limita-se ao norte com o distrito de Mubangoene, ao sul com Lionde, a leste com Chivongoene e a oeste com Macarretane, configurando-se como um importante polo agropecuário da província e como espaço estratégico para a reprodução social do campesinato local.

Figura 7 - Localização do posto Administrativo de Chókwe



Fonte - Elaboração própria (2025)

Os territórios do Quilombo do Jaó, no Brasil, e do Posto Administrativo de Chókwe, em Moçambique, embora situados em contextos nacionais distintos, compartilham características estruturais que os inserem em uma mesma lógica de vulnerabilidade socioambiental e marginalização histórica. O que pode ser descrito como um processo de desenvolvimento desigual do Smith (1988, p. 7) evidenciado a partir da observação do cenário das políticas públicas, marcado simultaneamente pelo alcance e pela ausência de ações estatais. Em ambos os casos, trata-se de territórios predominantemente rurais, cuja base econômica está assentada na agricultura camponesa, dependente diretamente das condições climáticas, do acesso à terra, à água e ao apoio institucional do Estado.

No Quilombo do Jaó, a configuração territorial revela um espaço historicamente tensionado pela expansão do agronegócio e pela concentração fundiária no entorno da

comunidade. A presença de grandes propriedades rurais, associadas à monocultura, impõe limites materiais e simbólicos à reprodução do modo de vida camponês quilombola. Essa dinâmica intensifica processos de degradação ambiental, como o aumento da incidência de pragas, a contaminação do solo e a redução da biodiversidade, pulverização aérea, e entre outros que afetam de maneira direta os sistemas agrícolas familiares. Assim, o território passa a ser atravessado por relações desiguais de poder, nas quais os impactos ambientais recaem de forma desproporcional sobre uma população negra e historicamente marginalizada, configurando uma expressão concreta de racismo ambiental.

Em Chókwè, por sua vez, a problemática territorial assume contornos igualmente complexos, marcados pela agricultura de subsistência para garantir a sua alimentação, pela instabilidade climática e pela fragilidade das infraestruturas produtivas. A localização do posto administrativo na planície aluvial do rio Limpopo, embora historicamente favorável à agricultura, expõe o território a extremos climáticos recorrentes, como secas prolongadas e cheias sazonais. Esses eventos, somados à limitada capacidade de intervenção do Estado, ampliam a insegurança alimentar e a vulnerabilidade dos camponeses, em um contexto de escasso acesso a políticas públicas.

Em ambos os territórios, observa-se que as políticas públicas agrárias e ambientais se manifestam de forma fragmentada, seletiva ou ausente, reforçando um modelo de desenvolvimento que privilegia escalas macroeconômicas em detrimento das necessidades locais. Essa condição revela uma contradição central: enquanto os discursos institucionais enfatizam a promoção da sustentabilidade, da segurança alimentar e do desenvolvimento rural, que causa degradação ambiental, incidência de pragas, contaminação do solo, redução da biodiversidade, pulverização aérea, os territórios camponeses continuam a enfrentar processos de exclusão, precarização produtiva e invisibilização política.

Neste ponto, não se defende a simples incorporação de tecnologias de ponta nos territórios tradicionais, mas a necessidade de reduzir os impactos dos avanços técnico-científicos e produtivos sobre as tecnologias sociais de produção, fundamentais para a reprodução da vida camponesa e para o fortalecimento de práticas alinhadas aos ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e 15 (Vida Terrestre).

O texto está organizado em cinco partes principais. Inicialmente, apresentam-se os objetivos e o referencial teórico, com ênfase nas categorias de desenvolvimento desigual, contradição social, espacialidade e temporalidade. Em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos, incluindo a abordagem comparativa, a análise cartográfica, as entrevistas

semiestruturadas e os instrumentos de avaliação da segurança alimentar. Na terceira parte, analisam-se as dinâmicas territoriais e o uso do solo nos territórios estudados. Posteriormente, discutem-se as condições de segurança alimentar, as percepções do campesinato e o alcance das políticas públicas em Moçambique e no Brasil, em articulação com os ODS 2 e 15. Por fim, apresentam-se as considerações finais, sintetizando os principais achados da pesquisa.

2 OBJETIVO:

2.1 Geral

- Compreender como os territórios de Chókwè e do Quilombo do Jaó dialogam as formas de resistência, organização social e reprodução do campesinato com as iniciativas vinculadas aos ODS 2 e 15 no contexto do desenvolvimento rural desigual.

2.2 Específicos

- a) Mapear o uso e aproveitamento do solo;
- b) Avaliar a disponibilidade de alimentos e a insegurança alimentar nos territórios
- c) Identificar, a partir das entrevistas semiestruturadas, as percepções dos camponeses acerca dos desafios enfrentados nos territórios tradicionais e do alcance das políticas públicas em Moçambique e no Brasil.
- d) Investigar como os incentivos relacionados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2 e 15 interferem nas formas de resistência e resiliência do campesinato diante das desigualdades estruturais.

3. REFERENCIAL TEÓRICO: DESENVOLVIMENTO DESIGUAL, CONTRADIÇÕES SOCIAIS E AS DIMENSÕES DA TEMPORALIDADE E ESPACIALIDADE

Debateremos neste capítulo em torno de quatro (4) autores como ponta de lança: Neil Smith, em *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço* (1988); Milton Santos (2006), a partir de sua concepção da natureza do espaço; Henri Lefebvre (1974), com a formulação da dupla complexidade; e Malcolm Ferdinand (2022), com a noção de dupla fratura colonial e ambiental apresentada em *Uma Ecologia Decolonial*.

A interlocução entre esses autores não se dá de forma justaposta, mas articulada, compondo um cenário analítico crítico ancorado na matriz do Materialismo Histórico-Dialético. Essa articulação permite compreender o território como produção histórica e social, atravessada por contradições estruturais do modo de produção capitalista, expressas no desenvolvimento desigual, nas disputas pela terra e nas fraturas socioambientais herdadas da modernidade colonial.

Iniciando: a discussão parte, fundamentalmente, da concepção de desenvolvimento desigual formulada por Smith (1988, p. 7), para quem a desigualdade não constitui uma distorção do capitalismo, mas um produto inerente à sua dinâmica de expansão e acumulação. Segundo o autor, o capitalismo produz o espaço de maneira diferenciada, organizando-o a partir de hierarquias e assimetrias que expressam relações estruturais de poder e dependência. Nesse sentido, o desenvolvimento desigual manifesta-se como mecanismo constitutivo da produção espacial, articulando centro e periferia, moderno e atrasado, urbano e rural, em um processo contínuo de diferenciação territorial. Tal lógica sustenta a naturalização da eliminação ou subordinação do “outro”, o que Ferdinand (2022, p. 107) denomina de atuação de “xenoguerreiros”, forças estruturais orientadas à supressão de territórios e sujeitos considerados descartáveis. Produzem-se, assim, territórios de exclusão e dependência, coerentes com uma visão de “sustentabilidade de baixa intensidade” Sachs (2015), atingindo especialmente territórios tradicionais atravessados por múltiplas dimensões de interseccionalidade.

Nessa perspectiva, as dualidades descritas por Smith (1988) refletem a dialética da dupla complexidade apresentada por Lefebvre (1974), onde nos alerta que as contradições sociais não se restringem apenas às relações de classe, mas também se manifestam nos desencontros entre espacialidades e temporalidades e propõe que o espaço deve ser compreendido a partir de uma tríade constituída pelo espaço percebido (*perçu*), concebido (*conçu*) e vivido (*vécu*), o que

permite apreender as dinâmicas materiais, simbólicas e subjetivas que conformam o território.

Partir dessa leitura, a temporalidade e a espacialidade tornam-se elementos fundamentais para compreender a materialização do desenvolvimento desigual no campo, criado pela ação humana e movido pela intencionalidade, que engendra o conjunto indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos, conforme proposto por Santos (2006). Ao correlacionar a concepção de Santos com a de Lefebvre, compreende-se que a espacialidade expressa a materialidade e a configuração territorial, correspondendo ao conjunto de fixos que são objetos/ são lugares que dão suporte às práticas sociais, enquanto a temporalidade traduz os fluxos, ou seja, as ações que dinamizam e transformam o espaço ao longo do tempo. Assim, espaço e tempo constituem dimensões indissociáveis para a compressão das relações sociais e territoriais, sobretudo para a percepção da realidade do subjugado-heterodoxo.

Nesse sentido, a discussão sobre espacialidade e temporalidade, abordada por Lefebvre, e as desigualdades descritas pelo Smith (1988), remetem à constatação de que, desde a gênese do pensamento desenvolvimentista, o processo nunca foi igualitário, á título as propostas de desenvolvimento a partir do século XX, têm sido reformuladas sob o discurso da sustentabilidade, mas, como destacam Layrargues e Lima (2014), as diretrizes que enfatizam a continuidade e a interdisciplinaridade entre desenvolvimento e sustentabilidade foram apropriadas por organismos multilaterais e governos do Hemisfério Norte, especialmente após a Conferência Rio-92. Essa apropriação resultou na adaptação do discurso desenvolvimentista às demandas políticas e econômicas dos grupos dominantes, enfraquecendo seu potencial transformador e reproduzindo o desenvolvimento desigual, uma vez que, conforme afirma Smith, O desenvolvimento desigual do capitalismo não é um acidente ou uma anomalia; é um produto necessário do modo de produção capitalista: (Smith, 1988, p. 148, tradução nossa)

Em uma análise crítica dessa diretriz, concebemos que o campo social onde o desenvolvimento é aplicado se configura como um espaço de disputa entre grupos dominantes e dominados, sendo que:

[...] Os dominantes são os que definem o capital social legítimo do campo – objeto de disputa entre seus participantes – e, portanto, as regras do jogo. Tendem à ortodoxia e desenvolvem estratégias de conservação; enquanto os dominados tendem à heterodoxia e ao uso de estratégias de subversão da ordem: (Layrargues; Lima 2014, p. 23-24).

Esse pensamento é essencial para compreender as relações de poder presentes nos territórios estudados, nos quais determinados grupos, detentores de maior capital social,

econômico, impõem normas e práticas que asseguram sua posição dominante (ortodoxia). Em contrapartida, os grupos subalternos desenvolvem estratégias heterodoxas de resistência e reconfiguração das relações, criando formas alternativas de reprodução social, solidariedade e defesa do território. Ao mesmo tempo, é nesses mesmos territórios que emergem heterotopias de resistência “outros lugares” de reexistência, nos quais práticas sociais, saberes locais e modos próprios de reprodução da vida tensionam a racionalidade hegemônica do desenvolvimento.

Essa dinâmica é central para a compressão das desigualdades sociais, tanto na perspectiva de Lefebvre (1974), por meio da tríade espacial, que fornece um instrumento teórico para interpretar o desenvolvimento desigual do Smith (1988) que corresponde base de análise do materialismo histórico e dialético para as contradições sociais. Nessa abordagem, a dimensão vivida (*vécu*) representa o espaço concreto das ações humanas, onde se materializam as contradições entre o moderno e o atrasado, o urbano e o rural, o centro e a periferia. A dimensão concebida (*conçu*) corresponde ao espaço das estratégias, das normas e dos projetos, frequentemente definidos pelos grupos dominantes, mas também passíveis de subversão pelos heterodoxos como forma de contraposição às desigualdades desenvolvimentistas e estruturais. Já a dimensão percebida (*perçu*), compreende o cenário ambiental de um determinado território, a sua paisagem, os seus modos de vida, o clima-territorial na perspectiva social-relacional, e a sua construção material e simbólica, porque esse espaço é construído pelos órgãos sensoriais. Isso é, o desenvolvimento desigual centra-se no vivido, no percebido e no concebido originado pela intencionalidade perante a natureza, estruturada pelas políticas públicas, sobretudo entre o alcance e a ausência no contexto desenvolvimentista.

A partir da dimensão concebida (*Conçu*) que corresponde o espaço das estratégias, das normas e dos projetos definidos pelos ortodoxos e passíveis de subversão pelos heterodoxos, fazem surgir dois movimentos contraditórios um com a concepção colonialista-desenvolvimentista e o outro contra-colonialista-tradicionalista.

Essas dimensões dialogam com a noção de dupla fratura colonial e ambiental proposta por Malcom Ferdinand (2022), em Uma Ecologia Decolonial. O autor afirma que “a dupla fratura persiste entre os que têm a tempestade ecológica no horizonte (ortodoxos: colonialista-desenvolvimentista) e aqueles a quem o convés da justiça foi negado muito antes das primeiras rajadas de vento (heterodoxos: contra-colonialista-tradicionalista)” (Ferdinand, 2022, p. 22–23). Essa ideia expressa a cisão histórica que separa a exploração colonial da degradação ambiental, revelando como ambas são faces complementares do mesmo processo civilizatório

moderno. Ou por outra a fratura colonial diz respeito ao processo pelo qual o “outro” é definido como aquele que deve ser sacrificado para a construção do mundo hegemônico dos devoradores do mundo ou, como afirma Ferdinand (2022, p. 107) “meu mundo às custas do mundo dos outros” e a fratura ambiental da modernidade, caracteriza-se pelas tensões em que o avanço técnico e produtivo, convive com a persistência da pobreza, revelando o desenvolvimento contraditório/desigual e estrutural entre crescimento econômico e justiça social.

Assim, o desenvolvimento desigual, reflete não apenas a dinâmica econômica capitalista, mas também a permanência de estruturas coloniais que produzem injustiças sociais e o chamado racismo ambiental. É nessa perspectiva do racismo ambiental (responsável por diversos impactos ecológicos e climáticos em escala global) que se compreende a preocupação que levou à formulação da Agenda 2030, da qual fazem parte os ODS. Mas, antes mesmo da formulação dos ODS, diversas ações ambientais já vinham sendo levantadas desde os anos 1960 e 1970. Onde:

Os movimentos ambientais e ecologistas desde esse período marcaram o início de um movimento ambientalista global, incluindo as principais Cúpulas da Terra, o nascimento de partidos políticos ecologistas, as ações de organizações não governamentais, o reconhecimento do Earth Day nos Estados Unidos e, ainda, o relatório do Clube de Roma em 1972. Lançaram-se alertas relativos à degradação dos ecossistemas do planeta, à diminuição dos recursos naturais e à perda de biodiversidade: (Ferdinand, 2022, p. 99).

Tais preocupações impulsionaram a formulação de metas globais para que os países-membros das Nações Unidas desenvolvessem estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável e à promoção da igualdade entre distintas espacialidades (fixos ou lugares) isso é, entre o urbano e o rural, o centro e a periferia e na temporalidade entre o moderno e o atrasado. No entanto, percebe-se a persistência de disparidades entre os objetivos propostos pela Agenda 2030 e a realidade concreta dos espaços vividos (*vécu*) e percebidos (*Perçu*).

Esse cenário, conforme Ferdinand (2022, p. 23), representa a “dupla fratura colonial e ambiental da modernidade”, uma vez que ainda prevalecem os mesmos objetivos do pensamento hegemônico e eurocêntrico herdados do período colonialista. Assim, a preocupação dos ortodoxos permanece voltada ao lucro e ao crescimento ilimitado em nome do chamado desenvolvimento sustentável”, que pode ser compreendido como uma “sustentabilidade de baixa intensidade, na perspectiva de Sachs (2015). Tal racionalidade encontra respaldo na dinâmica descrita por Smith, ao afirmar que “o capitalismo não apenas explora a natureza; ele a produz à sua própria imagem: (Smith, 1988, p. 54, tradução nossa), evidenciando que a

apropriação ambiental e territorial integra a própria lógica estrutural da acumulação. Facto que nos leva a concordar com Ariovaldo (2007) ao designar o cenário atual no contexto das contradições sociais como desenvolvimento desigual e contraditório e/ou combinado, pois há, portanto, uma “distância entre os movimentos ambientais e ecologistas, de um lado, e os movimentos pós-coloniais e antirracistas, de outro” (Ferdinand, 2022, p. 23).

Essa distância deve-se ao fato de que os movimentos ambientais e ecologistas, em grande medida, defendem uma concepção desenvolvimentista e integram grupos de orientação ortodoxa-xenoguerreiro e devoradores do mundo, enquanto os movimentos pós-coloniais e antirracistas assumem uma postura contra-desenvolvimentista-heterodoxas, composta por grupos sociais diretamente ligados aos territórios tradicionais, territórios marcados por tendências eliminatórias pelo outro o “senhor-patriarca” (Ferdinand, 2022, p. 107).

Dentro dessas contradições, o desenvolvimento desigual do Smith (1988) e a contraditório e/ou combinado descritas pelo Oliveira (2007) caracteriza-se da seguinte maneira:

- **O desenvolvimento desigual:** manifesta-se em contextos nos quais o crescimento econômico e social ocorre de forma espacialmente seletiva, privilegiando determinados territórios (em geral os centros urbanos e produtivos) em detrimento de outros, como as áreas rurais e periféricas. Conforme Smith (1988), o desenvolvimento desigual constitui uma tendência estrutural do capitalismo, que produz e reproduz diferenças espaciais como condição de sua própria expansão, concentrando investimentos, infraestrutura e riqueza em áreas estratégicas, ao mesmo tempo em que subordina ou marginaliza outros espaços. Nessa perspectiva, a desigualdade territorial não é um efeito colateral do desenvolvimento, mas parte constitutiva da lógica de produção do espaço.
- **O desenvolvimento contraditório:** por sua vez, evidencia as tensões internas desse sistema, no qual o avanço técnico e produtivo convive com a pobreza, a exclusão e a degradação ambiental, revelando a contradição estrutural entre o crescimento econômico e a justiça social (Lefebvre, 1974).
- **O desenvolvimento combinado:** expressa a coexistência e a interdependência de diferentes temporalidades e modos de produção. A temporalidade é o tempo, e o tempo é moderno e atrasado/tradicional, essa dualidade revela a dependência entre as ações humanas e os objetos produzidos, os quais, por sua vez, classificam os espaços de coexistência e de interdependência. Portanto, não é o espaço que gera os territórios de

coexistência e de interdependência, mas sim a temporalidade, entendida como um conjunto de sistemas de ação que produzem objetos sobre o espaço. Não estamos a recusar uma hipótese contraditória desse ponto, pois diversos fatores podem atuar em posições opostas. Contudo, o que se busca defender é que a espacialidade tende a ser fixa, enquanto a temporalidade, como fluxo, representa adaptação e movimento. É nesse dinamismo temporal que se sobrepõem e se transformam as formas espaciais. Essa combinação demonstra como o capitalismo incorpora e transforma formas locais de produção em função da “lógica global de acumulação” (Trotsky, 1932; Oliveira, 2007) no sentido de colocar a combinação desigual. Entre o urbano e o rural a periferia e o centro.

Assim, o desenvolvimento deve ser compreendido a partir de seus aspectos qualitativos, uma vez que a concepção de desenvolvimento tem se constituído como força motriz na construção da temporalidade, na perspectiva da ação dinamizadora da espacialidade, expressa na capacidade de oferta de serviços articulados às políticas públicas, entre o alcance e a ausência dessas ações sociais, aos habitantes de diferentes territórios, sejam eles rurais ou urbanos, centrais ou periféricos. Essa capacidade reflete não apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, mas também as desigualdades sociais, que determinam o acesso a bens e serviços.

Nesse contexto, observa-se que os modelos do desenvolvimento vigente, baseados na expansão de atividades agrícolas e extrativas, reforçam a concentração de recursos e de poder, ao mesmo tempo em que ampliam as pressões sobre florestas e outros ecossistemas dentro ou ao redor dos povos e territórios tradicionais. Essa dinâmica, presente tanto no Brasil quanto em Moçambique, evidencia como o avanço econômico se sustenta sobre relações territoriais desiguais e contraditórias, reafirmando o carácter desigual do desenvolvimento, á título desse cenário, no Brasil, análises de monitoramento territorial mostram que grande parte do desmatamento recente está associada à conversão para pastagens e à expansão de culturas comerciais (soja e outras commodities), sendo a agropecuária responsável por parcela significativa da perda de cobertura nativa em biomas como Amazônia e Cerrado (Mapbiomas, 2024; INPE, 2024).

Essas alterações no uso da terra não apenas reduzem a área florestal, como também alteram os regimes hidrológicos regionais (com consequente diminuição de vazões de rios e de disponibilidade de água superficial) o que compromete a produção agrícola local e a oferta hídrica para povos em territórios tradicionais (SOFI, 2024).

Em Moçambique, embora parte das políticas recentes enfatize reflorestamento e manejo

florestal sustentável, o país apresenta perda expressiva de cobertura arbórea nas últimas décadas, decorrente de extração madeireira, expansão de agricultura de corte e queima, e uso de lenha e carvão como fontes energéticas (Global forest watch; FAO, 2024). Nessas condições, a conversão de áreas florestais para usos agrícolas sem monitoramento e sem garantias de sustentabilidade tende a reduzir a resiliência dos sistemas agroecológicos locais, afetando sazonalidade das chuvas e produtividade de culturas de subsistência, com efeitos diretos sobre a segurança alimentar das populações rurais (FAO, SOFI, 2024).

Face a essas realidades vividas e percebidas no interior da espacialidade desses dois territórios, geograficamente distantes, mas conectados por uma mesma matriz cultural e cosmológica, torna-se evidente que a relação entre o desmatamento das florestas nos territórios tradicionais, a produção agrícola e a fome é complexa e ambivalente. Por um lado, a expansão das fronteiras agrícolas pode ampliar a oferta de produtos destinados aos mercados nacional e internacional. Por outro, quando essa expansão é conduzida por modelos de agricultura extensiva e por cadeias produtivas voltadas ao mercado global, ela se transforma em um processo gerador de degradação ambiental, concentração fundiária e exclusão dos pequenos produtores. É nesse ponto que se manifesta o caráter desigual, contraditório e/ou combinado do desenvolvimento, uma vez que o crescimento econômico ocorre simultaneamente à intensificação das desigualdades territoriais e à ampliação da insegurança alimentar entre as populações locais (FAO, 2012).

Quais caminhos podem ser considerados para enfrentar a fome em contextos específicos?

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) destaca que o progresso na redução da fome não depende apenas do aumento da produção de alimentos, mas também da promoção de modelos agropecuários sustentáveis, da ampliação do acesso à terra e aos recursos pelos pequenos produtores e do fortalecimento de políticas públicas que integrem conservação ambiental e segurança alimentar (FAO, 2024).

Como exemplo emblemático dos impactos decorrentes da presença ou ausência de políticas estruturantes no enfrentamento da fome, elaborou-se um quadro comparativo entre Fome, Desenvolvimento e Disparidades Territoriais no Brasil, contemplando o período do governo Bolsonaro (2019–2022) e o governo Lula (2023–2025). A realização de análise semelhante para Moçambique revela-se metodologicamente relevante; contudo, observa-se significativa limitação quanto à sistematização, transparência e disponibilidade pública de dados consolidados sobre políticas específicas de combate à insegurança alimentar, o que dificulta a construção de um quadro comparativo nos mesmos moldes.

Nesse sentido, o Quadro 1 busca evidenciar como diferentes modelos de gestão e arranjos político-institucionais influenciam o enfrentamento da fome, o desenvolvimento territorial e a redução ou reprodução das desigualdades sociais.

Quadro 1 - Comparação entre: Fome, Desenvolvimento e Disparidades Territoriais no Brasil, abrangendo o período do governo Bolsonaro (2019–2022) e o período do governo Lula (2023–2025)

Dimensão / Indicador	Período Bolsonaro (2019–2022)	Período Lula (2023–2025)	Fatores Explicativos das Disparidades
Segurança Alimentar / Mapa da Fome (FAO)	Brasil retorna ao Mapa da Fome em 2021; cerca de 6,6% $\approx$ 33 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave.	Brasil sai novamente do Mapa da Fome em 2025; menos de 2,5% da população em subalimentação.	Desmonte e posterior retomada de políticas de segurança alimentar; impacto da pandemia; recomposição de políticas sociais.
Pobreza e Extrema Pobreza (Nassif-Pires <i>et al.</i>)	Expansão durante a pandemia; aumento do desemprego e inflação; redução do auxílio emergencial.	Queda significativa da pobreza com revalorização do Bolsa Família, aumento real do salário mínimo e melhora do emprego formal.	Política econômica redistributiva e reativação de programas sociais integrados.
Acesso à Terra e Reforma Agrária (INCRA)	Redução expressiva de assentamentos e regularizações fundiárias; cortes no INCRA e paralisação de programas de titulação coletiva.	Retomada de políticas agrárias; criação do Plano Nacional de Reforma Agrária 2024–2027; ampliação do crédito para agricultura familiar via PRONAF.	Diferença de orientação ideológica: prioridade ao agronegócio (Bolsonaro) vs. à agricultura familiar e soberania alimentar (Lula).
Uso do Solo e Desmatamento (INPE)	Aumento do desmatamento na Amazônia (média anual 11.594 mil km ² em 2022); enfraquecimento da fiscalização ambiental.	Queda de mais de 50% no desmatamento até 2024; retomada da atuação do IBAMA e do ICMBio.	Políticas de comando e controle reativadas; cooperação internacional; investimento em monitoramento satelital.
Acesso à Água, Irrigação e Saneamento Rural (MDS)	Investimentos limitados; programas como o 'Água para Todos' e o '1 Milhão de Cisternas' praticamente paralisados.	Retomada e ampliação de programas de irrigação comunitária; investimentos no PAC e no novo 'Água Para Todos 2.0'.	Políticas públicas territoriais retomadas; integração entre segurança hídrica e segurança alimentar.

Serviços Públicos Básicos (Saúde, Educação, Assistência) (MS)	Desfinanciamento do SUS e da educação; cortes no orçamento da assistência social e no PAA.	Reforço orçamentário e reativação do PAA e PNAE; ampliação do SUAS e fortalecimento do SUS.	Diferentes prioridades fiscais e de política pública; enfoque social versus austeridade.
---	--	---	--

Fonte: Criação nossa, com base em FAO; Nassif-Pires *et al*; INCRA; INPE; MS.

Diante deste quadro, a articulação entre os ODS 15 (Vida Terrestre) e ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) exige políticas que integrem conservação, restauração e segurança alimentar. Ações de proteção de florestas e de restauração de paisagens devem ser combinadas com programas de apoio à agricultura familiar (extensão agrícola, acesso a sementes resilientes, mercados locais) e com mecanismos de governança territorial que garantam direitos fundiários e participação das comunidades tradicionais nas decisões sobre uso da terra. Somente dessa forma será possível reduzir o desmatamento, preservar serviços ecossistêmicos (água, polinização, controle de erosão) e ao mesmo tempo promover produção agrícola capaz de reduzir a fome sem sacrificar a integridade dos ecossistemas (FAO, SOFI, 2024).

De acordo com os relatórios da SOFI (2024) e The State of the World's Forests (2024), o ODS 2 encontra-se em retrocesso em grande parte do Sul Global. A insegurança alimentar moderada ou grave atinge mais de 40% da população em países de baixa renda, enquanto os sistemas alimentares permanecem vulneráveis às mudanças climáticas, à concentração fundiária e à dependência de insumos externos. Paralelamente, o ODS 15 enfrenta entraves semelhantes, marcados pela perda acelerada de florestas tropicais e pela limitação das políticas de restauração e manejo sustentável.

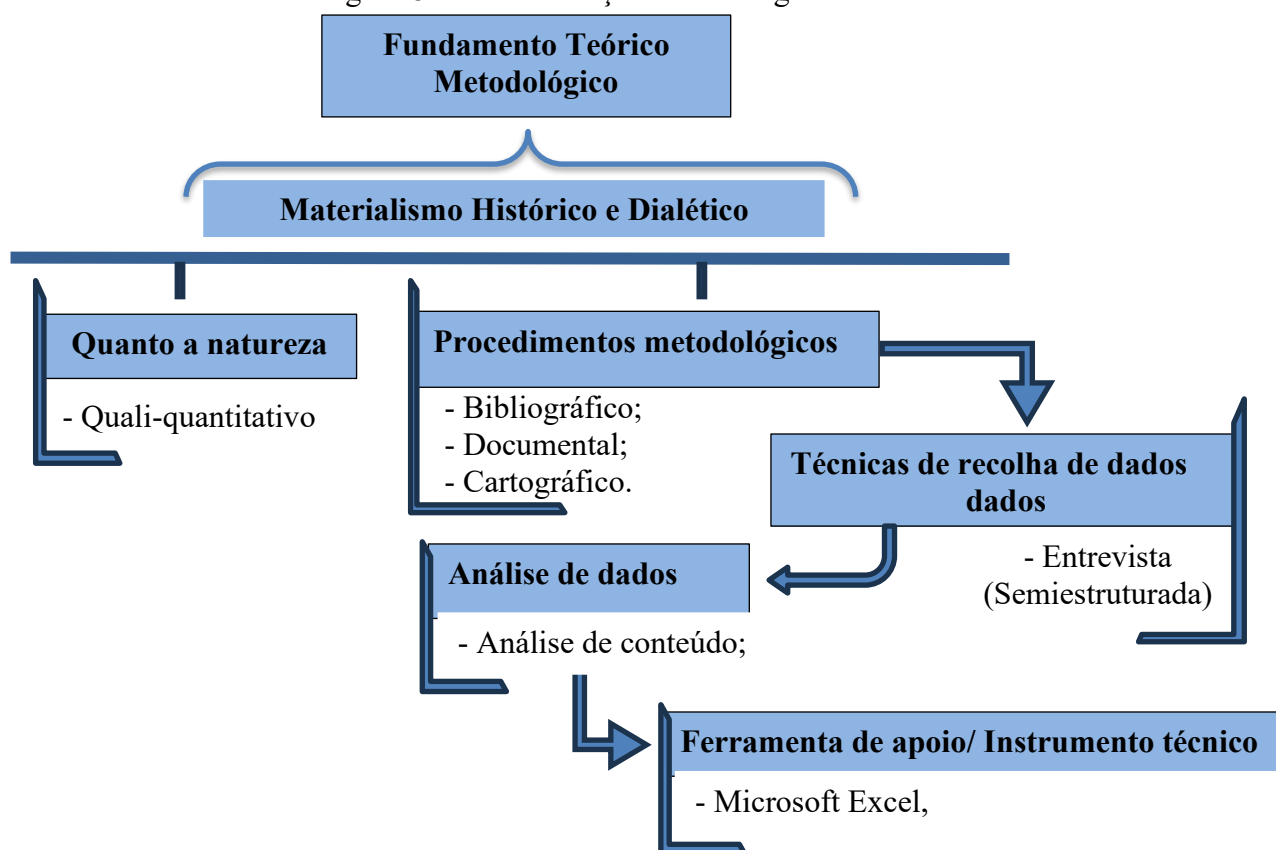
No Brasil, apesar da recente redução do desmatamento e da reativação de programas estratégicos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), persistem a concentração fundiária e os conflitos por terra. Em Moçambique, o avanço da exploração madeireira e mineral sobre terras comunitárias compromete a sustentabilidade dos modos de vida locais e intensifica a insegurança alimentar nas zonas rurais. Entretanto, perante o conjunto teórico discutido acima demonstra-se que o desenvolvimento desigual não pode ser compreendido apenas como uma dinâmica econômica, mas como expressão de um projeto civilizatório marcado por disputas de poder, hierarquias raciais, fraturas coloniais e assimetrias espaciais e temporais.

4. METODOLOGIAS

A pesquisa fundamenta-se no Materialismo Histórico e Dialético como matriz teórico-metodológica, formulado por Karl Marx e Friedrich Engels, orientando a análise das dinâmicas territoriais a partir das categorias de historicidade, totalidade, contradição e mediação. Com base nessa perspectiva, adotou-se uma abordagem mista (quali-quantitativa), integrando procedimentos descritivos, análise documental, elaboração cartográfica e realização de entrevistas semiestruturadas e sistematização de dados quantitativos por meio do software Microsoft Excel.

O referencial teórico articula a contribuição de Neil Smith, em *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço* (1988), cuja análise enfatiza a produção capitalista do espaço e o caráter estrutural do desenvolvimento desigual que problematiza a formação do campesinato e a dinâmica contraditória do desenvolvimento no campo articulando essa análise com Malcom Ferdinand (2022), a partir da sua proposta da dupla fratura colonial e ambiental, exposta no livro *Uma ecologia decolonial*.

Figura 8 - Sistematização metodológica



Fonte - Elaboração própria (2025)

Para aprofundar a análise sobre a dinâmica espacial em relação à produção agrícola (campesinato), utiliza-se também a obra de Milton Santos, apresentada em “A natureza do espaço” (2006), que define o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Henri Lefebvre (1974), a partir da sua teoria de dupla complexidade; Além disso, uma vez que a ideia é articular a concepção do desenvolvimento na perspectiva do cenário do alcance ou ausências das políticas públicas nos territórios tradicionais, para isso a pesquisa destaca a problematização de análise da qualidade da implementação dos ODS como um elemento fundamental para compreender, tanto a estabilidade, quanto a resistência do campesinato e a preservação do meio ambiente nos territórios tradicionais (Brasil e Moçambique) e a participação política.

4.1 Participantes da pesquisa

Participaram do estudo camponesas e camponeses residentes nos territórios analisados, com idade igual ou superior a 18 anos, conforme o critério legal de consentimento. A seleção dos participantes foi realizada por meio da técnica de amostragem em bola de neve, apropriada a contextos comunitários rurais, nos quais o acesso aos sujeitos depende de redes de confiança e reconhecimento social. Na comunidade do Quilombo de Jaó, composta por 208 famílias, e no Posto Administrativo de Chókwè, com uma população de 237.671 habitantes, os primeiros entrevistados indicaram outros membros considerados relevantes para a compressão das dinâmicas territoriais investigadas. O total de participantes da pesquisa ($n = 40$) corresponde a 20 entrevistados em cada território. Esse quantitativo foi definido com base no critério de saturação teórica, atingido quando as entrevistas passaram a apresentar recorrência temática, garantindo densidade analítica e consistência interpretativa.

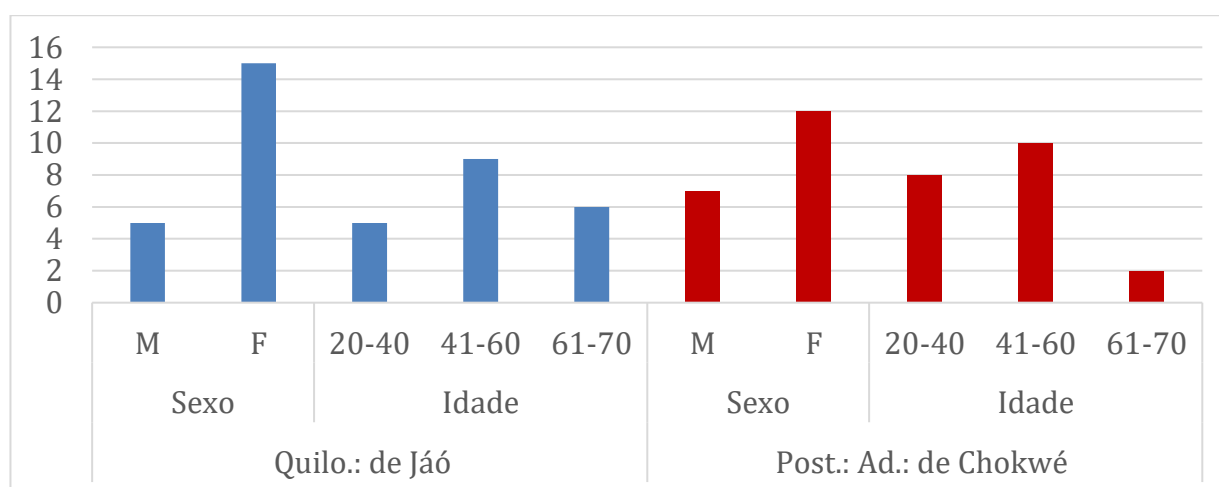
Em Moçambique, foram realizadas 20 entrevistas, aprovadas pelo Comitê Nacional de Bioética para a Saúde (Ref.: 581/CNBS/25). No Brasil, onde se desenvolveu uma vivência de 60 dias na comunidade, também foram realizadas 20 entrevistas, autorizadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 90525425.9.0000.5408). Todas as entrevistas foram conduzidas mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando o cumprimento dos princípios éticos da pesquisa.

A distribuição dos participantes segundo sexo e faixa etária, apresentada na Figura 9, evidencia diferenças relevantes entre os dois contextos. No Quilombo de Jaó (Brasil), observa-se predominância feminina, com aproximadamente 15 mulheres e 5 homens, indicando maior

participação das mulheres nas entrevistas. Esse padrão pode estar associado ao fato de que muitos homens se encontram envolvidos em atividades produtivas fora da comunidade no momento da coleta de dados. No Posto Administrativo de Chókwè (Moçambique), embora também haja predominância feminina (cerca de 12 mulheres), a participação masculina é mais expressiva (aproximadamente 7 homens) em comparação ao contexto brasileiro.

Em relação à faixa etária, no Quilombo de Jaó destaca-se maior concentração de participantes entre 41 e 60 anos (cerca de 9 indivíduos), seguida pelos grupos de 61 a 70 anos (6 participantes) e de 20 a 40 anos (5 participantes). Já em Chókwè, observa-se distribuição relativamente equilibrada, com maior presença também na faixa de 41 a 60 anos (aproximadamente 10 participantes), seguida pelos grupos de 20 a 40 anos (8 participantes) e menor participação entre 61 e 70 anos (cerca de 2 participantes).

Figura 9 - Distribuição dos entrevistados por sexo e idade, no Quilombo do Jaó (Brasil) e Chokwé (Moçambique), 2025



Fonte: Dados da pesquisa (2025). n = números absolutos.

Esses dados indicam que a faixa etária de 41 a 60 anos concentra sujeitos com maior acúmulo de experiência produtiva e conhecimento territorial, desempenhando papel central na organização das atividades agrícolas e na transmissão de saberes. Por outro lado, a menor participação de jovens adultos sugere desafios relacionados à permanência no campo, possivelmente associados à migração ou à inserção em atividades externas ao território. Já os participantes mais idosos, embora em menor número, mantêm papel estratégico como guardiões de conhecimentos tradicionais e referências socioculturais nas comunidades.

4.2 Procedimentos metodológicos

Como parte dos procedimentos metodológicos, foi utilizado o método cartográfico, com os seguintes objetivos:

a) Mapeamento do uso e aproveitamento do solo:

- ❖ Produção dos Mapa de localização das áreas de estudo
- ❖ Produção do Mapa da Área de Cultivo Familiar:

O mapa foi elaborado a partir da interpretação visual de imagens do Google Earth, considerando elementos como cor, tonalidade, textura, geometria, forma, estrutura e relações de contexto espacial. Esse procedimento permitiu identificar padrões característicos das áreas de cultivo familiar. Adicionalmente, realizou-se a sobreposição dos dados de uso e cobertura da terra produzidos pelo MITADER (Inventário Florestal Nacional, 2016) e do mapa de bioma do município de Ipateva, integrando essas informações às imagens do Google Earth referentes ao Posto Administrativo de Chókwè e ao Quilombo do Jaó, respectivamente. Por fim, todos os dados foram processados e analisados espacialmente no software ArcGIS 10.8 Pro, garantindo maior precisão na interpretação e na elaboração dos mapas temáticos.

b) Produção do Mapa de Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI)

Os mapas de NDVI foram produzidos com recurso a ferramenta *Map Algebra* do ArcGIS 10.8. Através desta ferramenta foi aplicada a seguinte formula para o cálculo do NDVI:

$$NDVI = \frac{(NRI - RED)}{(NRI + RED)}$$

Onde:

NRI – Refelectância no infravermelho próximo (Banda 5 para imagem LANDSAT 9)

RED – Refelectância da banda no vermelho (Banda 4 para imagem LANDSAT 9).

A análise baseou-se na metodologia de Caetano Mário *et al.* (2008), que classifica os valores do NDVI partindo dos valores de -1 a 1, representando diferentes estados de saúde da vegetação;

- -1 a 0,00 - indicando vegetação morta ou área desprovida de vegetação;
- 0,00 a 0,33 - vegetação em estado crítico ou não saudável;

- 0,33 a 0,66 - vegetação moderadamente saudável;
- 0,66 a 1.00 - vegetação altamente saudável.

Importa frisar que, o cálculo do NDVI foi antecedido pelo processo de reprojeção das imagens de LANDSAT com recurso a ferramenta *Project Raster* do ArcGIS 10.8.

As imagens de Posto Administrativo de Chókwè: de WGS 1984_UTM_ZONE36N para WGS 1984_UTM_ZONE36S, e as imagens de Quilombo: de WGS 1984_UTM_SIRGAS 2000_ZONE23N para WGS 1984_UTM_SIRGAS 2000_ZONE23S.

c) Produção do Mapa de Uso e Cobertura da Terra:

A elaboração do mapa de uso e cobertura da terra seguiu as seguintes etapas metodológicas:

Passo. 1) Criação das amostras de treino: figura 10, realizada por meio da ferramenta *Training Sample Manager* do ArcGIS 10.8. A definição das amostras seguiu as recomendações de Lillesand *et al.* (2004), segundo as quais, para cada classe espectral, é indicado estabelecer aproximadamente 20 amostras distribuídas em diferentes locais, contendo cerca de 40 pixels cada. As amostras foram definidas com base nas classes de uso e cobertura da terra estabelecidas no Inventário Florestal Nacional de 2016 (Moçambique) e no Mapa Bioma do município de Itapeva -SP.

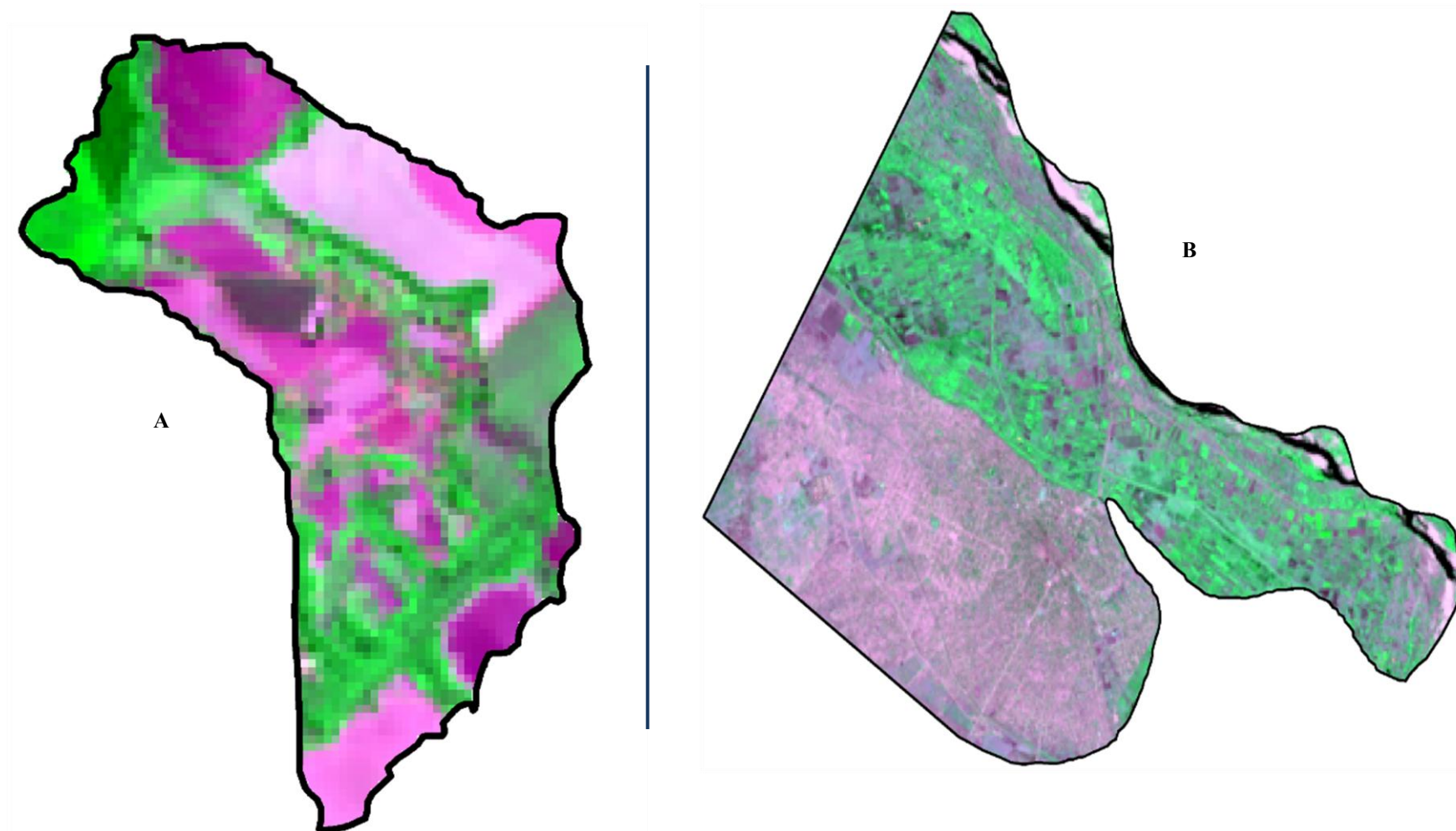
Passo. 2) Composição em falsa cor (7R/6G/4B): utilizando a ferramenta *Composite Bands* do ArcGIS 10.8, conforme ilustrado nas Figuras 10.

Passo. 3) Classificação supervisionada: das classes utilizando o algoritmo de Máxima Verossimilhança (*Maximum Likelihood Classification*), disponível no ArcGIS 10.8.

Passo .4) Elaboração da legenda temática: estruturada a partir das classes definidas pelo Inventário Florestal Nacional de 2016 (Moçambique) e pelo Mapa de Biomas do município de Itapeva-SP.

A classificação final foi validada por meio da interpretação visual das imagens do Google Earth, assegurando maior precisão e confiabilidade na delimitação das classes de uso e cobertura da terra.

Figura 10 - Projetos de Treino das Classes de Uso e Cobertura da Terra para o Quilombo do Jaó (A) e posto Administrativo de Chókwè (B)



Fonte: Elaboração própria (2025) a partir de imagens do Google Earth e dados do Inventário Florestal Nacional (2016)

d) Disponibilidade de alimentos e insegurança alimentar nos territórios

No que diz respeito à avaliação da disponibilidade alimentar, foi adaptado o modelo do inquérito nutricional marco 2018 do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) de Moçambique, para medir a disponibilidade de alimentos nos territórios pesquisados, esse modelo possibilita procurar saber dos tipos de produtos e cultura e a disponibilidade dos alimentos. Assim como a escala de Insegurança Alimentar Baseada na Experiência (FIES-SM) modelo da FAO (2016), composta por oito perguntas com respostas (sim, não, não sabe e recusou). As perguntas da FIES formam uma escala estatística projetada para cobrir um intervalo de gravidade da insegurança alimentar, e devem ser analisadas em conjunto como uma escala. As perguntas abordam questões relacionadas à insegurança alimentar e incluem aspetos como: preocupação com a falta de alimentos, alimentação saudável, diversidade alimentar, acesso a refeições e sensação de fome devido à falta de recursos.

Este modelo foi aplicado para avaliar a situação da insegurança alimentar em um período de referência de 30 dias (FAO, 2018). Considerando as disparidades linguísticas, o modelo utiliza um conjunto de 8 perguntas, adaptadas para o português de Moçambique e do Brasil, respetivamente.

e) Relato das vivências e experiências de campo

A partir das entrevistas semiestruturadas, realizadas mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi possível compreender as percepções dos participantes acerca da realidade do campesinato nos territórios tradicionais de Moçambique e do Brasil. As questões formuladas constituíram o núcleo do instrumento de coleta de dados, orientando tanto a produção das informações quanto o processo de análise interpretativa. Parte dessas questões encontra-se apresentada nos anexos.

Com base nas respostas obtidas, tornou-se possível apreender, de forma detalhada, os principais desafios enfrentados pelos camponeses, bem como as estratégias por eles mobilizadas para lidar com tais dificuldades, especialmente no que se refere ao alcance ou à ausência das políticas públicas nessas comunidades.

f) Incentivos relacionados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2 e 15

Com base nos dados analisados, realizou-se o confronto entre os resultados da pesquisa e a verificação das ações ou políticas públicas que contribuem para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), identificando em que medida elas alcançam as comunidades, com destaque para os ODS 15 (Vida Terrestre) e 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável). Para isso, utilizou-se a análise documental, a fim de avaliar como esses objetivos têm sido incorporados às políticas de sustentabilidade nos territórios tradicionais, foram documentos de referência para essa análise os seguintes:

- a) Relatórios da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) porque esse programa está focado em questões relacionadas à segurança alimentar e agricultura sustentável, que impactam diretamente os territórios camponeses. Disponível no site: <https://www.fao.org/home/en?utm.com> e <https://www.fao.org/brasil/pt/?utm.com>

4.3 Análise dos Dados

Os dados quantitativos coletados foram organizados e tratados em planilhas eletrônicas no Microsoft Excel®, onde foram realizadas análises descritivas para identificação de padrões e compressão da natureza das variáveis. Posteriormente, foram conduzidas análises, com o objetivo de comparar os dois territórios de povos tradicionais. Os resultados foram apresentados em tabelas e gráficos interpretativos.

Os dados qualitativos foram analisados por meio de análise temática de conteúdo, proposto por Bardin (2011), mediante a construção de categorias das informações provenientes da análise dos mapas vide na Figura 12 onde apresenta-se categorias gerais: Área de cultivo; Área habitacional; Configuração paisagística dos territórios e os dos dados quantitativos foram integradas, permitindo uma leitura global do fenômeno à luz dos ODS 2 e 15.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Esta seção apresenta e discute os principais resultados da pesquisa. Inicialmente, são analisadas a dinâmica territorial e o uso do solo nos territórios estudados. Em seguida, examinam-se os indicadores de segurança alimentar, considerando disponibilidade, acesso e estabilidade. Também são discutidas as análises relativas à realidade do campesinato e aos limites das políticas públicas em Moçambique e no Brasil, a partir das entrevistas realizadas. Por fim, os achados são relacionados aos ODS 2 e 15, evidenciando elementos de resistência, resiliência e sustentabilidade, culminando nas considerações finais.

6 USO E APROVEITAMENTO DO SOLO NOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

O objetivo aqui é apresentar e discutir dados sobre o uso e aproveitamento do solo nos territórios estudados, destacando as áreas de cultivo e residenciais identificados no Mapa da Área de Cultivo Familiar, produziu-se também os mapas de NDVI e com esse mapa sobreposto produziu-se o Mapa de Uso e Cobertura da Terra. Para o quilombo, utilizou-se o mapa Bioma como referência; e, para o posto administrativo, o Inventário Florestal Nacional de 2016, produzido pelo MITADE.

6.1 Dinâmica territorial e uso do solo: mapeamento e categorização

A análise da dinâmica territorial e do uso do solo nos territórios tradicionais, tanto em Moçambique quanto no Brasil, revela semelhanças e diferenças na construção do espaço percebido (*perçu*), concebido (*conçu*) e vivido (*vécu*). Essas disparidades configuram as espacialidades (entendidas como formas fixas) e suas temporalidades (expressas nas ações e práticas sociais) orientando as dinâmicas territoriais que se constituem ao longo do tempo, sob a perspectiva do princípio da contradição no âmbito do Materialismo Histórico-Dialético.

Essa análise situa-se no âmbito das espacialidades que anunciamos inicialmente como o espaço concreto das ações humanas, onde se materializam as contradições entre o moderno e o atrasado, o urbano e o rural, o centro e a periferia. Tais contradições resultam do desenvolvimento das temporalidades, que expressam um processo desigual, contraditório e combinado, Oliveira (2007), fruto das tensões e relações sociais que o constituem. São essas ações que determinam e configuram as formas de uso e ocupação do solo.

Pela análise dessas configurações das espacialidades (*perçu, conçu e vécu* ou espaços fixos) evidenciamos semelhanças e diferenças entre os dois contextos, no Brasil por exemplo há presença de áreas de cultivo dentro do território. E a forma de produção, embora frequentemente classificada como agroecológica, demonstra significativa perda de vegetação nativa nas zonas agrícolas.

Esses aspectos refletem o que Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007, p. 9) denomina de “farmerização”, processo que expressa a integração do camponês ao mercado capitalista e a consequente diferenciação de classes no meio rural, configurando dois grupos principais: os camponeses ricos, enquanto pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres, que gradualmente se proletarizam, tornando-se trabalhadores assalariados. Mantém-se, dessa forma, o desenvolvimento desigual, uma vez que tais processos produzem assimetrias no crescimento econômico e social, concentrando valor em determinados pontos estratégicos. Não se trata, contudo, de prever o fim do campesinato. A noção de farmerização é aqui mobilizada para indicar que, no Jaó, a produção camponesa permanece orientada à reprodução social e alimentar, ainda que com inserção parcial em circuitos locais de comercialização.

Esse conceito de “farmerização” mostra-se particularmente adequado para interpretar a realidade empírica analisada, sobretudo quando examinado sob o princípio da contradição no âmbito do Materialismo Histórico-Dialético. No caso analisado (Jaó), observa-se que determinadas famílias camponesas, ao acessarem a terra e se inserirem em circuitos de comercialização, por vezes orientados por culturas como a soja, passam a articular estratégias produtivas híbridas, nas quais a reprodução social e alimentar coexiste com uma inserção parcial e subordinada ao mercado. Tal processo deve ser compreendido à luz das contradições inerentes ao materialismo histórico-dialético, uma vez que a inserção no mercado não se dá de forma linear ou plena, mas sob condições de dependência e subordinação ao capital comercial e agroindustrial. É nessa dinâmica que se manifesta a gênese das contradições sociais e descritas por Lefebvre (1974) e o desenvolvimento desigual do Smity (1988) em sua formulação da dupla complexidade do espaço.

Em contrapartida, em Moçambique o processo da dinâmica da temporalidade (espaço fixo) do campo, ainda se apresenta de forma mais limitada. Muitas famílias mantêm uma produção camponesa orientada à reprodução social e alimentar, ou por outra, uma produção voltada quase exclusivamente à alimentação doméstica, o que evidencia a persistência de relações, “não capitalistas” de produção. Entendemos a produção não capitalista como formas

produtivas orientadas à reprodução social e alimentar, sem inserção em circuitos de comercialização. Essa realidade em consonância com Oliveira (2007), distancia-se da ideia de “resíduos/campesinato em vias de extinção” pois revela a resistência de modos de vida tradicionais, ainda que inseridos em um contexto de assistencialismo social limitado e com baixa oferta de emprego formal nas zonas rurais, configurando assim, um quadro de não-capitalismo rural,

Contudo, a dinâmica territorial observada em ambos os contextos se associa à intensificação do uso do solo para fins agrícolas e ao consequente desmatamento de áreas vegetadas, considerando-se as disparidades quanto ao grau de exploração e à capacidade de aptidão dos solos. Esses indicadores contribuem para um processo de retroalimentação ecológica, caracterizado pela fragmentação dos ecossistemas e pela redução dos habitats naturais, afetando não apenas a flora e a fauna, mas também as populações humanas que dependem diretamente dos recursos ambientais.

Reiterando o referencial teórico deste estudo, ancorado na noção de desenvolvimento desigual, argumenta-se que o desenvolvimento imposto pelos paradigmas ortodoxos manifesta-se, conforme Ferdinand (2022, p. 107), na figura do “xenoguerreiro”, isto é, na eliminação simbólica e material do outro. À luz do Materialismo Histórico-Dialético, essa eliminação não deve ser compreendida como mera oposição cultural, mas como expressão das contradições estruturais do modo de produção capitalista, cuja dinâmica expansiva tende a subordinar ou suprimir formas não hegemônicas de produção e existência.

O “outro”, nesse contexto, pode ser entendido tanto nos modos de produção agrícola quanto nos modos de vida das comunidades tradicionais, tensionadas pela lógica dos “devoradores do mundo”, isto é, pela expansão de um projeto de desenvolvimento que se sustenta pela negação de outras territorialidades. Assim, a crítica de Ferdinand dialoga com o princípio da contradição e da totalidade, ao evidenciar que a disputa territorial entre modelos de desenvolvimento constitui parte integrante do processo histórico de produção desigual do espaço.

Portanto, o desenvolvimento, em sua forma histórica capitalista, revela-se estruturalmente desigual, conforme argumenta Smity (1988), e contraditório e combinado, na perspectiva de Oliveira (2007). Tal dinâmica não se realiza de maneira homogênea, mas por meio da produção de diferenças espaciais e da subordinação de determinadas territorialidades.

Para afirmar-se, esse modelo tende a marginalizar o “outro” — isto é, formas sociais e produtivas que expressam materialidades e configurações territoriais próprias, “da vida que anima” como afirma Santos (2006), o espaço. Nesse sentido, as contradições sociais não se restringem às relações de classe em sentido estrito, mas manifestam-se também nos desencontros entre espacialidades e temporalidades, como destaca Lefebvre (1974), revelando que o espaço é produto de tensões históricas e não um dado neutro.

Nesse processo de desencontros entre espacialidades e temporalidades, estabelece-se uma dinâmica de retroalimentação ecológica que afeta não apenas a flora e a fauna, mas também as populações humanas que dependem diretamente da integridade dos ecossistemas e da disponibilidade dos recursos naturais para sua reprodução social. Essa relação de dependência material e simbólica manifesta-se de forma concreta nos sistemas alimentares camponeses, fortemente vinculados à diversidade produtiva local. A título ilustrativo, a Tabela 1 apresenta os grupos alimentares e os principais produtos cultivados nos territórios estudados, evidenciando como a base alimentar dessas comunidades está diretamente associada às condições socioambientais e aos modos tradicionais de uso da terra.

Tabela 1 - Grupos alimentares e principais produtos cultivados nos territórios estudados

Grupo alimentar	Alimentos produzidos e consumidos
Verduras	Couve (<i>Brassica oleracea</i> var. <i>acephala</i>), Alface (<i>Lactuca sativa</i>), Tseke (<i>Amaranthus spp</i>), Folha de Abóbora (<i>Cucurbita spp.</i>)
Legumes	Cenoura (<i>Daucus carota</i> subsp. <i>sativus</i>), Tomate (<i>Solanum lycopersicum</i>), Pimenta (<i>Capsicum spp</i>), Quiabo (<i>Abelmoschus esculentus</i>), Repolho (<i>Brassica oleracea</i> var. <i>capitata</i>)
Leguminosas	Feijões (<i>Phaseolus vulgaris</i> e <i>Vigna unguiculata</i>), Amendoim (<i>Arachis hypogaea</i>), Soja (<i>Glycine max</i>).
Cereais	Milho (<i>Zea mays</i>), Mapira (<i>Sorghum bicolor</i>), Trigo (<i>Triticum aestivum</i>), Arroz (<i>Oryza sativa</i>)

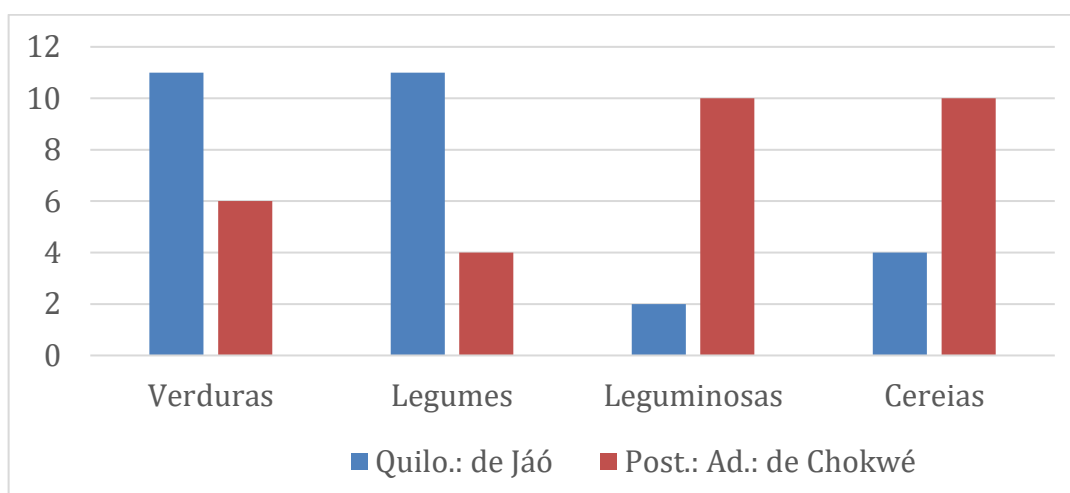
Fonte - Elaboração própria (2025)

Com base na sistematização dos grupos alimentares apresentada na Tabela 1, a Figura 11 evidencia diferenças significativas nos tipos de cultivo entre os territórios analisados. No Quilombo de Jaó (Brasil), observa-se que a produção agrícola está concentrada principalmente em verduras e legumes, ambos com 11 ocorrências cada, seguidos pelos cereais (4) e, em menor proporção, pelas leguminosas (2). Esses dados indicam uma maior diversificação voltada às hortaliças, associada tanto ao consumo familiar quanto à geração de renda em circuitos locais

de comercialização. Do total de entrevistados, destaca-se ainda que uma parcela não está diretamente envolvida na prática agrícola, estando inserida em atividades assalariadas.

Em contrapartida, no Posto Administrativo de Chókwè (Moçambique), verifica-se que a totalidade dos agregados familiares entrevistados pratica agricultura, evidenciando sua centralidade na reprodução social e econômica local. Diferentemente do contexto brasileiro, há maior concentração na produção de leguminosas (10) e cereais (10), seguidas pelas verduras (6) e legumes (4). Essa configuração aponta para um sistema produtivo predominantemente voltada ao consumo familiar, com uso de técnicas tradicionais de conservação, como o armazenamento em seleiros.

Figura 11 - Principais tipos de cultivo informados pelos entrevistados no Quilombo do Jaó (Brasil) e Chokwé (Moçambique), 2025.

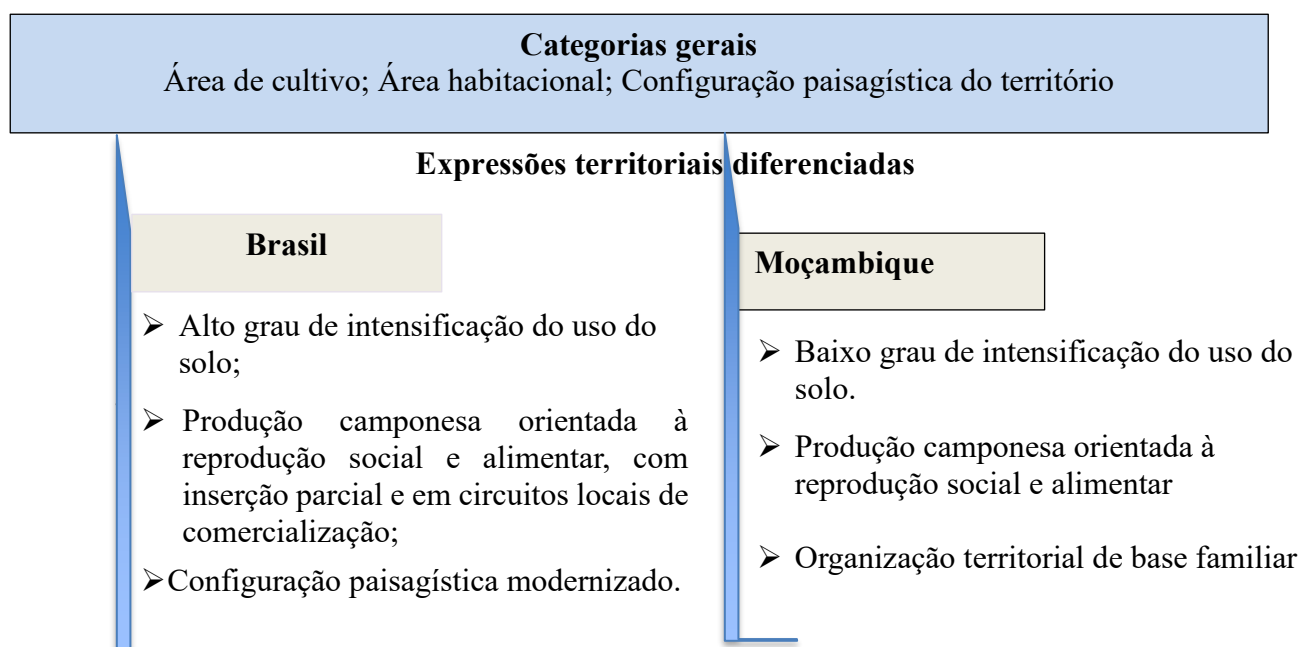


Fonte - Dados da pesquisa (2025). n = números absolutos.

Esses dados evidenciam que embora ambos os contextos apresentem forte dependência da agricultura como base de reprodução social e econômica, há diferenças significativas quanto à dinâmica e à intensidade do uso da terra. No caso brasileiro observa-se uma agricultura mais diversificada, que combina o cultivo de verduras, legumes, leguminosas e cereais, com parte significativa da produção orientada para o mercado e influenciado pela inserção nas cadeias produtivas sob condições de dependência e subordinação ao capital comercial e agroindustrial. Esse padrão indica maior inserção nas dinâmicas comerciais, especialmente pela produção elevada de verduras e cereais, produtos com forte demanda e boa rotatividade no mercado.

Já em Moçambique, a maior parte das famílias pratica uma agricultura voltada para o próprio consumo, recorrendo a técnicas tradicionais de armazenamento em seleiros e apresentando baixa participação no mercado local. Essa realidade influencia diretamente o tipo de produtos cultivados. Entretanto a produção se concentra sobretudo em itens que podem ser conservados por longos períodos nesses sistemas tradicionais de celeiros, contribuindo para a segurança alimentar das famílias ao longo do ano. A partir das formas de uso e ocupação do solo identificadas, a análise geoespacial apresentada nas figuras 13 e 14 a seguir permite a sistematização das seguintes categorias analíticas:

Figura 12 - Categorias de uso e ocupação do solo e suas expressões territoriais



Fonte - Elaboração própria (2025)

Legenda

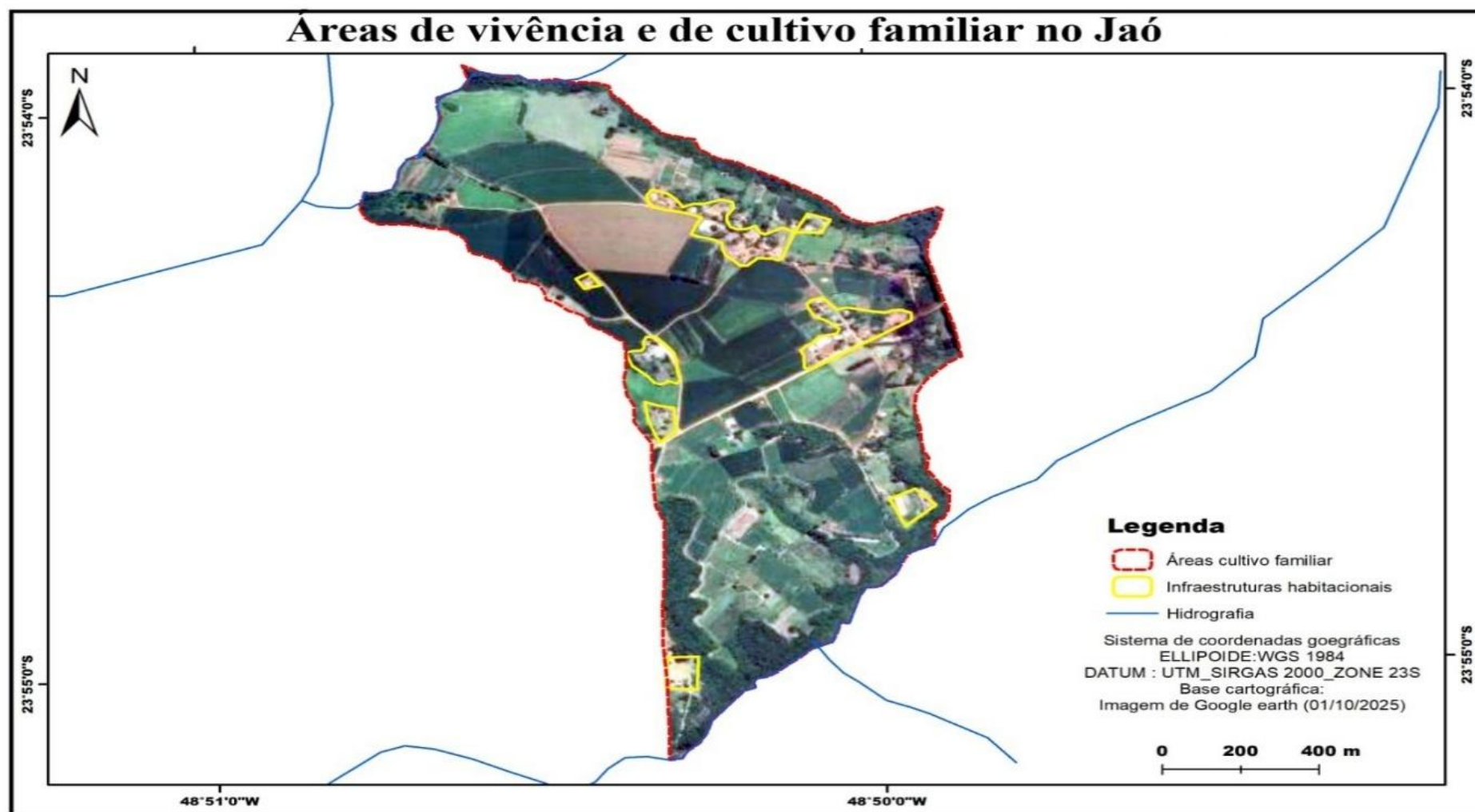
Categorias gerais referem-se às dimensões analíticas comuns aos dois territórios investigados, utilizadas como eixo estruturador da análise geoespacial do uso e ocupação do solo. Representam elementos estruturais presentes em ambos os contextos.

Expressões territoriais diferenciadas correspondem às formas concretas pelas quais essas categorias se manifestam em cada território, evidenciando particularidades históricas, econômicas e sociais que configuram dinâmicas espaciais distintas.

Essas categorias constituem o eixo analítico inicial para a compressão das dinâmicas socioeconômicas e territoriais observadas nos espaços investigados. Essa distinção pode ser compreendida à luz das análises de Lefebvre (1974) e Santos (2006) sobre a produção do

espaço, que enfatizam como práticas sociais e econômicas moldam a organização do território. No caso brasileiro, as Cadeias produtivas que estão sob condição de dependência e subordinação ao capital comercial e agroindustrial e a diversificação produtiva configuram um espaço agrário parcialmente “modernizado”, em que a agricultura cumpre simultaneamente funções de subsistência e de mercantilização por isso o termo de farmerização imposta pelo Oliveira (2006) expressa a realidade do espaço percebido (*perçu*), concebido (*conçu*) e vivido (*vécu*). vide a figura 13, onde nota-se a organização do espaço quilombola ilustrando-se áreas de cultivo e áreas de vivências familiares.

Figura 13 - Áreas de vivência e de cultivo familiar no Jaó



Fonte - Elaboração própria (2025)

A análise espacial do Mapa de Áreas de Cultivo Familiar do Quilombo do Jaó (Figura 13) revela uma organização territorial fortemente marcada pela integração entre moradia e produção agrícola, característica fundamental do espaço agrícola parcialmente modernizado. Observa-se que as áreas de cultivo estão concentradas em torno das infraestruturas habitacionais, evidenciando a prática de um manejo próximo, que facilita o acesso diário às roças e o controle das atividades produtivas.

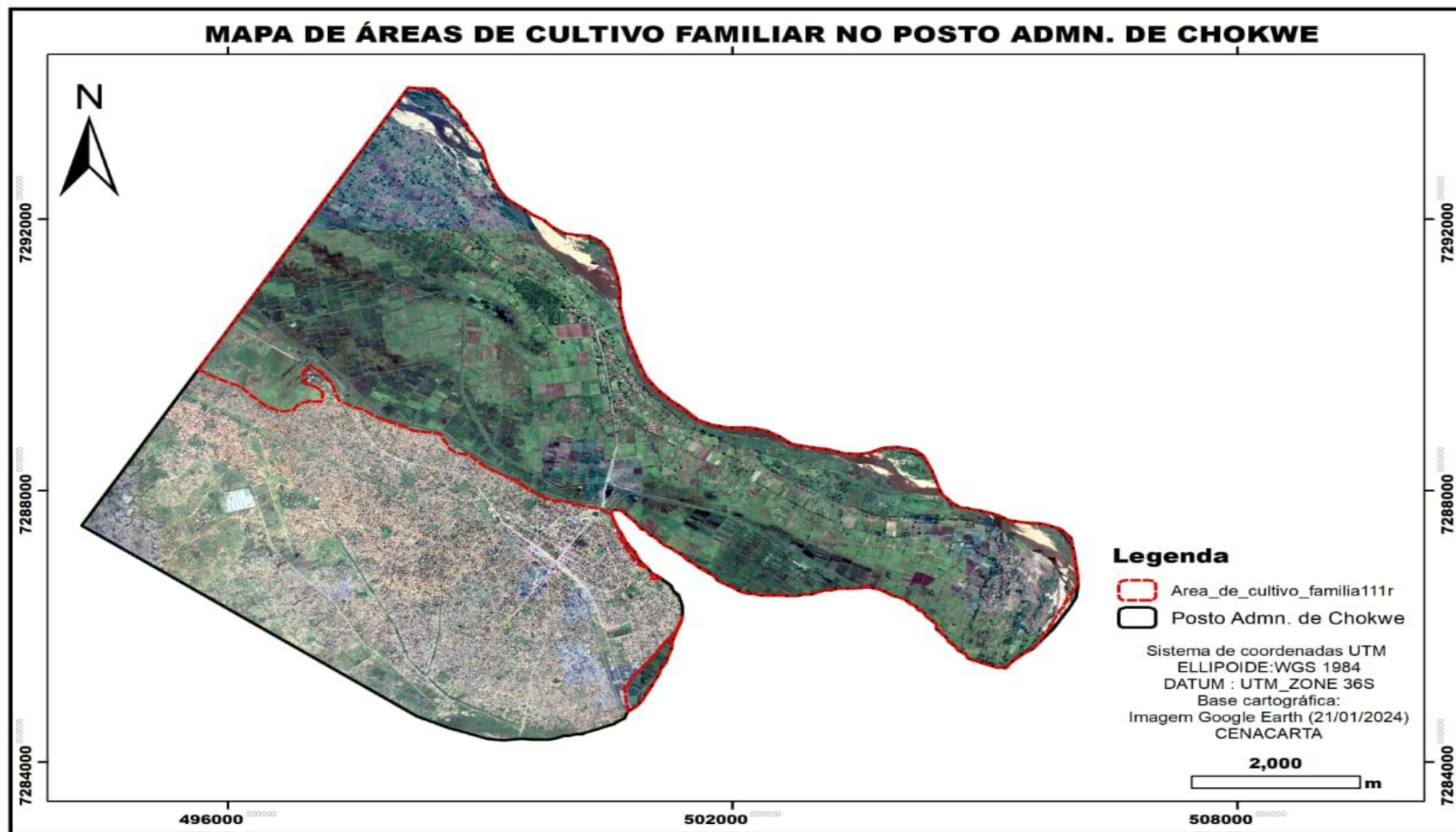
Essa configuração espacial demonstra uma relação de complementaridade entre o espaço doméstico e o produtivo. Além disso, nota-se a presença de cobertura vegetal densa nas bordas do território, indicando a manutenção de faixas de vegetação nativa que atuam como zonas de proteção ambiental e como linha de delimitação territorial e preservação de recursos naturais, especialmente no que se refere à conservação do solo e da biodiversidade local.

A disposição das áreas agrícolas, delimitadas de forma precisa e sem sobreposição com as zonas habitacionais, reforça o uso sustentável do território, no qual o equilíbrio entre produção, moradia e preservação ambiental reflete o conhecimento tradicional acumulado pela comunidade quilombola e a sua configuração a semelha-se como espaço agrário parcialmente modernizado.

Em contraposição ao cenário observado no Quilombo do Jaó, o Posto Administrativo de Chókwè, em Moçambique, apresenta uma configuração territorial distinta, marcada pela coexistência entre áreas de vivência e de produção agrícola que seguem uma lógica espacial tradicional. O mapa da figura 14 evidencia que o uso do solo reflete princípios de organização herdados do período feudal, em que o espaço é estruturado segundo a funcionalidade das atividades produtivas e o modo de vida comunitário.

As áreas de cultivo familiar distribuem-se de forma fragmentada e acompanhando os cursos d'água, revelando uma dependência direta das condições naturais para o desenvolvimento das práticas agrícolas. Essa organização territorial reforça a caracterização de um modelo de produção não capitalista, centrado na subsistência e na reprodução social das famílias camponesas, que fazem uso de saberes locais e práticas tradicionais transmitidas entre gerações.

Figura 14 – Mapa de áreas de cultivo familiar no Posto Adm. de Chókwe



Fonte - Elaboração própria (2025)

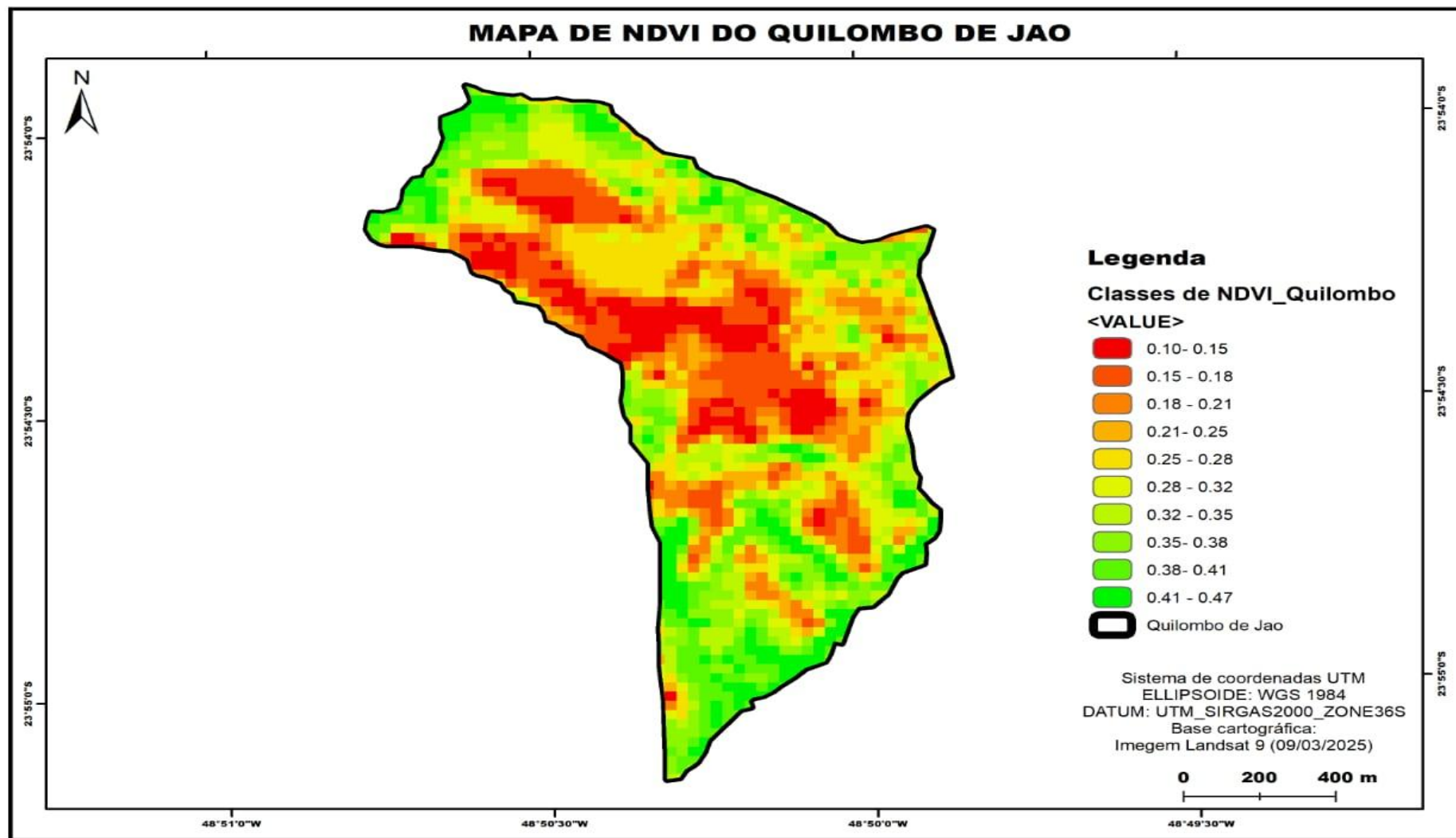
Em síntese, o mapa evidencia um modelo de ocupação territorial híbrido, no qual o uso tradicional da terra coexiste com tendências de urbanização e transformação do espaço rural. Observa-se que as zonas periféricas do posto administrativo apresentam maior densidade urbana, em contraste com o padrão rural e fragmentado das áreas de cultivo, o que indica um processo de transição territorial em curso, marcado pela expansão urbana e pela consequente pressão sobre os espaços agrícolas.

Do ponto de vista socioambiental, a organização das roças em pequenas parcelas, frequentemente situadas próximas às zonas de várzea, reflete tanto o aproveitamento das áreas mais férteis quanto a vulnerabilidade das comunidades frente a eventos climáticos recorrentes, como cheias e secas cíclicas que afetam a região de Chókwè. Essa vulnerabilidade territorial, associada à escassez de infraestrutura técnica e produtiva, reforça a dependência das práticas tradicionais detalhadas abaixo (Práticas do manejo tradicional do solo (tecnologias sociais de produção); Conservação de sementes crioulas; Sistemas agroalimentares diversificados; O uso comum do território) como principal estratégia de sobrevivência e resiliência comunitária.

Diante das constatações sobre o uso e a ocupação do solo nos dois territórios analisados, torna-se essencial compreender como essas dinâmicas espaciais se refletem nas condições de cobertura vegetal e na vitalidade ecológica das áreas cultivadas. Nesse contexto, os mapas de NDVI constituem uma ferramenta indispensável para avaliar o estado da vegetação e o grau de conservação ambiental, revelando as variações na densidade e na saúde da cobertura verde.

A análise do Mapa de NDVI do Quilombo do Jaó (Figura 15) revela uma variação expressiva na densidade e vitalidade da cobertura vegetal, refletindo diretamente o padrão de uso e ocupação do solo identificado anteriormente. Os valores de NDVI oscilam entre 0,10 e 0,47, indicando desde áreas com vegetação densa e saudável (tons de verde) até zonas com baixo vigor vegetativo ou solo exposto, representadas pelos tons de vermelho e laranja (0,10 a 0,21). As porções centrais do território, bem como áreas próximas aos espaços de cultivo familiar, apresentam predominantemente índices entre 0,21 e 0,38. Esses valores correspondem a uma vegetação de intensidade intermediária, possivelmente relacionada a pequenas roças, capoeiras em diferentes estágios de regeneração e áreas recentemente utilizadas para atividades agrícolas. Por outro lado, as regiões periféricas, especialmente as localizadas ao norte e nordeste concentram os valores mais elevados (0,38 a 0,47), evidenciando a presença de remanescentes florestais e trechos com cobertura vegetal mais conservada. Essa distribuição espacial sugere um gradiente de uso do solo no interior do quilombo, no qual as atividades produtivas tendem a se concentrar nas áreas centrais, enquanto as bordas preservam vegetação de maior vitalidade ecológica.

Figura 15 - Mapa de NDVI do quilombo de Jaó

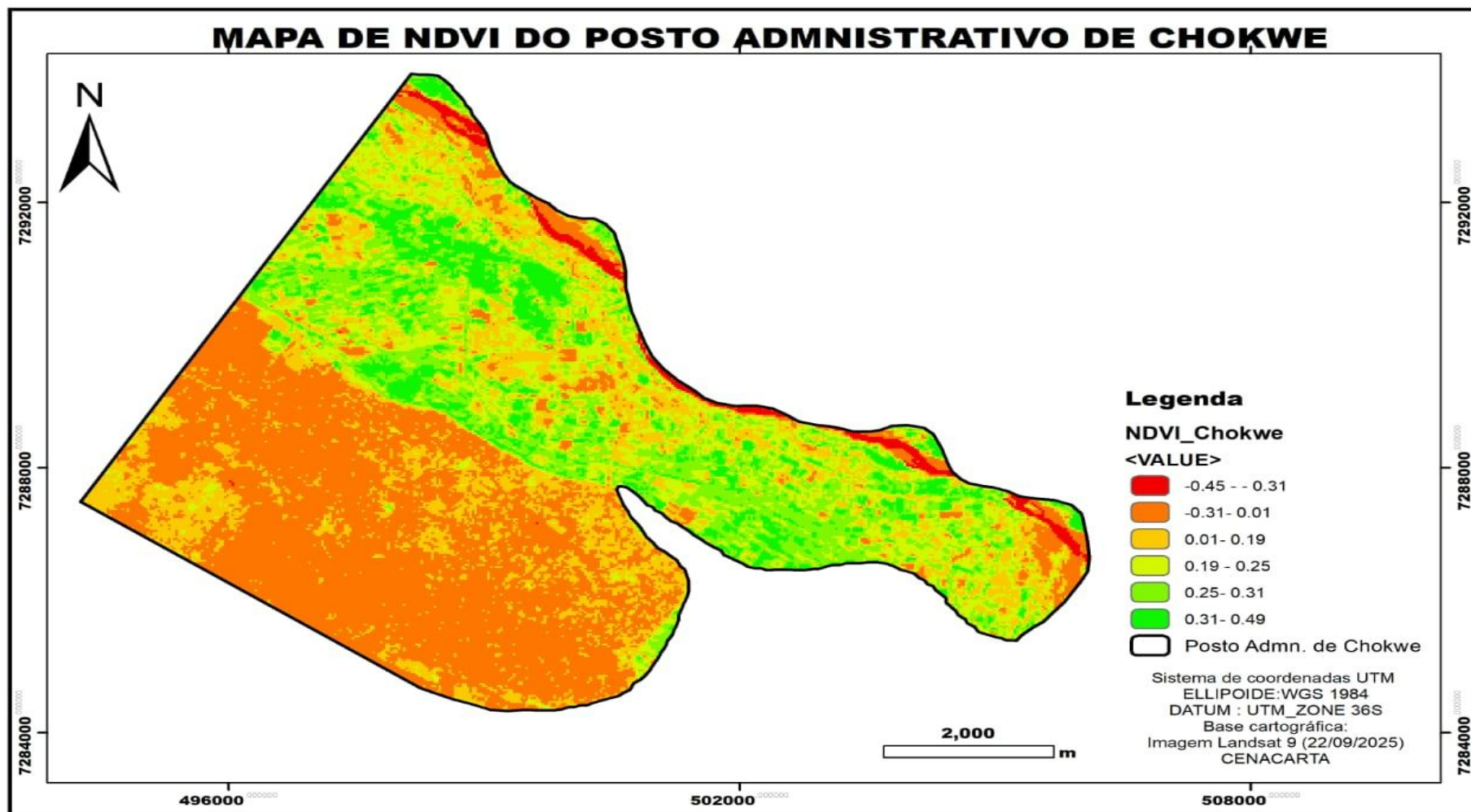


Fonte - Elaboração própria (2025)

Esses padrões espaciais confirmam a organização equilibrada do território quilombola, onde a produção agrícola familiar é conduzida de modo a minimizar o desmatamento e preservar as áreas de vegetação nativa. A predominância de índices médios e altos de NDVI reforça a existência de práticas sustentáveis de manejo do solo, integradas ao cotidiano produtivo e às tradições locais, em consonância com o uso equilibrado do espaço anteriormente descrito. Além disso, a ausência de grandes manchas de baixo NDVI (abaixo de 0,21) sugere que o impacto das atividades agrícolas sobre o meio ambiente é controlado, permitindo a regeneração natural da vegetação e a manutenção dos serviços ecossistêmicos.

No Posto Administrativo de Chókwè (Figura 16), a análise do NDVI também revela uma heterogeneidade significativa na cobertura vegetal. Os valores mais baixos (-0,45 a -0,31) indicam áreas com pouca ou nenhuma vegetação, possivelmente associadas a solos desnudos, erosão, encostas desmatadas ou infraestrutura urbana. Setores com NDVI entre -0,31 e 0,19 correspondem a vegetação escassa ou solos expostos, refletindo degradação ambiental ou áreas de uso agrícola sazonal. Já os índices mais elevados (0,19 a 0,49) caracterizam vegetação moderada a densa, sugerindo presença de cultivos ativos e remanescentes de vegetação natural preservada.

Figura 16 - Mapa de NDVI do Posto Administrativo de Chókwe



Fonte - Elaboração própria (2025)

A distribuição espacial evidencia uma diferenciação perceptível: o centro e leste do território apresentam predominância de vegetação mais conservada, enquanto o extremo oeste e algumas margens concentram áreas com cobertura escassa, indicando pressões antrópicas e degradação do solo. Pequenos trechos críticos no extremo norte reforçam a necessidade de atenção para prevenção de erosão e manejo adequado.

A comparação entre os dois territórios evidencia que, embora diferentes em contexto socioambiental, ambos apresentam padrões de cobertura vegetal que refletem o uso do solo e a intensidade de ocupação humana. No Quilombo do Jaó, observa-se um equilíbrio entre práticas agrícolas e preservação de remanescentes florestais, enquanto no Posto Administrativo de Chókwè a heterogeneidade do NDVI aponta para um território de uso misto, com áreas produtivas e setores vulneráveis à degradação. Essa análise integrada reforça a importância de estratégias de manejo territorial adaptadas a cada contexto, visando a conservação da vegetação nativa, a recuperação de áreas degradadas e a sustentabilidade das atividades produtivas.

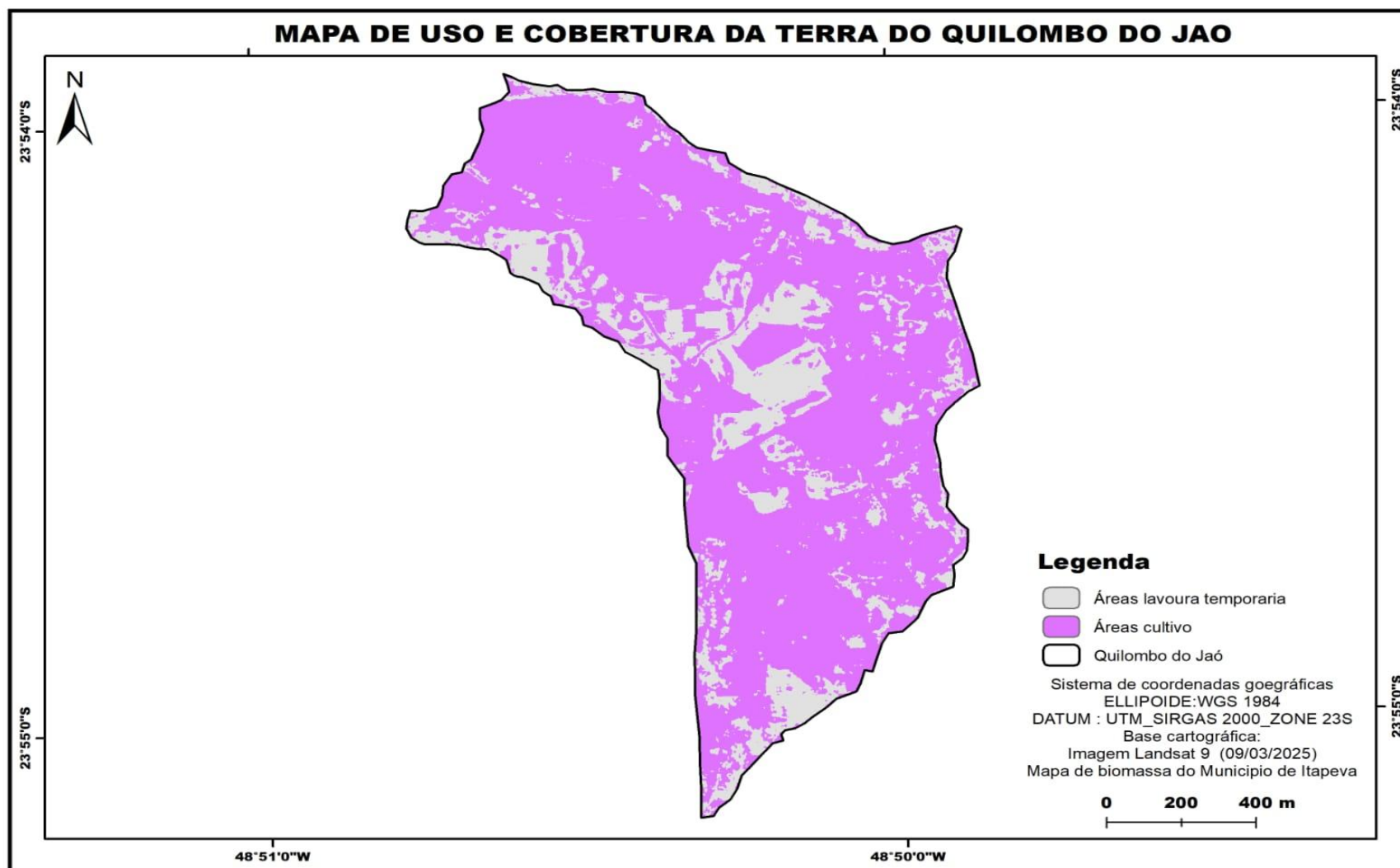
Diante das análises geoespaciais realizadas, julga-se pertinente validar as inferências obtidas desde a classificação temática do uso do solo da figura 13 á 14 até a análise espectral com NDVI figura 15 e 16. Para tanto, procedeu-se à elaboração dos mapas de uso e cobertura da terra com base na classificação supervisionada pelo algoritmo de Máxima Verossimilhança (*Maximum Likelihood Classification*), implementado no software ArcGIS 10.8. Seguindo uma sequência metodológica que integrou a classificação supervisionada (algoritmo de verossimilhança) + NDVI + identificação das áreas de cultivo familiar, permitindo maior precisão na interpretação dos padrões territoriais, com base nos projectos apresentados na figura 10.

Entretanto, para o quilombo do Jaó (vide a figura 17) pode se perceber que, a leitura espacial do mapa revela predominância de áreas classificadas como cultivo no interior do território, com manchas de lavoura temporária concentradas em trechos pontuais. Esta configuração espacial converge com a análise do NDVI realizada anteriormente: os índices intermediários (0,21–0,38), associados nas análises de campo a pequenas roças, capoeiras em regeneração e uso agrícola recente, correspondem majoritariamente às superfícies aqui identificadas como cultivo. Em contrapartida, as áreas com NDVI mais baixo (0,10–0,21), indicativas de menor vigor vegetativo ou solo exposto, apresentam sobreposição significativa com as unidades cartográficas rotuladas como “lavoura temporária”, sugerindo ciclos agrícolas com pousio, preparo de solo ou processos de colheita recentes que reduzem a assinatura vegetativa.

Por outro lado, os setores com NDVI elevado (0,38–0,48), previamente interpretados como remanescentes de vegetação mais conservada, aparecem de forma mais restrita e fragmentada no território mapeado, concentrando-se especialmente nas margens norte e nordeste. No mapa de uso (figura 17), tais áreas não foram sempre classificadas como categoria distinta de vegetação nativa, o que indica uma limitação da classificação temática em discriminar remanescentes florestais mais densos de áreas cultivadas de ciclo longo.

Para mitigar essa limitação, foi realizada uma análise cruzada entre o NDVI e o mapa de uso e cobertura da terra, permitindo identificar áreas com alta densidade vegetativa não captadas adequadamente pela classificação supervisionada. Esse procedimento possibilitou uma interpretação mais refinada da paisagem, ainda que não tenha sido aplicada uma reclassificação formal das categorias.

Figura 17 - Mapa de Uso e cobertura da terra do quilombo do Jaó



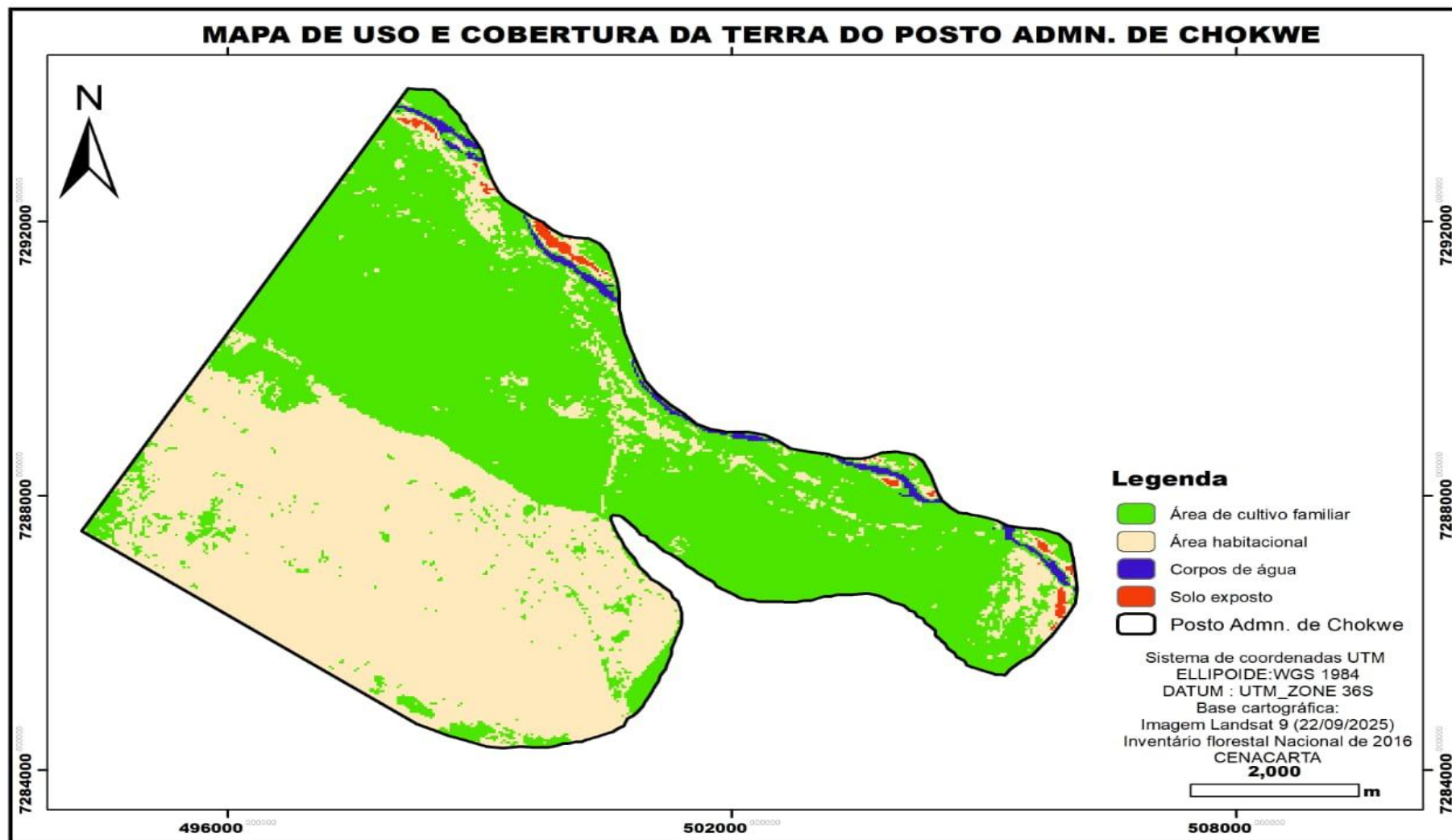
Fonte - Elaboração própria (2025)

Entretanto, a sobreposição das informações aponta para um padrão territorial caracterizado por uso agrícola dominante, porém organizado de modo a manter manchas de vegetação com maior densidade na periferia que corresponde o limite da comunidade. Essa disposição espacial sugere práticas agrícolas de pequena escala que coexistem com remanescentes de cobertura natural, mesmo perante a configuração do espaço agrário parcialmente modernizado.

No caso de Moçambique em concreto no posto administrativo de Chókwè a sobreposição entre a classificação temática e os padrões de NDVI revela coerências e lacunas que explicam dinâmicas locais (figura 18). As extensas manchas assinaladas como área de cultivo familiar (verde) no mapa correspondem, em sua maioria, a valores de NDVI moderados a altos (intervalos aproximados 0,19–0,49), coerentes com vegetação vigorosa ou coberturas de cultivo em fase vegetativa. Isso confirma que grande parte do território é ocupada por práticas agrícolas consolidadas que mantêm cobertura vegetal detectável por sensoriamento remoto. As áreas habitacionais (bege) aparecem como maciços contínuos, com NDVI tipicamente mais baixo, refletindo superfícies impermeabilizadas, construções e áreas de solo perturbado. Essas zonas concentram pressões antrópicas diretas sobre os recursos do solo.

Os corpos da água (azul) delineiam faixas lineares ao longo de cursos e remansos; nas suas margens imediatas observa-se um mosaico de NDVI variando entre valores elevados (associados a galerias ripárias conservadas) e valores baixos (segmentos com solo exposto ou erosão). Em particular, as fitas vermelhas (solo exposto) que acompanham parcialmente os corpos da água e alguns trechos marginais indicam erosão ativa, preparo de solo recente ou processos de lavagem de sedimentos, corroborando as observações do NDVI que apontaram manchas com baixo vigor vegetativo nos limites do território. Assim, há uma estreita correspondência entre unidades cartográficas de solo exposto e intervalos inferiores de NDVI (0,10–0,21), o que legitima o uso combinado de produtos temáticos e índices espectrais para detecção de vulnerabilidade ambiental.

Figura 18 - Mapa de Uso e cobertura da terra do quilombo do Posto Administrativo de Chókwe



Fonte - Elaboração própria (2025)

De modo geral, a comparação entre os territórios analisados (Quilombo do Jaó, no Brasil, e o Posto Administrativo de Chókwè, em Moçambique) observa-se que, enquanto o território quilombola brasileiro tende a equilibrar produção e conservação, mesmo perante a sua configuração como espaço agrário parcialmente modernizado, o espaço moçambicano reflete a necessidade de fortalecimento de políticas públicas voltadas ao manejo sustentável, à diversificação produtiva e à mitigação da degradação ambiental, mesmo perante a sua forma de produção não-capitalista. Assim, o comparativo entre os dois casos reforça que a gestão territorial sustentável depende não apenas de fatores naturais, mas sobretudo de processos socioculturais e institucionais que reconheçam o valor dos saberes locais e promovam o uso racional do solo em consonância com as dinâmicas ecológicas e comunitárias.

7 SEGURANÇA ALIMENTAR NAS COMUNIDADES: DISPONIBILIDADE, ACESSO E ESTABILIDADE

A partir das análises geoespaciais e da classificação do uso e cobertura da terra realizadas nos dois territórios (Quilombo do Jaó e Posto Administrativo de Chókwè), torna-se possível compreender como as dinâmicas de ocupação do solo e de vitalidade ecológica se refletem diretamente nas condições de segurança alimentar das comunidades locais. A disponibilidade e o acesso aos alimentos estão intrinsecamente relacionados à estabilidade ambiental e às práticas agrícolas desenvolvidas em cada contexto. Contudo, as estratégias de adaptação e resiliência diferem em função das condições socioeconômicas e da inserção territorial de cada grupo.

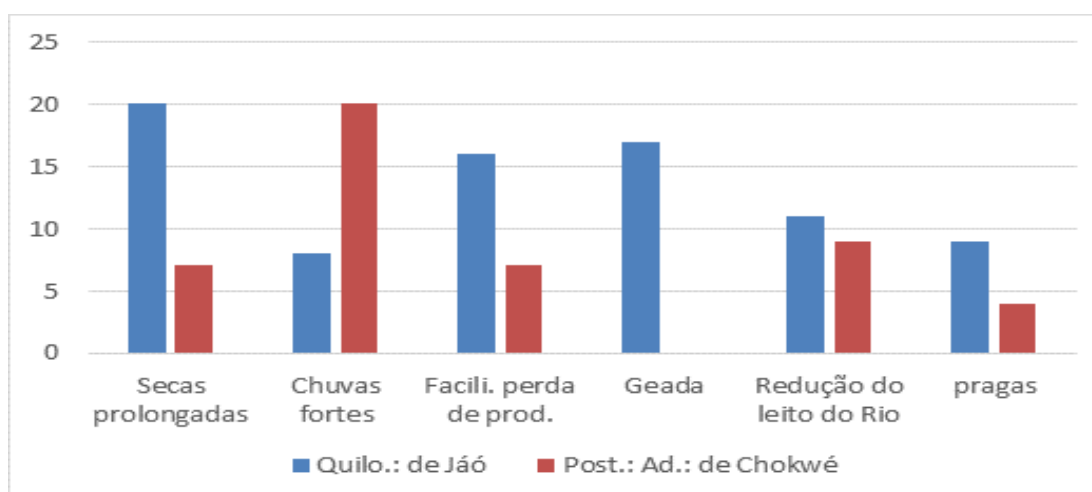
No Quilombo do Jaó (vide Figura 19), observa-se que as principais dificuldades relacionadas à produção agrícola estão fortemente associadas a fatores climáticos. Destacam-se, sobretudo, as secas prolongadas, com 20 ocorrências, seguidas pela geada (17) e pela facilidade de perda da produção (16). Outros fatores, como a redução do leito do rio (11), as pragas (9) e as chuvas fortes (8), também foram mencionados, porém com menor frequência relativa. Esses dados evidenciam que a produção agrícola no território quilombola é altamente sensível às variações climáticas, especialmente à escassez hídrica e às condições térmicas adversas, o que impacta diretamente a segurança alimentar das famílias.

E de reiterar que as interpretações anteriores, não se observa um padrão linear de crescimento ou declínio, mas sim uma distribuição diferenciada entre os fatores, com predominância de eventos associados à seca e às condições climáticas extremas. Esse comportamento reforça a vulnerabilidade ambiental do território, indicando limitações

estruturais relacionadas tanto às condições naturais quanto à infraestrutura de apoio à produção.

Em contrapartida, no Posto Administrativo de Chókwè (Moçambique), a principal dificuldade apontada pelos entrevistados refere-se às chuvas fortes, com 20 ocorrências, seguida pelas secas prolongadas e pela facilidade de perda da produção, ambas com 7 registros. Outros fatores, como a redução do leito do rio (9) e as pragas (4), também foram mencionados, embora com menor intensidade. Importa destacar que, diferentemente do Quilombo de Jaó, o fator geada não foi registrado entre as dificuldades relatadas em Chókwè, o que se explica pelas condições climáticas distintas entre os dois territórios.

Figura 19 - Principais dificuldades relatadas para a produção de alimentos no Quilombo do Jaó (Brasil) e Chokwé (Moçambique), 2025.



Fonte - Dados da pesquisa (2025). n = números absolutos.

Os dados revelam padrões distintos de vulnerabilidade socioambiental: no Brasil, predominam impactos associados à seca e às variações térmicas, enquanto em Moçambique se destacam as chuvas intensas e as dinâmicas hidrológicas. Essas diferenças refletem tanto as condições climáticas quanto as formas de organização produtiva e adaptação aos riscos.

De modo geral, a integração dos dados de uso e cobertura do solo evidencia relação direta com a segurança alimentar. As variações do NDVI indicam instabilidade da cobertura vegetal, associada à vulnerabilidade produtiva: períodos de seca resultam em escassez de alimentos, enquanto chuvas intensas provocam perdas de colheita e degradação do solo.

No Quilombo do Jaó, a dependência do mercado e a ausência de reservas reforçam a vulnerabilidade alimentar e o desenvolvimento desigual. Em Chókwè, a presença de reservas

indica maior capacidade de organização, embora persistam limitações relacionadas à dependência climática e ao alcance das políticas públicas.

Como complementa Oliveira (1999), a dependência do pequeno agricultor das condições naturais e das estruturas fundiárias restritivas reforça o caráter precário da segurança alimentar. No caso brasileiro, o acesso limitado à terra produtiva e à assistência técnica agrava essa vulnerabilidade, enquanto, em Moçambique, a ausência de políticas públicas robustas de segurança alimentar e de incentivo à agricultura sustentável ainda limita o potencial de estabilidade produtiva.

Assim, as linhas de tendência descendentes e oscilantes observadas nos dois contextos devem ser interpretadas como indicadores de instabilidade produtiva e fragilidade territorial, demonstrando que a segurança alimentar não se explica apenas pelas variações climáticas, mas sobretudo por fatores políticos, estruturais e técnicos. A vulnerabilidade persiste em função do uso desigual do território, que concentra recursos e infraestrutura nas áreas mais desenvolvidas, em detrimento das comunidades tradicionais e rurais.

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender como as políticas de apoio à agricultura familiar e aos sistemas de abastecimento, como plano SAFRA, Selos Quilombolas, Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) o PAA e o PRONAF no Brasil, e o PROAGRI em Moçambique, têm (ou não) contribuído para mitigar as desigualdades territoriais e fortalecer a segurança alimentar. Nesse contexto, a Figura 20 apresenta os resultados das questões que compõem a FIES-SM, uma escala que avalia a insegurança alimentar a partir das experiências vividas pelas famílias em relação ao acesso e à qualidade da alimentação. A representação gráfica em escala linear facilita a comparação dos níveis de insegurança alimentar entre as duas comunidades.

No quilombo do Jaó (Brasil), as questões relacionadas à insegurança alimentar apresentam baixa frequência de respostas afirmativas, variando entre 25% e 40% por questão, com maior incidência nos quesitos “preocupou-se com a falta de comida” (35%), “deixou de fazer refeições” (40%) e “comeu menos” (25%). De forma agregada, 71,9% das respostas situam-se na condição de segurança alimentar (cor verde), evidenciando predominância das respostas negativas (“Não”).

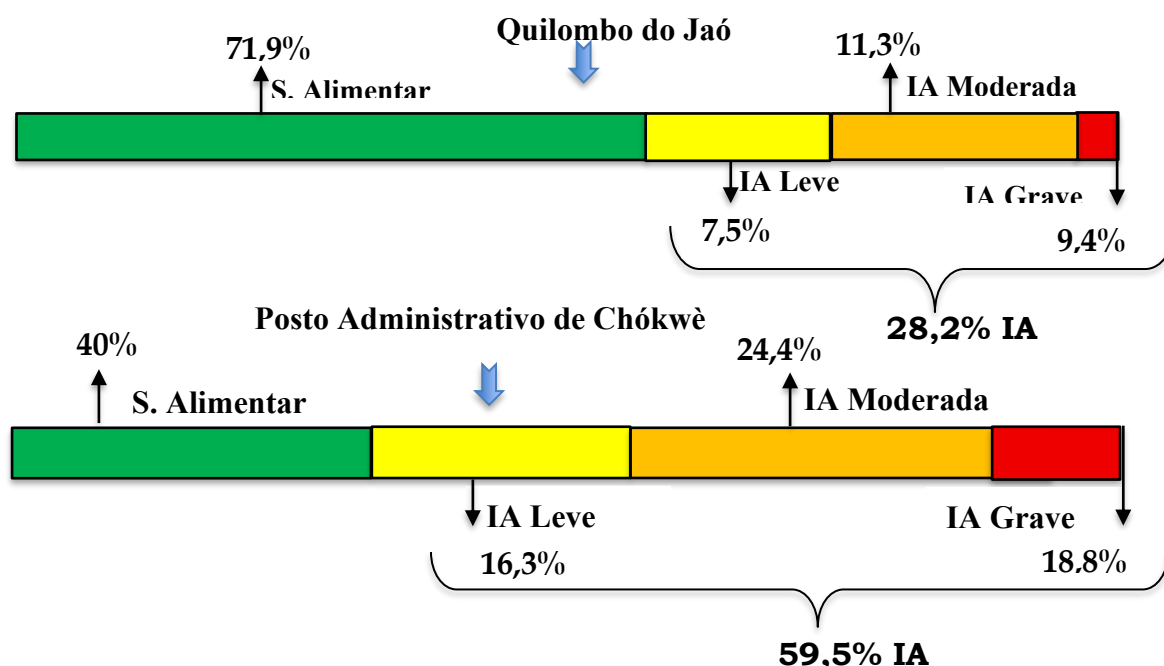
A insegurança alimentar leve (cor amarela) corresponde a 7,5%, associada principalmente à preocupação com a falta de alimentos e à dificuldade de manter uma alimentação saudável. A insegurança alimentar moderada (cor laranja) representa 11,3%, indicando restrições na quantidade e na regularidade das refeições. Já a insegurança alimentar

grave (cor vermelha) atinge 9,4%, refletindo experiências de fome e ausência de alimentos, ainda que em proporção minoritária. Esse conjunto de dados sugere uma condição de segurança alimentar relativa, porém vulnerável a choques externos, como períodos de seca e retração de políticas públicas de fomento agrícola, a exemplo do PAA e do PRONAF.

Em Moçambique, observa-se um quadro substancialmente distinto, marcado pela predominância das respostas afirmativas (“Sim”), com percentuais elevados nas variáveis “preocupação com a falta de comida” (80%), “ausência de alimentação saudável” (50%), “apenas poucos alimentos” (80%) e “sentiu fome” (80%). De forma consolidada, apenas 40,6% das respostas correspondem à segurança alimentar (cor verde).

A insegurança alimentar leve (cor amarela) representa 16,3%, expressando preocupação constante com o acesso aos alimentos e limitações na qualidade da dieta. A insegurança alimentar moderada (cor laranja) alcança 24,4%, revelando redução recorrente da quantidade e diversidade alimentar. Já a insegurança alimentar grave (cor vermelha) atinge 18,8%, evidenciando episódios frequentes de fome, ausência de alimentos no domicílio e repetição da privação alimentar. A baixa proporção de respostas negativas confirma a fragilidade estrutural da segurança alimentar nas comunidades moçambicanas, agravada por instabilidades climáticas, dependência da agricultura de subsistência e limitada eficácia de programas institucionais, como o PROAGRI.

Figura 20 - Comparativo de questões relacionadas à insegurança alimentar entre Brasil e Moçambique (Escala FIES-SM)



fonte - Elaboração própria (2025)

Legenda: S. Alimentar: Segurança Alimentar, IA: Insegurança Alimentar, IA Leve: Insegurança Alimentar Leve, IA Moderada: Insegurança Alimentar Moderada, IA Grave: Insegurança Alimentar Grave.

De modo geral, a representação gráfica em escala linear evidencia contrastes significativos entre os dois contextos analisados, revelando como as dinâmicas territoriais e as formas de uso e ocupação do solo (discutidas no capítulo anterior) repercutem diretamente sobre as condições de segurança alimentar das comunidades. No Brasil, observa-se um padrão de insegurança alimentar leve e controlável, condicionado à manutenção das políticas públicas de abastecimento e de fomento à agricultura familiar, que funcionam como mecanismos de regulação socioespacial e mitigam os efeitos da degradação ambiental sobre a produção local. Já em Moçambique, o cenário é marcado por uma insegurança alimentar estrutural, fortemente associada à fragilidade econômica, às limitações técnicas e à escassez de infraestrutura produtiva, elementos que também se expressam nas dinâmicas de uso do solo e na menor vitalidade ecológica das áreas analisadas pelos índices de NDVI.

A análise entre os dois contextos demonstra que, embora ambos apresentem vulnerabilidades de base estrutural, a intensidade da insegurança alimentar é fortemente determinada pela desigualdade no acesso à infraestrutura e às políticas públicas. No caso brasileiro, os programas de incentivo à agricultura familiar, como plano SAFRA, Selos Quilombolas, Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), o PRONAF e o PAA, juntamente com políticas de compras institucionais, e entre outros, têm contribuído para reduzir parcialmente os níveis de vulnerabilidade, porque possibilita a criação de renda familiar. Em contrapartida, em Moçambique, o PROAGRI e entre outros programas, ainda mantém um foco concentrado nas zonas de produção comercial, o que limita seu alcance às famílias camponesas e acentua as desigualdades territoriais e produtivas, agravando os efeitos das variações climáticas e da pressão sobre os recursos naturais.

Assim, as disparidades observadas entre Brasil e Moçambique expressam não apenas diferenças econômicas, mas também formas desiguais de apropriação e funcionalização do espaço, nas quais a gestão ambiental e o uso do solo influenciam diretamente a segurança alimentar e a autonomia produtiva. Em consonância com Sen (2010) e Maluf (2019), compreende-se que a insegurança alimentar deve ser interpretada como o resultado da ausência de condições sociais, econômicas e políticas estáveis que garantam o acesso contínuo, digno e culturalmente apropriado aos alimentos, condição que depende, em última instância, da forma como o território é utilizado, administrado e distribuído entre os seus sujeitos sociais.

Diante desse quadro comparativo, observa-se que as dinâmicas territoriais e produtivas, associadas às políticas públicas e ao uso do solo, influenciam diretamente as condições de segurança alimentar nas comunidades estudadas. A desigualdade no acesso a recursos, infraestrutura e programas de incentivo determina não apenas os níveis de vulnerabilidade, mas também a forma como as famílias estruturam suas respostas diante da escassez. Assim, compreender as estratégias comunitárias de enfrentamento à fome e à insegurança alimentar torna-se fundamental para interpretar como cada território mobiliza seus saberes, redes de solidariedade e fontes de renda na busca por estabilidade e autonomia alimentar.

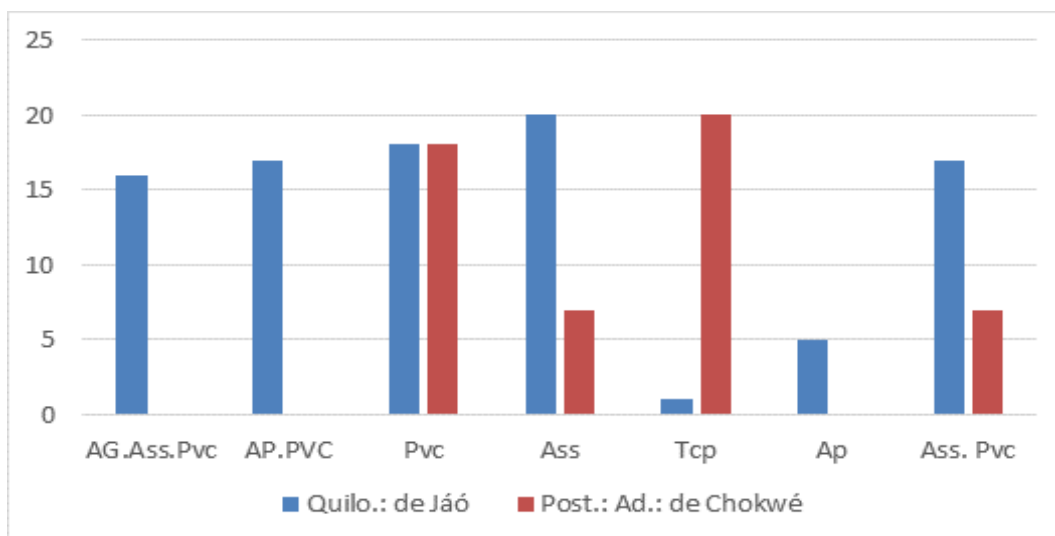
Ao analisar as estratégias de obtenção de renda e acesso aos alimentos (Figura 21), observa-se um contraste significativo entre o Quilombo do Jaó (Brasil) e a comunidade estudada em Moçambique.

No Quilombo do Jaó, todas as famílias declararam receber algum tipo de apoio governamental. As estratégias são diversificadas: parte significativa depende do trabalho assalariado, outras combinam aposentadoria com produção e venda de culturas, e há ainda famílias que articulam múltiplas fontes, incluindo programas sociais e agricultura. Esse padrão indica que a segurança alimentar está fortemente associada à renda monetária, complementada pela produção agrícola e pelas políticas públicas.

Em Moçambique, o cenário é distinto: nenhuma família relatou receber apoio governamental. Predomina o trabalho por conta própria, com a maioria dependendo diretamente da produção agrícola para subsistência e, em menor medida, da venda de culturas. Esse quadro evidencia maior dependência dos recursos naturais e menor diversificação das fontes de renda.

De modo geral, enquanto no Brasil há maior diversificação e suporte institucional, em Moçambique prevalecem estratégias mais autônomas, porém mais vulneráveis, devido à ausência de políticas públicas e à forte dependência das condições climáticas.

Figura 21 - Principais benefícios recebidos relatados pelos entrevistados no Quilombo do Jaó (Brasil) e Chokwé (Moçambique), 2025.



Fonte - Dados da pesquisa (2025). n = números absolutos.

Legenda: Ap: Aposentado, Ass: Assalariado, Pvc: Produção e venda de produto, Tb: Trabalho de Bico, Tcp: Trabalho por conta própria, AG: Apoio governamental.

De modo geral, a análise das estratégias de enfrentamento revela que, embora ambas as comunidades estejam inseridas em contextos de vulnerabilidade, suas respostas são moldadas por diferentes formas de organização social e territorial. No caso brasileiro, o acesso a políticas de transferência de renda e programas de fomento à agricultura familiar configura um sistema de segurança relativa, em que a ação estatal atua como mediadora das desigualdades estruturais. Já em Moçambique, a ausência de uma rede institucional de apoio faz com que a sobrevivência dependa essencialmente da autonomia produtiva local e da solidariedade comunitária.

À luz de Lefebvre (1974), pode-se compreender essas realidades como expressões distintas da produção social do espaço, em que a segurança alimentar não é apenas um indicador de acesso a bens, mas o reflexo das relações de poder, das práticas cotidianas e das formas de apropriação do território. Assim, tanto no Quilombo do Jaó quanto em Chókwè, o espaço se revela como um produto socialmente construído (resultado de mediações entre o Estado, o mercado e as práticas tradicionais), onde o alimento assume valor simbólico, cultural e político.

8 PERCEPÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CAMPESINATO NOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

Nesta temática objetiva-se analisar as percepções dos sujeitos entrevistados sobre o campesinato e as políticas públicas que incidem sobre os territórios tradicionais pesquisados, o Quilombo do Jaó, no Brasil, e o Posto Administrativo de Chókwè, em Moçambique. Através das vozes dos próprios camponeses, busca-se compreender como eles interpretam as transformações socioeconômicas e ambientais em curso, bem como os desafios que enfrentam diante das mudanças climáticas, da limitação de recursos e da atuação ou ausência das políticas públicas.

8.1 Representações do campesinato: identidade, resistência e pertencimento

Nos territórios investigados (o Quilombo do Jaó, no Brasil, e o posto administrativo de Chókwè, em Moçambique) o ser camponês não se reduz a uma ocupação econômica, mas constitui um modo de vida profundamente enraizado na memória, na luta cotidiana e no sentimento de pertencimento ao território. As histórias compartilhadas ao longo do trabalho de campo revelam trajetórias marcadas por dificuldades estruturais, mas também por um orgulho persistente em manter viva a tradição agrícola herdada das gerações anteriores.

No Quilombo do Jaó, a experiência camponesa se afirma como resistência. Mesmo diante das adversidades climáticas e biológicas que afetam diretamente a produção agrícola e o cotidiano das famílias, os quilombolas seguem cultivando a terra como um gesto de continuidade histórica e afirmação identitária. A resistência manifesta-se na permanência das práticas tradicionais de cultivo, no manejo coletivo dos recursos naturais e na busca por estratégias locais de sobrevivência frente às instabilidades ambientais.

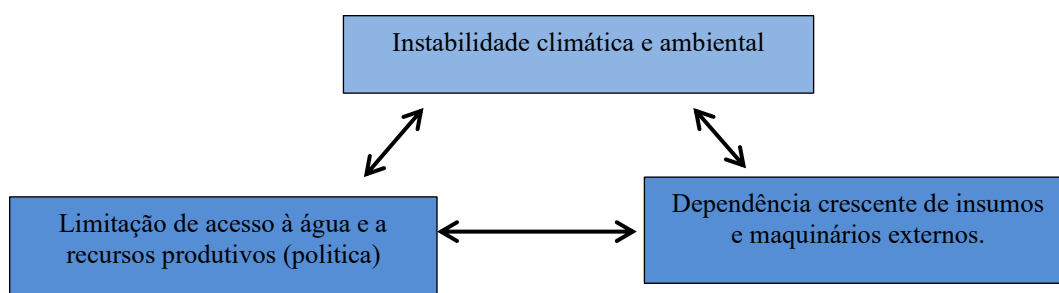
Em Chókwè, por sua vez, a condição camponesa é atravessada por sentimentos mais acentuados de vulnerabilidade e de ausência de apoio institucional. A irregularidade das chuvas afeta diretamente as machambas (roças), tornando a produção agrícola cada vez mais incerta. Mesmo diante desse cenário, os camponeses seguem plantando, não por escolha estratégica, mas por necessidade, e por manter viva a continuidade dos modos de produção tradicional, é relevante destacar que o cultivo da terra permanece como a principal (e muitas vezes única) alternativa de garantia alimentar e de geração de renda a algumas famílias.

Assim, tanto no Quilombo do Jaó quanto em Chókwè, o trabalho camponês revela-se como prática de resistência e de permanência, ainda que marcado por contextos distintos. Em ambos os casos, a agricultura ultrapassa a dimensão produtiva e assume um papel central na construção das identidades coletivas, na relação com o território e na luta cotidiana pela continuidade da vida.

A caracterização do cenário das mudanças climáticas, essas são percebidas de forma intensa pelos moradores, que relatam o agravamento das secas e contraditoriamente as enchentes, (Particularmente em Moçambique, onde observam-se enchentes registradas em janeiro de 2026 na área que constituiu o recorte do estudo) e o aumento das pragas, fatores que comprometem a estabilidade da produção agrícola. Ainda assim, o trabalho na roça não é abandonado. Ele persiste como expressão de um compromisso moral com a terra e com a comunidade, reafirmando aquilo que Woortmann (1990) define como o campesinato enquanto “ordem moral”, na qual produzir não é apenas gerar alimentos, mas reproduzir a própria vida como sinônimo de moralidade social.

Essa condição de permanência camponesa, marcada simultaneamente pela resistência e pela vulnerabilidade, pode ser compreendida a partir da articulação de três dimensões centrais que incidem diretamente sobre o cotidiano dos territórios analisados. Conforme sintetizado na Figura 22, a instabilidade climática e ambiental atua como elemento estruturante das dificuldades produtivas, agravada pela limitação de acesso à água e a outros recursos produtivos, frequentemente condicionados por decisões políticas e institucionais. Paralelamente, observa-se uma dependência crescente de insumos e maquinários externos, que tensiona os modos tradicionais de produção e amplia a fragilidade econômica dos camponeses. Essas dimensões não operam de forma isolada; ao contrário, interagem e se retroalimentam, produzindo um cenário no qual o trabalho agrícola se mantém como prática de sobrevivência, identidade e resistência frente às múltiplas pressões que atravessam os territórios camponeses.

Figura 22 - Dimensões de identidade, resistência e pertencimento



Fonte - Elaboração própria (2025)

Inserido nesse contexto de instabilidade socioambiental, o campesinato passa a experimentar uma dependência crescente de insumos e maquinários externos, o que tensiona os modos tradicionais de produção e reforça um modelo de desenvolvimento que combina temporalidades distintas e lógicas produtivas desiguais. Trata-se de um pensamento desenvolvimentista excludente, no qual técnicas modernas e sistemas produtivos intensivos coexistem com a precarização dos territórios camponeses, gerando contradições profundas no uso da terra e na reprodução da vida, ou por outra, o pensamento desenvolvimentista excludente evidenciado, pelas técnicas modernas e sistemas produtivos, precarizam ou inutilizam as práticas de tecnologias sociais nos territórios, fazendo com que nesses territórios haja a coexistência entre a pobreza no contexto da capacidade produtiva e do poder aquisitivo.

Essa dinâmica atua de forma contraditória aos princípios estabelecidos no ODS 2, especialmente às metas 2.3, que prevê o aumento da produtividade e da renda dos pequenos produtores com base na valorização de seus sistemas produtivos, e 2.4, que defende a implementação de sistemas agrícolas sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas. Do mesmo modo, contraria o ODS 15, em particular as metas 15.1 e 15.3, ao comprometer o uso sustentável dos ecossistemas terrestres e intensificar processos de degradação do solo, enfraquecendo práticas tradicionais historicamente associadas à conservação ambiental, pela execução e criação de tecnologias sociais de produção.

No contexto brasileiro, essas contradições tornam-se particularmente visíveis com a expansão da monocultura da soja, cujos impactos extrapolam os limites das grandes propriedades e afetam diretamente os sistemas agrícolas familiares situados em seu entorno e durante o período de plantio da soja, a proliferação de pragas provenientes dessas áreas compromete suas lavouras, deixando famílias inteiras meses sem condições de produzir. Essa situação evidencia como a modernização agrícola, ao privilegiar o agronegócio, impõe externalidades ambientais e sociais às comunidades camponesas, sem qualquer mecanismo efetivo de compensação ou proteção e isso expressa aquilo que Delgado (2012) caracteriza como a “modernização conservadora da agricultura brasileira”, que é um processo no qual o avanço técnico e produtivo se realiza de forma seletiva, aprofundando desigualdades territoriais e fragilizando os modos de vida tradicionais. O desenvolvimento, nesse sentido, revela-se contraditório: ao mesmo tempo em que amplia a produtividade e a inserção no mercado global, reproduz pobreza, exclusão social e degradação ambiental nos territórios que não se enquadram nessa lógica hegemônica. Com isso, não estamos afirmando um dever de troca de técnicas científicas produtivas, mas sim estamos evidenciando a exclusão social juntamente com as suas

implicações nas formas de produção tradicional centradas nas tecnologias sociais que configuram os modos de produção dos povos tradicionais como ordem moral na concepção do Woortmann (1990).

Em Moçambique, embora o agronegócio assuma outras configurações, os efeitos do desenvolvimento excludente também se fazem sentir. Os camponeses associam suas dificuldades ao agravamento das secas e cheias, às altas temperaturas e ao aquecimento do solo, fatores que inviabilizam o cultivo de produtos básicos como o milho e o amendoim. Essas transformações climáticas, vividas no cotidiano das machambas (roças), revelam a crescente vulnerabilidade dos sistemas agrícolas tradicionais, profundamente dependentes dos ciclos naturais e da regularidade das chuvas.

Essa experiência concreta traduz aquilo que Santos (2002) denomina de racionalidade perversa do território, na qual o espaço é progressivamente apropriado por lógicas externas (econômicas, políticas e ambientais) que desconsideram as necessidades locais e fragilizam as estruturas produtivas comunitárias. Assim, mais do que relatar adversidades ambientais, nesta temática as observações analisadas, denunciam a desigualdade territorial e a ausência de políticas públicas eficazes de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, reforçando o quadro de vulnerabilidade sintetizado na figura- 25 apresentada anteriormente, geradas pela posição do pensamento desenvolvimentista em contraposição de um desenvolvimento inclusivo de práticas de produção com viés das tecnologias sociais.

8.2 Políticas públicas e programas de apoio: entre o alcance e a ausência

As políticas públicas voltadas ao meio rural assumem configurações distintas nos contextos analisados, revelando contrastes significativos na atuação do Estado e nas condições institucionais de suporte aos territórios camponeses, sobre tudo no âmbito das ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) a participação do estado no quilombo do Jaó articula-se com os camponeses locais através dos programas governamentais direcionados ao fortalecimento da agricultura familiar, destacando-se o plano SAFRA, Selos Quilombolas, Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) entre outros programas que garante a participação, porém ainda que limitadas em alcance e continuidade, essas ações são importantes mecanismos de apoio à produção e criação de renda familiar.

Ainda que limitadas em alcance e continuidade, essas ações são percebidas pelos agricultores como importantes mecanismos de apoio à produção e de fortalecimento da

consciência ambiental nas comunidades. Os relatos dos entrevistados no quilombo de Jaó indicam que, além das atividades formativas, o acesso a equipamentos agrícolas tem contribuído para melhorar, ainda que parcialmente, as condições de trabalho no campo. A utilização de maquinário comunitário, como o trator apresentado na figura 23, exemplifica uma das formas de apoio institucional existentes no contexto brasileiro, que auxilia no preparo da terra e na realização das atividades agrícolas no geral.

Figura 23 - Trator da comunidade de Jaó para atividades agrícolas



Fonte - Elaboração própria (2025)

Em contraste, no contexto moçambicano não se observam políticas públicas de natureza semelhante, tampouco programas estruturados com foco específico no apoio direto aos camponeses ou na mitigação dos impactos climáticos em escala local. Essa ausência de políticas consistentes evidencia uma assimetria profunda entre os dois países, agravando a vulnerabilidade das populações rurais e limitando suas capacidades de adaptação diante das instabilidades ambientais.

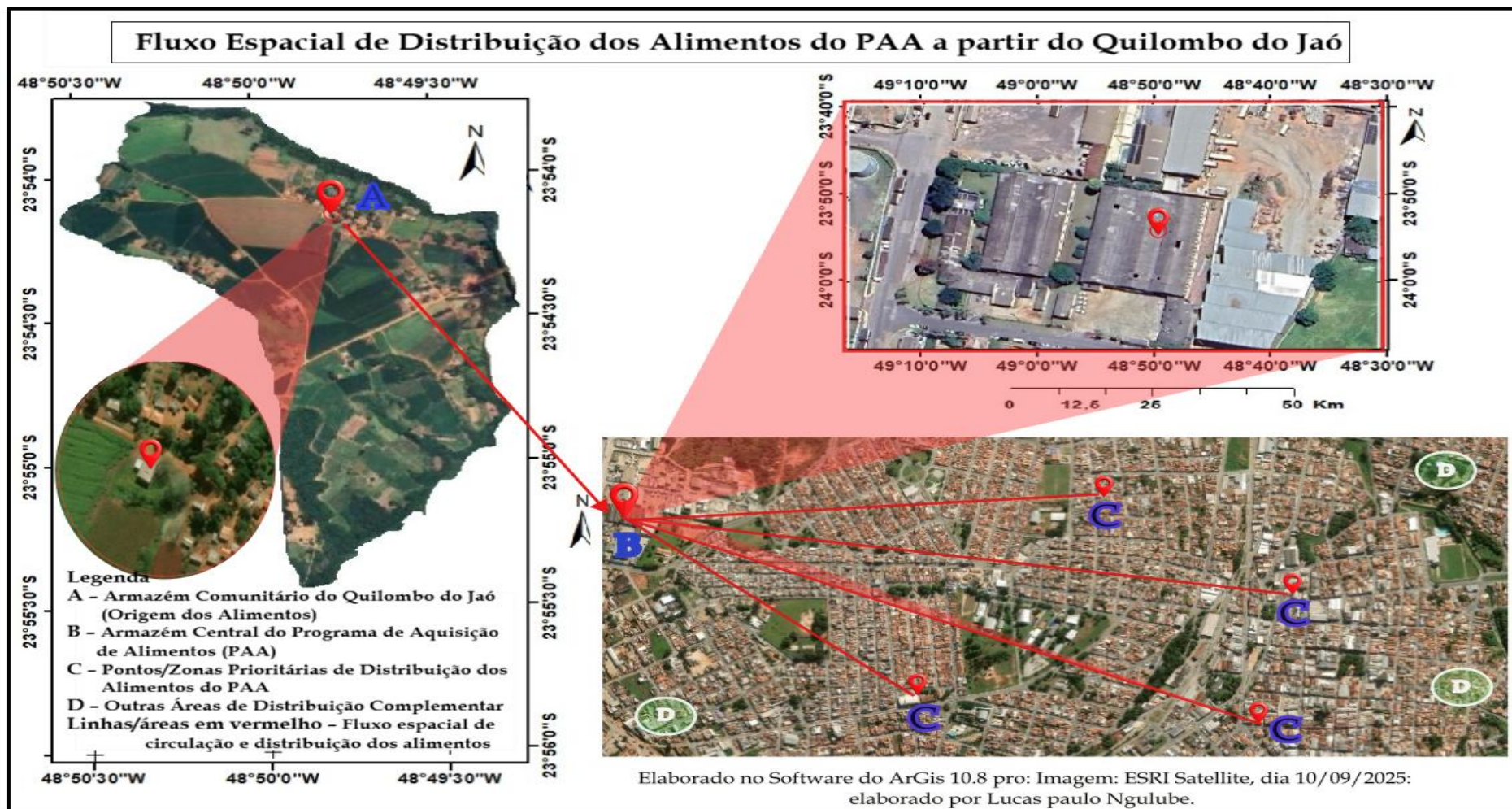
Assim, a comparação entre os casos revela que, enquanto no Brasil há um apoio institucional ainda que fragmentado, em Moçambique predomina a ausência de ações sistemáticas, o que reforça a dependência dos camponeses de estratégias próprias de sobrevivência e de resistência territorial.

A presença desse tipo de apoio institucional, exemplificada pelo uso de maquinário comunitário, evidencia que existem políticas públicas em funcionamento no contexto brasileiro; contudo, os próprios camponeses reconhecem que tais iniciativas permanecem insuficientes diante da complexidade dos desafios ambientais, produtivos e socioeconômicos enfrentados no cotidiano rural. Embora contribuam para aliviar determinadas dificuldades, essas ações não alcançam escala nem continuidade capazes de alterar de forma estrutural as condições de produção e de reprodução da vida camponesa.

Os entrevistados apontam, de modo recorrente, limitações relacionadas ao baixo valor destinado à aquisição dos produtos e ao número restrito de famílias beneficiadas pelos programas existentes. No caso do Programa de Aquisição de Alimentos, os agricultores destacam que o teto estabelecido (em torno de oito mil reais por família) não corresponde à capacidade produtiva das unidades familiares nem às necessidades reais de geração de renda no campo. Essa percepção revela que, apesar de seu caráter estratégico, o programa de aquisição de Alimentos (PAA) opera dentro de margens estreitas, limitando seu potencial como instrumento efetivo de fortalecimento da agricultura familiar.

Essa avaliação converge com a crítica formulada por Grisa e Schneider (2014), segundo a qual as políticas públicas voltadas ao meio rural no Brasil permanecem ancoradas em uma lógica fragmentada, fortemente dependente das conjunturas políticas locais e incapaz de promover transformações estruturais no campo. Ainda assim, os produtos adquiridos por meio do PAA cumprem uma função social relevante ao serem distribuídos em diferentes pontos do município de Itapeva, conforme ilustrado na Figura 24, evidenciando tanto o alcance social do programa quanto suas limitações enquanto política de desenvolvimento territorial.

Figura 24 – Fluxo espacial de Distribuição de alimentos do PAA a partir do quilombo do Jaó



Fonte - Elaboração própria (2025)

No contexto brasileiro, os produtos adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos cumprem uma função social relevante ao serem destinados a diversos equipamentos públicos e iniciativas de assistência no espaço municipal. Conforme diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), esses alimentos são distribuídos para hospitais, centros de acolhimento, orfanatos e outras estruturas de apoio social, incluindo as Cozinhas Solidárias, que têm como objetivo garantir alimentação gratuita e de qualidade à população em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar. Esse circuito de produção e distribuição evidencia que, apesar de suas limitações, o PAA estabelece uma articulação concreta entre a agricultura familiar e as políticas de segurança alimentar no âmbito local.

Em contraste, no posto administrativo de Chókwè, o cenário revela-se substancialmente mais grave, marcado pela ausência quase total de políticas públicas direcionadas ao campesinato. Os relatos dos entrevistados expressam sentimentos de abandono institucional e de falta de representatividade social frente às instâncias governamentais, evidenciando a inexistência de programas de apoio, seja por parte do Estado, seja por organizações não governamentais. Essa ausência de referências institucionais fragiliza ainda mais as estratégias de produção e reprodução da vida camponesa, ampliando a vulnerabilidade das comunidades rurais diante das instabilidades climáticas e econômicas.

Tal realidade denuncia a fragilidade das políticas agrárias e de segurança alimentar em Moçambique, país que, conforme analisa Mosca (2011), permanece fortemente dependente de diretrizes e financiamentos internacionais, ao mesmo tempo em que não reconhece plenamente a agricultura camponesa como eixo estratégico da soberania alimentar e do desenvolvimento territorial. Assim, o contraste entre os dois contextos reforça a centralidade do papel do Estado na mediação das desigualdades territoriais e evidencia que a presença (ainda que limitada) de políticas públicas pode representar a diferença entre mitigação da vulnerabilidade e aprofundamento da exclusão no meio rural.

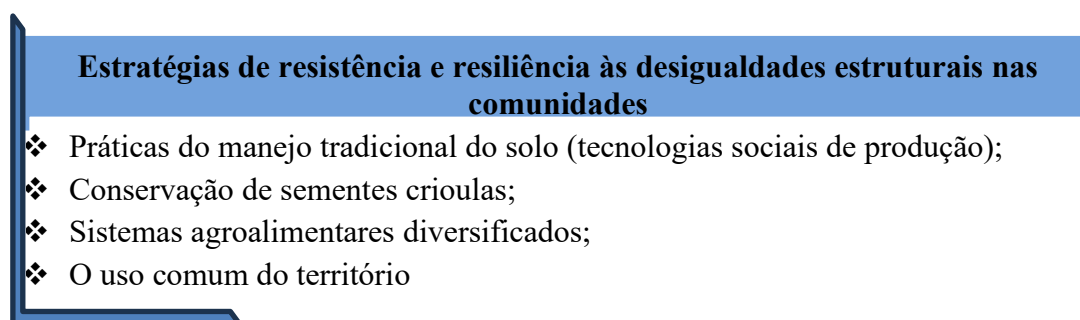
8.2.1 ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável

A articulação entre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e o Objetivo 15 (Vida Terrestre) revela uma dimensão central para compreender as estratégias de resistência e resiliência do campesinato frente às desigualdades estruturais que historicamente incidem sobre os territórios tradicionais. Essas desigualdades manifestam-se por meio da concentração fundiária, da marginalização das economias camponesas, da fragilidade das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e da imposição

de modelos hegemônicos de desenvolvimento que desconsideram as especificidades socioterritoriais locais.

Nesse contexto, o campesinato como “ordem moral” Woortmann (1990) na qual produzir não é apenas gerar alimentos, mas reproduzir a própria vida como sinônimo de moralidade social, constrói estratégias de resistência que não se restringem à oposição direta aos processos de expropriação e invisibilização, mas se expressam sobretudo na reafirmação cotidiana de modos de vida baseados no trabalho familiar, na diversidade produtiva, no uso sustentável dos recursos naturais e na transmissão intergeracional de saberes, em ambos países destacou-se como estratégias de resistências as seguintes.

Figura 25 - Estratégias de resistência e resiliência às desigualdades estruturais nas comunidades



Fonte: Elaboração própria (2026)

Estas estratégias, configuram formas concretas de enfrentamento às desigualdades socioeconômicas e ambientais, ao mesmo tempo em que fortalecem a soberania alimentar e a autonomia comunitária.

A resiliência camponesa, por sua vez, evidencia-se na capacidade de adaptação ativa às mudanças climáticas, às instabilidades de mercado e à ausência ou insuficiência da ação estatal. Essa adaptação não implica submissão, mas sim a reorganização dos sistemas produtivos e das relações sociais a partir de lógicas próprias, ancoradas na solidariedade, na cooperação e na centralidade do território como espaço de vida, memória e pertencimento. Assim, concebemos que o território deixa de ser apenas um suporte físico da produção para se afirmar como uma construção social e política, onde se articulam resistência, identidade e reprodução da vida, extrapolando os limites do desenvolvimento excludente, por isso, ela configura-se como uma ordem moral contraditória da massa desenvolvimentista.

Dessa forma, embora os ODS 2 e 15 sejam concebidos em escala global, sua efetivação nos territórios camponeses depende do reconhecimento dessas práticas de resistência e resiliência como estratégias legítimas de desenvolvimento, capazes de enfrentar as desigualdades estruturais sem romper com os vínculos socioculturais e ambientais que sustentam a existência do campesinato.

8.2.2 ODS 15 – Vida Terrestre: territórios camponeses, conservação e reexistência

No que se refere ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 (Vida Terrestre), que propõe a proteção, a restauração e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, a realidade observada nos territórios analisados, evidencia um conjunto de contradições estruturais. Tanto no Quilombo do Jaó, no Brasil, quanto no Posto Administrativo de Chókwè, em Moçambique, processos como a degradação do solo, o desmatamento e a intensificação da erosão não podem ser compreendidos como fenômenos meramente naturais, mas como resultados diretos da fragilidade das políticas ambientais e da limitada articulação destas, com as demandas, saberes e práticas locais.

Nesses contextos, observa-se que as práticas tradicionais de cultivo apresentadas na figura 25, historicamente desenvolvidas pelas comunidades camponesas, têm se mostrado mais eficazes na conservação dos ecossistemas do que muitas intervenções externas de caráter tecnicista ou produtivista. Fundamentadas no respeito aos ciclos naturais, no manejo comunitário da terra e em técnicas agroecológicas, tais práticas contribuem para:

- ❖ Manutenção da fertilidade do solo;
- ❖ Preservação da biodiversidade local e
- ❖ Equilíbrio dos sistemas produtivos.

Essa constatação reforça o papel do saber local como componente central da sustentabilidade ecológica, frequentemente desconsiderado por modelos de desenvolvimento exógenos. Nesse sentido, a resistência camponesa não se configura apenas como resposta às adversidades climáticas, econômicas ou institucionais, mas como uma forma ativa de sustentabilidade cultural e ecológica. Ao persistirem em modos próprios de relação com a terra, as comunidades constroem alternativas concretas às lógicas hegemônicas de uso e apropriação dos recursos naturais. Como argumenta Porto-Gonçalves (2006), os territórios camponeses e tradicionais constituem verdadeiros “espaços de reexistência”, nos quais o conhecimento

ancestral, a memória coletiva e o vínculo territorial produzem racionalidades ambientais distintas, capazes de desafiar o paradigma desenvolvimentista excludente. Assim, a integração entre conservação da biodiversidade, soberania alimentar e justiça territorial emerge como condição fundamental para a concretização de uma sustentabilidade genuína, aquela que não se impõe de forma vertical, mas que nasce do diálogo entre saberes locais e compromissos globais expressos nos ODS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ancorada no Materialismo Histórico-Dialético, esta pesquisa demonstrou que as dinâmicas territoriais observadas no Quilombo do Jaó e em Chókwè constituem expressões particulares de um mesmo processo histórico: o desenvolvimento desigual. Em ambos os territórios, a agricultura camponesa permanece central para a reprodução da vida, embora organizada sob temporalidades, condições materiais e formas de inserção distintas.

No Quilombo do Jaó, identificou-se uma configuração paisagística modernizado, marcado pela diversificação produtiva, pela Produção camponesa, com inserção parcial em circuitos locais de comercialização e por algum acesso a políticas públicas. Contudo, essa relativa estruturação não elimina a vulnerabilidade territorial, pois a dependência do mercado, os impactos indiretos do agronegócio e a fragilidade da proteção institucional mantêm a comunidade exposta às contradições do desenvolvimento capitalista no campo.

Em Chókwè, predomina uma agricultura mais vinculada à produção camponesa orientada à reprodução social e alimentar, com forte utilização das tecnologias-sociais de produção e às práticas tradicionais de armazenamento. Entretanto, a baixa cobertura de políticas públicas, a limitada infraestrutura técnica e os efeitos crescentes das mudanças climáticas intensificam a insegurança produtiva e alimentar, aprofundando a vulnerabilidade do campesinato local.

As análises geoespaciais, articuladas aos mapas de uso do solo, à classificação temática da cobertura da terra e aos índices de NDVI, evidenciaram que ambos os territórios enfrentam pressões socioambientais, ainda que em diferentes intensidades. No Jaó, observou-se menor equilíbrio entre produção e conservação; em Chókwè, a fragmentação das áreas cultivadas e a maior exposição a eventos extremos revelaram um quadro mais crítico de fragilidade ecológica e territorial.

No campo da segurança alimentar, a vulnerabilidade não decorre apenas de fatores climáticos, mas sobretudo da distribuição desigual de recursos, infraestrutura e políticas públicas. No Jaó, a segurança alimentar mostra-se relativamente mais estável, embora dependente da continuidade de programas de apoio e da diversificação das estratégias de renda. Em Chókwè, a insegurança alimentar assume caráter estrutural, vinculada à dependência da agricultura familiar, à ausência de apoio estatal efetivo e à elevada exposição aos riscos climáticos.

Entretanto, apesar dessas adversidades, o campesinato, nos dois contextos é descrito por

práticas que condicionam a conservação de sementes crioulas em seleiros, diversificação produtiva, trabalho coletivo, solidariedade comunitária, conservação ambiental e transmissão de saberes locais, expressando assim, racionalidades próprias de reprodução da vida, que tensionam os limites do modelo hegemônico de desenvolvimento “heterotopia”.

Essas práticas, dialogam com os ODS 2 e 15 que ocorre de forma parcial e contraditória na lógica hegemônica, e o diálogo entre práticas tradicionais e ODS 2 e 15 se estabelece menos pela efetividade das políticas institucionais e mais pela capacidade autônoma de resistência, adaptação e permanência das comunidades.

Desse modo o Materialismo Histórico-Dialético permitiu a compressão das contradições entre modernização agrícola, exclusão territorial, insegurança alimentar e degradação ambiental, ao mesmo tempo em que evidencia os territórios camponeses como espaços de reexistência e produção de alternativas sustentáveis e desta forma, nos condicionou a uma percepção de que um desenvolvimento territorial efetivamente inclusivo exige o reconhecimento dos saberes locais, o fortalecimento da agricultura camponesa e a ampliação de políticas públicas territorializadas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. *et al.* **Agronegócio e agroindústria no estado de São Paulo: características e impactos.** São Paulo: Editora Paulista, 2019.
- AQUINO, A.; LIM, C.; KAECHHELE, K.; TAQUIDIR, M. **Notas sobre a floresta em Moçambique.** Washington: Banco Mundial, 2018. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/494001544069659149/pdf/131837-Portuguese-Country-ForestNote-Final-PORT.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.
- ARAÚJO, S. A. C. **Arqueologia de Itapeva, SP: contribuição à formação de políticas para gestão patrimonial.** 2006. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo. Disponível em: http://www.ihggi.org.br/conteudo/acervo/mostra_teses.php?idTese=3. Acesso em: 14 jun. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70; Almedina Brasil, 2011. ISBN: 978-8562938047.
- BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão.** Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BONI, V. **O conceito clássico de campesinato e o movimento de mulheres camponesas.** [S.l.: s.n.], 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **O brasil que alimenta: uma celebração à agricultura familiar.** Brasília, 2020a.
- BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. **Aquilomba Brasil.** Brasília: MIR, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas-1/aquilomba-brasil>. Acesso em: 29 jan. 2026.
- BRASIL. Governo Federal. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Brasília, 2020b.
- CLIMATE POLICY INITIATIVE. *When the River Runs Dry: How Amazon Deforestation Threatens the Brazilian Economy.* 2025. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil. Goiânia: CPT Nacional,** 2023.
- CUNHA, D. M.; SOUZA, L. M. **Agricultura familiar e abastecimento alimentar: impactos do PAA e PRONAF em comunidades tradicionais.** *Revista de Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural*, v. 5, n. 2, p. 55–72, 2020.
- DELGADO, G. C. **“Do capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965–2012).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/245770/000899407.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

DIAS, G.; NASCIMENTO, E. **Territórios e cultura no Vale do Ribeira: um olhar sobre comunidades tradicionais**. São Paulo: Annablume, 2020.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Relatório sobre a segurança alimentar no mundo**. Roma: FAO, 2024. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org>. Acesso em: 29 jul. 2025.

FAO. **Relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional em Moçambique**. Roma: FAO, 2025.

FAO; UNICEF; WFP; WHO; WORLD BANK. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 (SOFI 2024)**. Roma: FAO, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/sofi/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

FAVARETO, G. **Análise socioeconômica da Microrregião de Itapeva**. São Paulo: UNESP, 2007.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola – Quilombo do Jaó**. Brasília: FCP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares>. Acesso em: 14 jun. 2025.

GLOBAL FOREST WATCH. **Mozambique — Tree cover loss and forest data (2001–2024)**. Washington, DC: GFW, 2024. Disponível em: <https://www.globalforestwatch.org/country/MOZ/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e políticas públicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GOVERNADOR DISTRITAL DE CHÓKWÈ. **Perfil do Distrito de Chókwè, Província de Gaza**. Gaza, 2012.

GRISA, C. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDsndRqMPtmf/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

IBGE; SEADE. **Microrregião de Itapeva: dados populacionais e economia**. São Paulo: IBGE/SEADE, 2025.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **População de Moçambique: Censos de 2024**. Maputo: INE, 2024.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. PRODES/DETER — **Monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal (2023–2024)**. Brasília: INPE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe>. Acesso em: 29 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ipea, 2024.

INTERNATIONAL GROWTH CENTRE. **Mozambique**. London: IGC. Disponível em: <https://www.theigc.org/countries/mozambique>. Acesso em: 14 jun. 2025.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. **As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira**. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). *Identidades da Educação Ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2014. p. 23–45.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LILLESAND, T. M.; KIEFER, R. W.; CHIPMAN, J. W. **Remote sensing and image interpretation**. 5. ed. New York: John Wiley & Sons, 2004.

LIMA, D.; PAINADO, P.; MARTINS, K.; PADO, P. **Jaó em nós**. 2024. p. 18.

LITSURE, P. **Os Tsonga-Changana: migrações, assentamentos e identidade cultural**. Maputo: Editora Moçambicana, 2019.

MADER – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Desenvolvimento Agrícola em Moçambique: tendências, desafios e oportunidades**. Maputo: MADER, 2025.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional: princípios e práticas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

MAPBIOMAS. **RAD 2023 — Relatório Anual de Deforestação no Brasil (fatos e síntese)**. Brasília: MapBiomass, 2024. Disponível em: <https://alerta.mapbiomas.org>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MBANZE, A. A.; RIBAS, C. **Avaliação do impacto do desmatamento**. OMR, 2024. Disponível em: <https://omrmz.org/wp-content/uploads/2024/07/OR-146-Port-2.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Relatório sobre políticas agrícolas em Moçambique**. Maputo, 2007.

MITADER – MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Inventário Florestal Nacional**. Maputo: MITADER, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.biofund.org.mz>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MITADER. **Agenda Estratégica 2019–2035 e Programa Nacional de Florestas**. 2019. Disponível em: <https://www.forestcarbonpartnership.org>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MOSCA, J. **Políticas agrárias e mudanças na agricultura de Moçambique (1975–2009)**. Working Paper, 2011.

MUCHACONA, J. J. **Relações sociopolíticas e conflitos de terra** [S.l.: s.n.], 2019.

MUSSAGY, I. *et al.* **Os determinantes do desmatamento em Moçambique.** 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.foreco.2013.08.003>. Acesso em: 14 jun. 2025.

OBSERVATÓRIO DO MEIO RURAL. **Chókwè: efeitos locais de políticas instáveis.** [S.l.], 2018.

OBSERVATÓRIO DO MEIO RURAL. **Segurança alimentar em Moçambique: o que constitui uma refeição, Senhor Ministro?** [S.l.], 2023.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: [s.n.], 2007.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura familiar no Brasil: conceitos, classificações e políticas públicas.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1999.

PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar.** São Paulo: PENSSAN, 2022.

PEREIRA, F. R. **Geografia física e recursos hídricos no estado de São Paulo.** São Paulo: Editora Acadêmica, 2003.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha.** Buenos Aires: CLACSO, 2006.

RODRIGUES, L.; GALDINO, D. S. Itapeva: **Dados históricos e administrativos.** Prefeitura de Itapeva, 2002. Disponível em: <http://www.itapeva.sp.gov.br>. Acesso em: 14 jun. 2025.

SACHS, J. D. **The age of sustainable development.** New York: Columbia University Press, 2015.

SANTOS, F. A. S. F. G. dos. **Atlas municipal de Itapeva:** Estado de São Paulo. São Paulo: IHGGI, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço.** Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SILVA, Elias Coimbra da. Algumas considerações sobre a validade da teoria do desenvolvimento desigual de Neil Smith. *RA'E GA – O Espaço Geográfico em Análise*, Curitiba, v. 26, p. 227–246, 2012. Departamento de Geografia, UFPR. ISSN 2177-2738. Disponível em: <http://www.geografia.ufpr.br/raega/>. Acesso em: 22 fev. 2026.

SANTOS, M. **Geografia do estado de São Paulo: aspectos físicos e econômicos.** São Paulo: Editora Paulista, 2002.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil.** Rimisp, Santiago, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, D. C. **Clima e seus efeitos sobre a agricultura no estado de São Paulo**. São Paulo: Editora Climatológica, 2016.

TAGLIETTI, D. B. **A natureza social e econômica da Lei de Terras de 1850**. [S.l.: s.n.], [s.d.].

VEIGA, G. S. **O processo de urbanização do município de Itapeva – SP**. 2014. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, DF.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negocia: o campesinato como ordem moral**. *Anuário Antropológico*, 1987. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389>. Acesso em: 14 jun. 2025.

**APÊNDICE A – PRÁTICA DE PLANTIO DE HORTALIÇAS NO CONTEXTO DA
AGRICULTURA CAMPONESA NO POSTO ADMINISTRATIVO DE CHÓKWÉ**



Fonte: Elaboração própria (2025)

**APÊNDICE B - PRÁTICA DE PLANTIO DE HORTALIÇAS NO CONTEXTO DA
AGRICULTURA CAMPONESA NO QUILOMBO DO JAÓ**



Fonte: Elaboração própria (2025)

**APÊNDICE C – ARMAZÉM DA PRODUÇÃO PARA FORNECER AO PEA NO
QUILOMBO DO JAÓ**



Fonte: Elaboração própria (2025)

APÊNDICE D – CARREGAMENTO DE ALIMENTOS NO QUILOMBO



Fonte: Elaboração própria (2025)

**APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO AO RESPONSÁVEL PELO GRUPO FAMILIAR,
ADAPTADO DO INQUÉRITO NUTRICIONAL MARCO 2018 DO SETSAN PARA O
ESTUDO EM QUESTÃO**

Guião de Apresentação do inquiridor e o propósito da entrevista:

Bom dia/tarde, meu nome é _____ e estou a fazer este trabalho para minha formação académica

- O propósito da entrevista é de obter informações sobre a situação de segurança alimentar.
- O inquérito é voluntário e a informação por si prestada é confidencial. Não haverá nenhuma forma de se saber que deu informação.

Podemos fazer a entrevista?

SECÇÃO “A”= PRODUÇÃO DE CULTURAS E PECUÁRIA

1. O Seu Agregado familiar pratica agricultura ou possui horta?

1=*Sim* ☐ 2=*Não* ☐

1.1. Quais são os tipos de cultura que tem praticado e quais são para o consumo (C) e venda (V)

	C	V
A) Verduras (couve, alface, tseke, F. Abobora, outro)	☐	☐
B) Legumes (cenoura, tomate, pimenta, quiabo, repolho, outro)	☐	☐
C) Leguminosas (feijoes, amendoim, outro)	☐	☐
D) Cereais (milho, mapira, trigo, arroz, outro).	☐	☐

1.2. Como você descreveria sua experiência como camponês(a) nos últimos anos?

1.3. Quais são as principais dificuldades que você enfrenta no seu dia a dia como trabalhador(a) rural?

1.1. Tem reservas alimentares? Se sim são de o quê?

1= *Sim* ☐ 2=*Não* ☐

☐ Cereais ☐ Raízes e Tubérculos ☐ Feijões e amendoim

1.2. Tem dificuldades para cultivar se sim quais são?

1= *Sim* ☐ 2=*Não* ☐

☐ Terra ☐ Equipamentos ☐ Praga ☐ Se ☐ Sementes ou mudas

☐ Água

1.3. Você tem acesso a programas de apoio governamentais ou de ONGs que ajudam a melhorar sua produção agrícola? Se sim, como esses programas têm impactado sua vida?

FORMAS DE VIDA

2. Qual é a principal fonte de rendimento para sustentar a família? (Deixar o entrevistado indicar a fonte)

- A) Produção, venda de culturas e animais ☐
- B) Trabalha por conta própria (processamento, comércio, serviços) ☐
- C) Assistência alimentar/ ajuda/ ganho ganho/ biscate). ☐
- D) Pesca e aquacultura ☐

2.1. Você percebe que sua vida e seu trabalho no campo têm se tornado mais difíceis ou mais fáceis nos últimos anos? Por quê?

1.1. O que você acredita ser necessário para garantir o futuro do campesinato nas próximas gerações?

SECÇÃO “B” = ACESSO A ALIMENTACAO ADEQUADA NO AF 1=SIM 2= NAO

Questões	Agora, gostaria de fazer algumas perguntas sobre a sua alimentação nos últimos 30 dias. Alguma vez [o senhor / a senhora]:	Rótulos
1	Teve preocupação de não ter comida suficiente por falta de dinheiro ou outros meios?	
2	Não conseguiu ter uma alimentação saudável e nutritiva por falta de dinheiro ou outros meios?	
3	Comeu apenas alguns poucos tipos de alimentos por falta de dinheiro ou outros meios?	
4	Deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro ou outros meios para obter comida?	
5	Comeu menos do que achou que devia comer, por falta de dinheiro ou outros meios?	
6	Ficou sem comida em sua casa por falta de dinheiro ou outros meios?	
7	Sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro ou outros meios para obter comida?	
8	Sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro ou outros meios para obter comida?	

Fim

Muito obrigado

dia ____/ ____/ _____

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM SAÚDE DE MOÇAMBIQUE

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA SAÚDE
COMITÉ NACIONAL DE BIOÉTICA PARA SAÚDE
IRB0002657

Exmo. Senhor
dr. Lucas Paulo Ngulube
Universidade Estadual Paulista

Ref:581/CNBS/25

Data 29 de Setembro de 2025

Assunto: Aprovação do Comité Nacional de Bioética para Saúde (CNBS) referente ao Protocolo de estudo intitulado: “Campesinato nos territórios tradicionais: um estudo comparativo entre o grupo étnico Changana em Chókwè, Moçambique, e o quilombo de São Pedro em Eldorado, Brasil”.

O Comité Nacional de Bioética para Saúde (CNBS) analisou as correcções efectuadas no protocolo de estudo intitulado: “**Campesinato nos territórios tradicionais: um estudo comparativo entre o grupo étnico Changana em Chókwè, Moçambique, e o quilombo de São Pedro em Eldorado, Brasil**”. Registado no CNBS com o número 69/CNBS/2025, conforme os requisitos da Declaração de Helsínquia.

Não havendo nenhum inconveniente de ordem ética que impeça a realização do estudo, o CNBS dá a devida aprovação aos seguintes documentos:

- Protocolo do estudo, versão 3.0 de 09 de Setembro de 2025;
- Folha de Informação ao participante e Consentimento Informado, versão 2.0 de 15 de Agosto de 2025;
- Instrumento de recolha de dados, S/n de versão.

Todavia, o CNBS informa que:

- 1- Qualquer alteração a ser introduzida no protocolo, incluindo os seus anexos deve ser submetida ao CNBS para aprovação.
- 2- A presente aprovação não substitui a autorização administrativa.
- 3- Não houve declaração de conflitos de interesse por nenhum membro de CNBS.

Endereço:
Ministério da Saúde – 2º andar dto
Av. Eduardo Mondlane, nº 1008/ Salvador Allende
Maputo – Moçambique

C.Postal: 264
Telefone: +258 82 406 6350
Email: cnbs.mocambique@gmail.com
NUIT: 700 253 481

- 4- A aprovação terá a validade de um ano, terminando esta a 29 de Setembro de 2026. Os investigadores deverão submeter o pedido de renovação da aprovação um mês antes de terminar o prazo.
- 5- Recomenda-se aos investigadores que mantenham o CNBS informado do decurso do estudo.
- 6- A lista actualizada dos membros do CNBS se encontra disponível na secretaria do Comité.

Sem mais do momento, queiram aceitar as nossas mais cordiais saudações.

O Vice Presidente do CNBS

Prof^o Doutor Gerito Augusto



ANEXO B – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM SAÚDE DO BRASIL

FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: O campesinato nos territórios tradicionais: um estudo comparativo entre o grupo étnico Changana em Chókwè, Moçambique, e o quilombo do Jaó no município de Itapeva - SP/Brasil

Pesquisador: Lucas Paulo Ngulube

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 90525425.9.0000.5408

Instituição Proponente: Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.821.829

Apresentação do Projeto:

O projeto „O campesinato nos territórios tradicionais: um estudo comparativo entre o grupo étnico Changana em Chókwè, Moçambique, e o quilombo do Jaó, em Itapeva-SP/Brasil„ propõe analisar, em perspectiva comparativa, os desafios enfrentados por comunidades camponesas em contextos históricos e geográficos distintos, mas atravessados por dinâmicas semelhantes de desigualdade, perda de terras e insegurança alimentar.

A pesquisa busca compreender como o campesinato, enquanto classe social e modo de vida, resiste às pressões estruturais impostas pelo latifúndio e pelo modelo capitalista de produção, avaliando também de que maneira os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2 e 15) dialogam com as práticas locais de resistência e com as políticas públicas implementadas.

Trata-se de uma proposta metodologicamente sólida, que integra abordagem quali-quantitativa, mapeamento cartográfico, análise documental e entrevistas semiestruturadas, visando captar tanto dados objetivos quanto percepções dos próprios camponeses. O estudo é de grande relevância acadêmica e social, pois evidencia permanências culturais, práticas contra-hegemônicas e alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural nos dois territórios tradicionais.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8806

E-mail: comiteetica.franca@unesp.br

**FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNESP-CAMPUS FRANCA**



Continuação do Parecer: 7.821.829

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2503693.pdf	10/07/2025 09:19:37		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	10/07/2025 09:18:34	Lucas Paulo Ngulube	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	15/06/2025 17:29:47	Lucas Paulo Ngulube	Aceito
Outros	Carta.pdf	15/06/2025 16:41:57	Lucas Paulo Ngulube	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao.pdf	15/06/2025 16:14:17	Lucas Paulo Ngulube	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projectooo.pdf	15/06/2025 16:13:51	Lucas Paulo Ngulube	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	15/06/2025 12:23:57	Lucas Paulo Ngulube	Aceito
Declaração de concordância	Concordancia.pdf	14/06/2025 11:16:35	Lucas Paulo Ngulube	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	06/03/2025 21:13:17	Lucas Paulo Ngulube	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Avaliação da CONEP:

Não

FRANCA, 05 de Setembro de 2025

Assinado por:

**José Fernando Siqueira da Silva
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8806 **E-mail:** comiteetica.franca@unesp.br